

Semanário

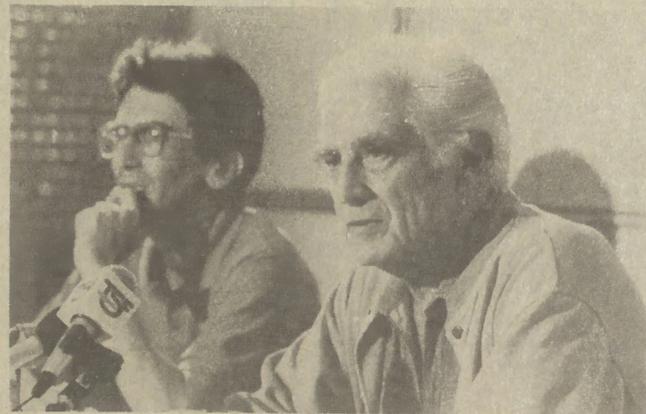
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 821  
21 de Setembro de 1989  
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes - 1600 Lisboa 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



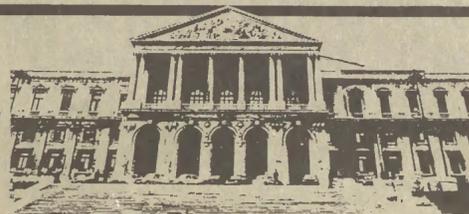
*Em Conferência de Imprensa, o secretário-geral do PCP divulgou as conclusões da reunião da Comissão Política do CC que apreciou a situação política e social e a preparação das autárquicas*



## Comunicado da Comissão Política

Págs 1 e 2/Semana

## JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP



Estão a decorrer na Assembleia da República as Jornadas Parlamentares do PCP, que se prolongam até amanhã, dia em que terá lugar uma conferência de Imprensa (11.30 h.) para apresentação das conclusões. Com o objectivo de estabelecer contactos diversificados com entidades da região, está prevista para hoje à tarde, no âmbito das Jornadas, uma deslocação dos deputados comunistas à península de Setúbal.

## Marcados para hoje e amanhã

## Dois dias de greve na Função Pública

Pág. 11/Semana

## SETÚBAL Acordo do PCP, PEV, PRD e ID para todo o distrito

Págs. 3 e 4/Semana



# A próxima Festa vai ser aqui!

# Autárquicas-objectivos e incidências

As eleições autárquicas de Dezembro próximo estão assumindo uma importância e uma tónica invulgares no panorama político do País. No contexto do mais amplo movimento de contestação social de massas dos últimos três anos à política cavaquista, àquela insólita particularidade deve ser dado o devido relevo.

O «discurso» eleitoral, o jogo complexo das alianças, os próprios termos políticos desta fase da pré-campanha estão a ser capciosamente desviados do seu terreno específico por forças interessadas em semear a confusão política, em alargar por métodos mesmo dos mais charros e demagógicos a sua área de domínio do Poder Local, em subverter-lhe o carácter democrático e descentralizado que constitui uma das conquistas fundamentais do 25 de Abril e, no fundo, esconder a falência da sua política autárquica.

Tais forças que tradicionalmente têm feito dos órgãos de Poder Local sob o seu domínio campos de acção e de manobrista ao serviço de interesses obscuros e de grupos de pressão económicos e financeiros, agora numa fase de reactivação sob a dinâmica do restauracionismo monopolista e da contestada nova Lei de Tutela das autarquias, empenham-se no momento actual em fazer dos órgãos locais sob o seu controlo focos porventura mais operativos e refinados de corrupção, de nepotismo, de fraudulentas negociações nesta nova situação proporcionada à restauração dos monopólios e dos latifúndios pela última revisão constitucional.

O seu objectivo político central é, de imediato enfraquecer e finalmente desalojar das posições que actualmente ocupa na área do Poder Local a CDU-Coligação Democrática Unitária — detentora da presidência de 47 municípios (44 por maioria absoluta), e de grande número de Executivos e Assembleias de Freguesias (destas, 243 igualmente por maioria absoluta) de uma área superior a 30% do território nacional e de um activo incontestável de honestidade, trabalho e competência ao serviço das populações locais sem comparação no quadro político nacional.

Motivações de ordem diversa estão por detrás de uma nova e insidiosa operação, de essência anticomunista, contra a Coligação Democrática Unitária e em particular contra o PCP, sua componente de maior representatividade.

Por razões ideológicas e políticas óbvias, a direita restauracionista conjugada, com a sua ponta de lança governante — o Executivo do PSD chefiado por Cavaco Silva — está vitalmente interessada em alargar as suas posições e as suas formas de pressão na área do Poder recorrendo à utilização indevida de bens públicos e a novos mecanismos que lhe garantam a perpetuidade na direcção do Estado, tentando, por outro lado reduzir à expressão mais simples no plano institucional a força política mais vigorosa e consequente da oposição democrática a mais profundamente radicada nas massas trabalhadoras — o PCP.

O anticomunismo é a tónica habitual e principal do «discurso» político da direita, mas Cavaco Silva, na sua falação da «festinha de verão» do aniversário do PSD em Faro, deu o tom para a nova escalada de agressividade contra o PCP.

A despodorada mentirologia do «acordo secreto» PS/PCP para a tomada do Poder em 1991 define com flagrante exactidão a falta de idoneidade política e de respeito pela verdade dos factos do Primeiro-Ministro e Presidente do PSD.

Com a meia dúzia de balelas que lhe saiu irresponsavelmente pela boca fora em Faro, Cavaco alijou de si e do seu Partido mais uns milhares de apoiantes que em Julho de 87 lhe deram os votos.

O famigerado acordo «transcende a importância das eleições autárquicas e mesmo da própria cidade de Lisboa e visa trazer de novo os comunistas à governação» — disse ele congestionado pelo sectarismo na tribuna de Faro. E um caso arrumado e não vale a pena remexer mais nele.

Depois, para amortecer os dispaupérios e os reflexos da mentira do chefe, Dias Loureiro o secretário-geral do PSD e Fernando Nogueira, o «porta-voz» tentaram ajudar a montanha a parir um rato.

Apesar disso o incorrigível Primeiro-Ministro voltou a prevaricar na jornada transmontana da sua operação de propaganda eleitoralista e numa região onde, segundo insuspeitos órgãos de comunicação social, «o povo ficou em casa».

A direita governante tem razões de sobejo para confundir e desviar dos seus objectivos específicos as eleições autárquicas de Dezembro e para reacear os resultados de um novo teste político à sua acção antipopular.

A tónica fundamental de classe da política do Governo PSD/Cavaco Silva é a da protecção dos muito ricos, dos grandes detentores da riqueza num pólo e no outro o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes e sectores sociais intermédios e carenciados da nossa população. Cada vez mais facilidades, mais aberturas, mais lucros para os grandes senhores do capital, cada vez mais desprezo, mais encargos, mais restrições de toda a ordem para os menos favorecidos.

As vezes Cavaco fala verdade. Disse ele neste fim-de-semana no Congresso dos Empresários do Nordeste Transmontano, que «nunca como agora os empresários auferiram tanto dinheiro».

Vários factos o comprovam.

A operação das reprivatizações e da destruição do Sector Público e Empresarial do Estado em aceleração após a revisão constitucional e agora tonalizada pela inqualificável proposta de «lei quadro das privatizações» que, aprovada, permitiria a utilização dos títulos de indemnização pelas nacionalizações na compra de acções das empresas a privatizar, está a proporcionar chorudos proventos na especulação bolsista principalmente aos especuladores estrangeiros.

Números insuspeitos dão, por outro lado, certa expressão numérica às afirmações do PM: em 1988 só as 20 maiores empresas representando 2% das 1000 maiores não financeiras (entre as quais as 10 maiores privadas) tiveram um volume de negócios superior a 1700 milhões de contos (33,6% das 1000) ou seja, mais de 100 milhões de contos que em 1987 em que o volume de negócios atingiu 1599 milhões com a agravante de representar somente 14,8% do volume total das 1000 maiores, no referido ano de 1987.

Mas Cavaco mente quando refere um aumento de 2% nos salários reais dos trabalhadores no segundo trimestre de 1989 quando os números do INE apontam para uma baixa de 1% (só no Porto baixaram 1,5%). A decisão última do Governo cavaquista da concessão de 12% nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública

omite a recusa da revisão intercalar reivindicada pelos trabalhadores e o facto de em 10 anos só no sector da administração local terem perdido 54% do seu poder de compra.

Cavaco Silva andou por Trás-os-Montes a inaugurar escolas mas não disse uma palavra sobre as condições de alojamento dos alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Vila Real, vindos de outros pontos da região e do País, alojados em garagens-dormitórios, ou em casas de três divisões pagas por mais de 50 contos ocupadas em grupo ou em apartamentos de renda mensal de 90 contos chegando a atingir os 125 no centro da cidade por três assoalhadas.

O Primeiro-Ministro, veio de escambalhada de Trás-os-Montes para estar presente na abertura das aulas e inauguração de uma nova escola na Amadora, deixando no ar a falsa ideia de se tratar de uma obra do MNE quando, de facto, foi a CM da cidade, de presidência da CDU, que a mandou construir e custeou.

O Governo de Cavaco enche a boca com a protecção à aquisição de habitação própria, mas os cortes no crédito, os limites imperativos de menos 200 milhões de contos para os Bancos comerciais atinge numa vasta escala os que pretendem créditos para a compra de casa própria, situação agravada com a nova lei de publicidade dos encargos com a compra de habitação própria que são da exclusiva responsabilidade do Governo com o aumento da carga fiscal que absorve 40% do preço das casas.

O rol que a realidade social efectiva da política do Governo da direita que o cavaquismo pretende ocultar nesta pré-campanha das eleições autárquicas de Dezembro seria por demasiado extenso.

Um pouco por todo o País nas autarquias dominadas pelo PSD travam-se lutas intestinas e verdadeiras batalhas. Chegam a ouvir-se ameaças de morte entre os seus dirigentes locais e autarcas. Basta ler os jornais ou coligir informações realistas das intrigas no seio das administrações locais do PSD e da direita no seu conjunto para se ficar de facto elucidado.

O caso de Lisboa é uma amostra do diversãoismo cavaquista visando as eleições de Dezembro. Marcelo Rebelo de Sousa é o candidato típico das forças que tentam abastardar o carácter essencial do Poder Local democrático.

O estilo «americano» da sua campanha pessoal toca as raízes do ridículo.

Não se combate a poluição do Tejo, os seus miasmas e odores, mergulhando, depois de convenientemente vacinado, nas suas águas, mas com medidas efectivas para a eliminar nas próprias fontes poluentes.

Não se pode falar de política nacional de defesa do meio ambiente sem redes de esgotos e estações de tratamento dos dejectos urbanos e industriais lançados nos rios e nos campos, sem o combate adequado aos incêndios que estão devastando a flora e a fauna de vastas zonas do País com medidas de ordenamento da floresta, de meios de ataque que as modernas tecnologias proporcionam, principalmente meios aéreos, sem uma severa legislação contra os pirómanos e os seus investigadores e mandatários, interessados na especulação do comércio de madeiras, na indiscriminada plantação do eucalipto, na construção nas zonas florestais destruídas de grandes empreendimentos turísticos e mansões privadas.

É toda esta negação de uma autêntica política autárquica de defesa das populações que está na base da campanha diversionista da direita cavaquista e no seu conjunto.

É uma gigantesca tarefa a que só autarcas verdadeiramente devotados aos interesses das populações e à união das forças e dos elementos progressistas de cada localidade podem meter ombros.

Esse é o incomparável activo de honestidade, trabalho e competência da CDU-Coligação Democrática Unitária.

O PCP mobiliza todos os seus esforços para que essa união se torne um facto no plano nacional. Passos de grande alcance estão a ser dados pelo PCP na complexa política de alianças para as eleições de Dezembro.

É na afirmação dos verdadeiros objectivos do Poder Local, do seu carácter democrático, que os comunistas se têm manifestado na prática e por todo o País abertos à constituição de novas alianças, que na capital com a coligação «Por Lisboa» tem a sua expressão de maior relevo.

E é porque defendem uma autêntica política autárquica que no plano nacional lutam a lutarão em oposição a listas, mesmo de outros partidos democráticos que possam impedir ou dificultar a necessária mobilização dos eleitores de cada concelho e de cada freguesia.

O PCP está neste batalhar essencialmente pela positiva: propostas concretas e um capital de comprovada experiência a garantir a sua realização. Para o PCP é desejável que seja neste terreno que tenham lugar as críticas e a oposição a outras listas de forças com as quais localmente possa noutras zonas estar coligado. O PCP luta e lutará para que onde a CDU concorra o voto útil seja na CDU.

Essa não é infelizmente a ética de alguns dos aliados locais do PCP, designadamente dos socialistas com os quais o PCP está coligado em Lisboa.

Pensamos que aqueles socialistas que mordem o isco das provocações anticomunistas de Cavaco e da sua gente e se apressam a fazer-se eco das suas calúnias contra o PCP se degradam como democratas. Isto nada tem a ver com a polémica ideológica.

Que se pretende com calúnias e insultos ao PCP, em alguns casos estranhamente de componentes das listas «Por Lisboa»?

A que vêm as estranhas acusações «à direcção do PCP, fiel a uma orientação da mais estrita ortodoxia», as considerações balofas de que o que o PS fez foi «abrir uma fronteira no ghetto em que os militantes do PCP se encontravam»? Note-se: do PCP que, por exemplo nas últimas eleições autárquicas obteve com os seus aliados da CDU, em Lisboa, mais de 27% dos votos quando o PS obteve 17%, e que nas últimas eleições presidenciais contribuíram decisivamente para a passagem dos 25,6% da primeira volta para os 51% da segunda eleição do actual Presidente da República.

Tais calúnias e insultos não ajudam à mobilização dos eleitores de Lisboa e a uma necessária coesão em torno dos seus objectivos específicos da coligação «Por Lisboa».

E entretanto cada vez se torna mais claro que possibilidades reais se abrem à vitória democrática em Lisboa e à derrota da direita.

Nessa direcção trabalhará o PCP no plano nacional e naturalmente com o maior empenhamento na capital do País.

# Resumo

13  
Quarta-feira



Os candidatos da coligação «Por Lisboa» defendem a cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Misericórdia de Lisboa, numa reunião realizada com os responsáveis desta instituição. ■ O Instituto Nacional de Estatística revela que em Portugal, nos primeiros oito meses de 1989, o índice de preços no consumidor registou um acréscimo de 12,9 por cento. ■ A CGTP exige em conferência de imprensa, o aumento intercalar das pensões de reforma de 3500500 com efeitos a partir de 1 de Julho. ■ O Partido da Vanguarda Socialista herdeiro do Partido Comunista Argelino, é oficialmente reconhecido na Argélia, no quadro da nova lei sobre as «associações de características políticas». ■ Uma comissão do governo de El Salvador e dirigentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional iniciam na Capital mexicana conversações com vista à obtenção da paz no país. ■ Dezenas de milhares de pessoas desfilam na cidade do Cabo protestando contra a violência da polícia e pela paz na cidade.

15  
Sexta-feira

É assinado num hotel do Seixal o acordo de coligação entre o PCP, o PRD e o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) para as eleições autárquicas no distrito de Setúbal, que tem como denominação «Desenvolver Setúbal». ■ Cavaco Silva admite em conferência de imprensa uma futura visita de Jonas Savimbi a Portugal. ■ O CDS apresenta, no Porto, o actual presidente da Câmara Municipal, Fernando Cabral, como seu candidato nas próximas eleições autárquicas do município. ■ O presidente do governo espanhol, Felipe Gonzalez, afirma que a Espanha apoia «a vocação europeia da Turquia». ■ Os representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e o governo de El Salvador chegam a acordo para o prosseguimento das negociações de paz. ■ Cerca de 10 mil pessoas integram uma marcha organizada em Joanesburgo contra a violência policial e segregação racial.



■ O Conselho Consultivo da CDU realiza, em Lisboa, a sua terceira reunião. ■ Uma greve de 24 horas do pessoal de voo da TAP conduz ao cancelamento de diversas ligações da transportadora aérea. ■ Encerram no Porto as Primeiras Jornadas de Timor que reclamaram maior empenho de Portugal na defesa dos interesses do povo maubere. ■ Cavaco Silva afirma no Congresso dos Empresários do Nordeste Transmontano que apesar das queixas nunca as empresas portuguesas auferiram tanto dinheiro como agora. ■ As autoridades etíopes e os rebeldes eritreus concordaram num plano de 13 pontos que servirá de base para futuras negociações de paz. ■ A Arábia Saudita, Marrocos e a Argélia relançam um plano para resolver o conflito libanês. ■ O presidente eleito da África do Sul anuncia um novo governo formado essencialmente por «reformistas».

16  
Sábado

■ A CGTP e a UGT, afirmam a sua disposição para negociarem em conjunto com o Governo e o patronato. Solicitam simultaneamente uma reunião urgente do plenário do Conselho Permanente da Consertação Social, para debate sobre a situação económica e social e a política de rendimentos. ■ O Grupo Parlamentar do PCP anuncia que vai exigir que as actas e documentos da Comissão de Inquérito ao Fundo Social Europeu sejam publicadas e divulgadas à comunicação social. ■ Função Pública reafirma greve de dois dias, pois muitas propostas dos sindicatos estão ainda sem resposta. ■ De passagem por Lisboa, o presidente francês, Mitterrand, teve conversações com Cavaco Silva. ■ O plenário do CC do PCUS decide antecipar de seis meses o Congresso do Partido, que deverá realizar-se em Outubro. ■ O furacão «Hugo» provoca pelo menos 20 mortos e dezenas de milhares de desalojados na sua passagem pelas Caraíbas.

17  
Domingo

■ O ministro do Emprego e Segurança Social qualifica de irresponsável a pretensão das centrais sindicais de aumentos na ordem dos 25 por cento das pensões de reforma. ■ O Presidente da República, Mário Soares iniciou uma visita de três dias à cidade de Viseu. ■ Uma mancha de petróleo com oito metros e 500 metros

de largura é espalhada na costa Nordeste de Inglaterra, na sequência da colisão entre dois petroleiros. ■ A Guarda Civil espanhola desmantela um dos mais importantes comandos da organização separatista basca ETA. ■ Meia centena de agricultores do concelho de Faro decidem enviar um abaixo assinado ao Governo, solicitando informações concretas sobre o traçado da «Via do Infante».

18  
Segunda-feira

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, declara no intervalo da reunião da Comissão Política do Partido, que a nova onda de demagogia do Governo com objectivos eleitoralistas não resolverá os graves problemas que atingem as massas populares. ■ A coligação «Por Lisboa» compromete-se a ceder às cooperativas de habitação terrenos camarários destinados à construção de, no mínimo, 3 mil fogos, no decurso do próximo mandato autárquico. ■ Novo ano lectivo começa oficialmente no País, no entanto é adiado em muitas escolas por falta de condições. ■ Os trabalhadores da Ponte 25 de Abril iniciam uma greve pela revalorização das suas carreiras profissionais. ■ Os trabalhadores portugueses da função pública obtêm a garantia de assistência médica em qualquer país da CEE, em caso de doença durante uma deslocação em serviço. ■ Começa em N'Sole, a norte de Kinshasa, a terceira cimeira de chefes de estado de oito países da África Austral destinada a tentar solucionar «o problema angolano». ■ A Assembleia Popular de Moçambique revoga a chamada lei das chicotadas que permitia aos tribunais a aplicação de castigos corporais em caso de infração qualificada. ■ O Comité Central do PROUP reúne-se em Varsóvia para debater a actual situação do partido à luz dos recentes acontecimentos e preparar o XI congresso, que terá lugar no próximo ano.

■ A CGTP e a UGT, afirmam a sua disposição para negociarem em conjunto com o Governo e o patronato. Solicitam simultaneamente uma reunião urgente do plenário do Conselho Permanente da Consertação Social, para debate sobre a situação económica e social e a política de rendimentos. ■ O Grupo Parlamentar do PCP anuncia que vai exigir que as actas e documentos da Comissão de Inquérito ao Fundo Social Europeu sejam publicadas e divulgadas à comunicação social. ■ Função Pública reafirma greve de dois dias, pois muitas propostas dos sindicatos estão ainda sem resposta. ■ De passagem por Lisboa, o presidente francês, Mitterrand, teve conversações com Cavaco Silva. ■ O plenário do CC do PCUS decide antecipar de seis meses o Congresso do Partido, que deverá realizar-se em Outubro. ■ O furacão «Hugo» provoca pelo menos 20 mortos e dezenas de milhares de desalojados na sua passagem pelas Caraíbas.

19  
Terça-feira

■ O ministro do Emprego e Segurança Social qualifica de irresponsável a pretensão das centrais sindicais de aumentos na ordem dos 25 por cento das pensões de reforma. ■ O Presidente da República, Mário Soares iniciou uma visita de três dias à cidade de Viseu. ■ Uma mancha de petróleo com oito metros e 500 metros

20  
Quarta-feira

■ O ministro do Emprego e Segurança Social qualifica de irresponsável a pretensão das centrais sindicais de aumentos na ordem dos 25 por cento das pensões de reforma. ■ O Presidente da República, Mário Soares iniciou uma visita de três dias à cidade de Viseu. ■ Uma mancha de petróleo com oito metros e 500 metros

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODIX, Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODIX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa  
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, 247L, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17  
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sáclio, 80 - 1200 Lisboa  
CODIX, Tel. 32 19 16  
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44  
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44  
Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 8 - 3000 Coimbra Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67  
Composto e Impressão na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

## Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português reuniu no dia 18 de Setembro tendo inscritas na ordem de trabalhos a apreciação da situação política e social, a preparação das eleições autárquicas e as tarefas do PCP no momento actual.

**1.** A Comissão Política do CC do PCP apreciou os últimos desenvolvimentos da política governamental chamando a atenção para a especial gravidade que reveste a proposta de lei-quadro das privatizações, que acaba de ser aprovada pelo Conselho de Ministros e que, como foi anunciado pelo Primeiro-Ministro, permite, entre outros atentados ao interesse nacional, a utilização dos títulos de indemnização pelas nacionalizações na compra de acções das empresas a privatizar.

Trata-se de uma nova etapa profundamente escandalosa da gigantesca operação de esbulho dos bens do Estado para os entregar aos novos grandes grupos capitalistas formados à sombra da contra-revolução e às antigas famílias multimilionárias beneficiárias da ditadura fascista. A faculdade que a nova lei visa conceder aos senhores dos monopólios do fascismo permitir-lhes-ia reconstituir grande parte do seu antigo poder económico, tal como a ofensiva contra a reforma agrária já permitiu aos antigos latifundiários reconstituir grande parte dos domínios e privilégios. A restauração dos grupos monopolistas e dos seus poderes não pode deixar de repre-

sentar uma ameaça para o futuro do regime democrático português.

**2.** A Comissão Política abordou atentamente a crescente tomada de posições do capital estrangeiro em sectores básicos da economia nacional.

A Comissão Política regista, como confirmação das advertências há muito enunciadas pelo PCP, o reconhecimento por parte do Primeiro-Ministro de que as privatizações conduzem à crescente dominação da economia nacional pelo capital estrangeiro e reputa de inteiramente demagógicas as pretensas medidas anunciadas pelo Governo para a evitar, ao mesmo tempo que se prepara para alargar e intensificar a todo o vapor o processo das desnacionalizações.

É imperioso que na política económica seja assegurada a defesa dos interesses nacionais e da soberania e independência de Portugal.

**3.** A Comissão Política do CC do PCP salienta que a escandalosa proposta governamental de nova lei-quadro das privatizações vem na sequência da revisão da Constituição, feita na base do acordo PSD-PS, representando uma das suas mais inquietantes consequências concretas. O PCP previne para outras graves iniciativas legislativas que o Governo Cavaco Silva prepara no desenvolvimento da revisão da Constituição, designadamente as que visam dificultar o acesso dos portugueses à saúde e facilitar o controlo dos meios de comunicação social pelo grande capital.

**4.** A Comissão Política chama a atenção para o obscurantismo que o Governo insiste em manter nas finanças públicas, não publicando, como é constitucional e legalmente exigido, as contas provisórias relativas à execução do Orçamento de 1989,

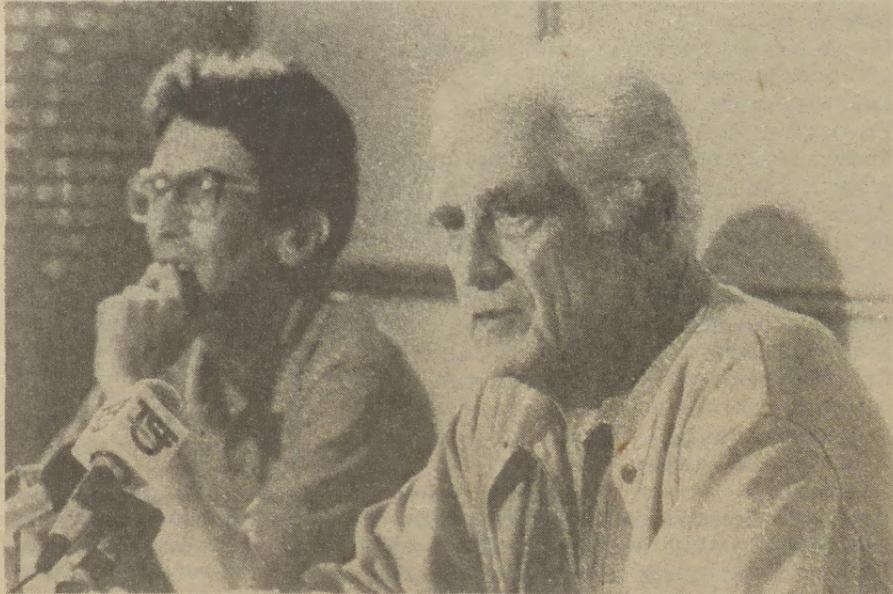
rodeando de secretismo a elaboração do Orçamento para 1990 e recusando-se até a assumir um compromisso claro sobre a data da sua apresentação à Assembleia da República.

**5.** A Comissão Política sublinha como evidências da situação presente o progressivo isolamento político e social do Governo Cavaco Silva e a sua manifesta incapacidade para dar solução a qualquer dos grandes problemas nacionais.

No último período ganharam especial saliência: no plano económico, os cortes de créditos atingindo especialmente as pequenas e médias empresas, os novos fracassos resultantes do aumento da taxa de inflação e o agravamento do défice da balança comercial; no plano social, a degradação dos salários reais e das reformas e pensões, a tentativa de imposição de novos tectos salariais e de medidas discriminatórias para resolver os conflitos laborais; no plano político, as dificuldades e os conflitos crescentes no seio do Governo, no aparelho partidário, autárquico e sindical do PSD.

A Comissão Política, salientando as condições favoráveis ao revigoreamento da luta popular e democrática contra a política de direita do Governo de Cavaco Silva, apela ao desenvolvimento da acção concreta em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, contra a lei dos despedimentos e em defesa dos direitos dos trabalhadores e demais conquistas democráticas do 25 de Abril, bem como por melhores condições de vida e de bem-estar para todos os portugueses.

**6.** A necessidade de uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita ganha cada vez mais largos sectores sociais, expressa-se na ampla movimentação que se tem verificado e apresenta novas perspectivas de desenvolvimento.



As conclusões da reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP foram divulgadas aos jornalistas no decorrer de uma conferência de imprensa com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. O encontro com os profissionais da informação teve lugar no CT da Soeiro Pereira Gomes, na passada segunda-feira. Álvaro Cunhal, que se encontrava acompanhado de Vítor Dias, da direcção do Partido, apresentou uma síntese das conclusões da reunião da CP e, em seguida, respondeu a diversas questões colocadas pelos jornalistas.

**1.** A Comissão Política analisou a evolução da situação social, tendo concluído que persiste uma profunda instabilidade e conflitualidade sociais em consequência da política antipopular do Governo Cavaco Silva, política que, atingindo e agravando as condições de vida de vastas camadas da população, com particular destaque para os trabalhadores, os agricultores, os reformados, os jovens e sectores intelectuais, aprofunda as desigualdades e injustiças sociais.

A insistência numa política visando garantir a todo o custo ao patronato uma mão-de-obra barata, uma taxa de inflação muito superior à anteriormente anunciada pelo Governo, associada a uma política fiscal profundamente injusta, traduz-se em nova quebra dos salários reais e numa mais acentuada redução da parte que cabe ao trabalho no rendimento nacional.

Com a entrada em vigor

do pacote laboral, multiplicam-se os atropelos e as limitações dos direitos e garantias dos trabalhadores, bem como as medidas de carácter repressivo.

**2.** A degradação das reformas e pensões, a maioria das quais atinge níveis de miséria, acompanhada de significativos cortes em benefícios de ordem social, tornam a situação de centenas de milhares de reformados verdadeiramente dramática em contraste com os altos vencimentos dos membros do Governo responsável por tais situações.

A completa falência da política do Governo em matéria de ensino, saúde e habitação, apesar de terem sido consideradas áreas prioritárias pela demagogia governamental, é já hoje uma evidência.

**3.** A nova onda de demagogia em que o Governo se lançou com objectivos eleitoralistas, não resolverá os graves problemas que atingem as massas populares.

**4.** O Governo Cavaco Silva, com a sua política, ao serviço do grande capital, ao responder com arrogância e a falta de diálogo às justas reivindicações dos trabalhadores, torna-se um factor de desestabilização da situação económica e social do País. Os trabalhadores replicando com a sua luta não só garantem a defesa dos seus legítimos direitos e interesses, como contribuem para a solução dos problemas nacionais.

A Comissão Política apoia a justa luta dos professores universitários, dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local, dos transportes, de numerosas empresas, apelando ao reforço da sua unidade e combatividade.

**5.** A Comissão Política encarregou o Grupo Parlamentar do PC de adoptar medidas práticas para apresentar e agendar um novo projecto de lei visando o aumento das reformas e pensões e melhorar o regime de cálculo, bem como para acelerar a apreciação pela Assembleia da

**Acordo entre o PCP, o PEV e o PRD para as eleições autárquicas no distrito de Setúbal**

• Texto integro na pág. 4



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO  
DO PARTIDO  
COMUNISTA PORTUGUÊS



## A Festa não acaba

Pois. A Festa acabou. Deixando para muitos milhares de visitantes o gosto feliz do convívio, a experiência inesquecível dos dias em que, em Loures, participaram na aventura da fraternidade e da cultura, da participação política, criando raízes mais fortes na consciência ou talvez apenas despertando em alguns, pela primeira vez, uma atenção especial para os comunistas que propõem ideias e trabalham e lutam por elas.

Neste tempo de Setembro, em que se vai arrumando, com mais esforço, uma Festa a repetir, desmontando estruturas, desertando um vasto campo onde aconteceu a magia da festa, é tempo de pensar naqueles que a tornaram possível.

Porque, para o mundo que a Festa foi, que ela é sempre, um mundo de gente contribuiu.

Das mais variadas formas.

Para milhares, ela foi apenas três dias.

Encheram-na. Fizeram-na viver, correr nas suas ruas e praças a multidão, como num corpo vivo corre o sangue, sempre diversamente em cada uma das suas partes.

Participando nos espectáculos a que emprestaram vigor e aplauso. Tomando a palavra nos debates ou recolhendo a lição deles. Vendo-se, como num espelho, nas exposições laboriosamente preparadas, pensadas, amadurecidas pela vida social e política, ou pela arte. Convivendo em redor do petisco. Participando, de um modo ou de outro nas provas desportivas. Estando lá. Nesse imenso diálogo — a tantas vozes — que a Festa proporciona. Sem esses milhares a festa não aconteceria.

Para outros — também milhares — a Festa durou muitos dias. Semanas. Meses. De trabalho intenso. Num esforço a que apenas a alegria de participar assim suavizava a fadiga. Num labor cuja paga foi ver a festa crescer até ao sopro de vida que a multidão veio dar. O trabalho assim foi compensado. Tantos camaradas — e simpatizantes, e amigos, e mesmo alguns, que sabemos, que, tocados pela fraternidade da Festa, não sendo das nossas ideias e ideais, se propuseram dar uma mão de ajuda —, tantos foram os que da Festa viram apenas uns fugazes momentos, nos intervalos dos turnos.

Puseram ao serviço da Festa a sua imaginação, a sua capacidade criadora, as suas forças. Durante três dias em Setembro. Mas também antes, durante semanas, meses. E, depois ainda, encerradas as portas com um até para o ano, continuaram e continuam agora no muito trabalho que ainda falta.

Mas falemos agora, detidamente, de outros camaradas. Para quem a Festa não termina.

Os que, findo Setembro, não fazem um longo intervalo, tornando às suas tarefas — outras e também importantes — de militantes.

Os que, militantes dedicados que são, dão o seu melhor para que, todos os anos, e Setembro, a Festa lá esteja. Seja na FIL, ou no Jamor, ou na Ajuda, ou em Loures. Ou venha a ser na Quinta da Atalaia, no nosso terreno que esperamos em breve ver cobrir-se de uma grande cidade habitada pela Festa do «Avante!».

Eles são a Célula da Festa.

Para muitos, são desconhecidos. Sem eles, o forte fio que liga todas as festas, tinha-se quebrado.

São aqueles que raramente encontramos. Que, pouco antes de se abrirem as portas, sexta-feira à tarde, mostram uma intensa preocupação no olhar à entrada da multidão. A Festa está a nascer.

E bem, como se esperava. E logo deixamos de vê-los.

Estão por detrás da Festa. Amparando-a. Acorrendo ao imprevisto. Coordenando o que, estando previsto, precisa de uma ajuda, de uma orientação, puxando aqui e ali os fios invisíveis de um corpo gigante e vivo.

São aqueles que, cerradas as portas do domingo à noite, não voltam a casa suspirando um alívio imenso.

Continuam. Estão lá. O trabalho segue sempre dentro de momentos, está acontecendo agora mesmo que escrevo estas linhas.

É que a Festa não acaba nunca. Parece apenas adormecer, durante um ano, o seu corpo fica à guarda desses camaradas, da célula viva que são. Para metamorfosear-se um ano depois, às vezes — tantas vezes foram — noutra lugar distante.

Um corpo feito de milhares de elementos que são guardados em silêncio — o ferro, a madeira, o pano, o cabo, a estrutura, o tubo, quilómetros e toneladas são a medida desse extenso património que fica à guarda do Partido, à guarda desses camaradas que, para o ano, lá estão de novo — sempre —, prontos ao primeiro desenrolar de fio, ao abrir em leque dos painéis, ao erguer na nova Festa.

A Festa não acaba nunca.

Há quem no-lo garanta.

■ LM

PCP

## Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

República do processo de ratificação da lei dos despedimentos («pacote laboral»), do projecto do PCP sobre a redução da jornada semanal de trabalho, dos projectos sobre a regionalização e do regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesias.

### III

**1.** A Comissão Política do CC examinou a preparação das próximas eleições autárquicas. Nesse quadro deu particular atenção às importantes tarefas de divulgação da alteração da sigla e símbolo da CDU-Coligação Democrática Unitária bem como das siglas e símbolos das coligações mais alargadas — «Por Lisboa» (PS-PCP-PEV-MDP) e «Desenvolver Setúbal» (PCP-PEV-PRD) e outras que eventualmente se venham a concretizar.

A Comissão Política prestou igual atenção à formação das listas da CDU com candidatos prestigiados e competentes e ao seu alargamento a outras forças e personalidades democráticas.

**2.** Verificando que estão já publicamente apresentados pela CDU-Coligação Democrática Unitária mais de uma centena de cabeças de lista de municípios, em condições que contribuem para a perspectiva de importantes êxitos eleitorais em Dezembro, é necessário ainda nas próximas semanas completar as listas de candidatos e assegurar o objectivo de concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais, e ao maior número possível de freguesias.

A análise das diferentes situações e do quadro existente confirma que o PCP e a CDU serão no primeiro mandato da década de 90 forças ainda mais importantes no Poder Local e em condições para dar uma contribuição maior para a resolução dos problemas das populações. Mesmo nas situações em que não está em condições de conquistar a maioria e até onde a sua influência é reduzida, a apresentação de listas e o voto na CDU é da maior importância para uma empenhada intervenção dos eleitos da CDU em minoria que tal como tem acontecido em numerosas autarquias pode contribuir para a defesa dos interesses populares e a solução de muitos dos seus problemas. Mesmo onde é difícil a eleição de candidatos, a apresentação de listas da CDU e a votação nelas contribui para a sua afirmação, para preparar o futuro e para a construção de uma alternativa.

**3.** A Comissão Política examinou as relações com

outras forças políticas no quadro das eleições autárquicas, tendo-se congratulado com a assinatura do acordo que dará origem à coligação entre o PCP, o PEV e o PRD, no município de Setúbal, com a denominação «Desenvolver Setúbal», e que abrange outros municípios e freguesias do distrito, onde concorre a CDU.

O PCP continuará a trabalhar para acordos mais vastos com o PRD e outras forças políticas, designadamente com o objectivo de derrotar a direita.

**4.** A Comissão Política examinou aspectos da pré-campanha da coligação «Por Lisboa» tendo-se pronunciado a favor da sua dinamização e de uma ainda mais intensa ligação às populações e aos seus problemas. O PCP continuará a empenhar-se no êxito da coligação, quer integrado nas suas estruturas, quer desenvolvendo iniciativas e acções autónomas, com objectivos convergentes. A Comissão Política pronuncia-se uma vez mais a favor de um acordo que permita assegurar o apoio do PRD à coligação «Por Lisboa».

**5.** A Comissão Política prestou atenção a algumas

declarações de dirigentes do PS contendo conhecidos ataques ao PCP que causam natural indignação no eleitorado que no concelho de Lisboa em 1985 conferiu à CDU 27% dos votos.

Tais declarações são tanto mais despropositadas, quanto é certo que a coligação das forças de direita na capital exigem de todos que se estimule a convergência democrática e a confiança na vitória da coligação «Por Lisboa».

Nesse contexto, sublinha a Comissão Política que tais declarações e atitudes de dirigentes do PS não devem alterar a inflexível disposição do eleitorado CDU no concelho de Lisboa de votar na coligação «Por Lisboa» uma vez que, fazendo-o, está fundamentalmente a contribuir para retirar a Presidência da CML à direita, para permitir a realização de uma nova gestão municipal segundo princípios programáticos definidos com a contribuição e acordo do PCP e de «Os Verdes» e para eleger candidatos em que podem fazer plena e total confiança: os candidatos indicados pelos partidos da CDU.

É essa a grande e central motivação de voto do eleitorado da CDU na coligação «Por Lisboa» e é óbvio que não significa qualquer cau-

ção à política de compromissos com a direita desenvolvida pelo PS.

### IV

**1.** A Comissão Política, no decurso do exame dos problemas inscritos na ordem de trabalhos, concluiu que, no fundamental, a actividade do Partido se desenvolve com crescente iniciativa política, forte dinâmica mobilizadora e elevado nível de militância na aplicação e desenvolvimento da orientação traçada pelo XII Congresso.

A Festa do «Avante!», no seu extraordinário êxito, constituiu um indelével e poderoso testemunho da presença e intervenção do PCP na vida nacional, como força política essencial para a defesa dos interesses do povo e do país e para uma alternativa democrática à política e ao Governo da direita.

18 de Setembro de 1989

A Comissão Política  
do Comité Central  
do Partido Comunista  
Português



**Avante!**

### Tabela de Assinaturas

	12 números	25 números	50 números
<b>Continente e Regiões Autónomas</b>	<b>625\$00</b>	<b>1250\$00</b>	<b>2500\$00</b>
<b>Europa</b>	<b>1950\$00</b>	<b>3875\$00</b>	<b>7750\$00</b>
<b>Países Africanos de Exp. Portuguesa</b>	<b>2350\$00</b>	<b>4625\$00</b>	<b>9250\$00</b>
<b>Outros Países</b>	<b>3025\$00</b>	<b>6050\$00</b>	<b>12 100\$00</b>

Poder Local

# Acordo do PCP, PEV, PRD e ID para o distrito de Setúbal

Foi assinado num hotel do Seixal, na passada sexta-feira, um acordo entre o PCP, o PRD e o PEV para as eleições autárquicas no Distrito de Setúbal, que publicamos na íntegra nesta edição contemplando aspectos gerais e um acordo específico para o Concelho de Setúbal. Na ocasião usaram da palavra **Luis Sá**, da Comissão Política do CC do PCP, **Odete Santos**, candidata à presidência da Câmara Municipal de Setúbal e António Feu, dirigente do PRD.

Recordando que o Partido Renovador Democrático mantém «o direito de concorrer com listas autónomas nos Concelhos não abrangidos pelo acordo» entretanto assinado, o dirigente do PRD, António Feu, após sublinhar igualmente que «o PRD não pretende privilegiar este ou aquele partido político, na formalização de eventuais coligações ou acordos» pois considera «cada Concelho uma realidade bem individualizada e procura satisfazer as necessidades concretas das populações, despartidarizan-

do, na medida do possível, o próximo acto eleitoral», fez uma breve apreciação ao compromisso assumido afirmando:

«A assinatura do presente acordo com "Os Verdes" e o PCP representa para o PRD uma afirmação da sua vontade em participar nas próximas eleições autárquicas, numa região onde a expressão eleitoral do nosso partido é significativo, mas, também, onde existem muitas carências e problemas.

«Foi nessa perspectiva e com a enorme vontade de

poder contribuir para resolver os problemas que se apresentam às populações do Distrito de Setúbal, que decidimos formalizar este acordo eleitoral. O Partido Renovador Democrático mantém inteira disponibilidade para o diálogo com as diversas forças partidárias, como forma de contribuir para a dignificação do próximo acto eleitoral, para a sua participação activa e militante, como força política autónoma e prestigiada».

## Odete Santos

Antes de passar em revista problemas, carências e potencialidades do Concelho de Setúbal, **Odete Santos**, membro do PCP e candidato à presidência da edilidade setubalense, comentou o acordo específico assinado para este Concelho:



O concelho de Setúbal pode e deve mudar de gestão autárquica, em prol das populações, da cidade e do concelho (na foto, mercado municipal)

«A Coligação que se anuncia hoje para o Concelho de Setúbal, no próprio dia em que homenageamos Bocage, o nosso Poeta mas também o Poeta de todos os Portugueses, nasceu da necessidade sentida de conseguir desde já uma viragem na gestão autárquica. Uma viragem que torne possível uma mudança no próprio pulsar do concelho, na fonte da nossa vida». E prosseguiu:

«É aí e não em roupagens mais ou menos descosidas, que temos de actuar para que os anos 90 correspondam, de facto, a uma nova década, a **década do desenvolvimento**». E recordou:

«Setúbal, Concelho, apresentava-se em 1985 com as bases firmadas para que se

pudesse entrar num novo ciclo.

A batalha das infra-estruturas fora ganha, como aliás em todo o Distrito de Setúbal. Era aqui que se apresentavam dos mais elevados índices de satisfação das carências elementares da população.

«A gestão autárquica soube planear e programar, tendo como meta um quadro de bem-estar que só estará perfeitamente desenhado quando cada um dos seus habitantes possa sentir que o seu amor a Setúbal é correspondido. Quando se aposte no desenvolvimento pleno das potencialidades de Setúbal e da sua Região».

«O lema que escolhemos **"desenvolver Setúbal"**, reflecte as reais preocupações

de todos e de cada um dos habitantes do Concelho», concluiu a candidata à presidência da Câmara Municipal de Setúbal, passando em seguida em revista os problemas com que se debate o Concelho (desemprego, carência de habitação, degradação paisagística, etc.), concluindo finalmente pela urgência da alteração deste estado de coisas:

«A situação do concelho de Setúbal tem de mudar — afirmou — porque assim o exigem as suas gentes, porque assim o reclamam as suas potencialidades.

O desenvolvimento global, completo, integrado, passa pelo desenvolvimento económico. E nós na Coligação, apostaremos nisso».



Um dos momentos do acordo assinado num hotel do Seixal entre o PCP, o PEV, o PRD e a ID para o distrito de Setúbal, com vista às eleições autárquicas de Dezembro próximo

## Intervenção de Luís Sá

«É com natural alegria que o PCP chega ao momento da assinatura do acordo com o PRD, o PEV e a Intervenção Democrática no distrito de Setúbal», começou por declarar Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP, que prosseguiu:

«É mais um passo, e um passo importante, no caminho de abertura democrática, de construção da unidade e convergência de esforços para resolver problemas dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, das populações em geral».

«Há pouco mais de dois meses o PCP assinou o acordo que está na base da coligação "Por Lisboa" com o PS, o PEV e o MDP», recordou a seguir. «Decorrem esforços de abertura a independentes e a elementos de outras forças políticas das listas da CDU-Coligação Democrática Unitária um pouco por todo o país». Entretanto «hoje assinamos um acordo de significativo alcance num distrito em que temos especiais responsabilidades. Não nos movem propósitos eleitoralistas. Apostamos antes na participação cada vez maior na gestão autárquica, quer no plano das organizações políticas, quer no plano das organizações populares, económicas, sociais e culturais».

«Trabalharemos com persistência, antes e depois das eleições, no distrito de Setúbal como noutros pontos do país, para alargar a participação e o diálogo democrático cada vez mais. É nesse quadro que assume especial sentido a realização de acordos interpartidários ou com organizações políticas. No quadro da CDU ou num quadro mais vasto, orientar-nos-emos pelos princípios da honestidade, do trabalho, da competência, da isenção, da gestão aberta, participada, colaborante com as outras forças; organizações e personalidades democráticas.

«Preconizamos o alargamento ao PRD da coligação «Por Lisboa» e continuaremos a dar o nosso contributo nesse sentido.

«Procuraremos outros acordos com o PRD noutros municípios e freguesias do país». E acrescentou:

«Lamentamos, naturalmente, que o acordo com o PS e outras forças políticas em Lisboa não seja extensivo a outras autarquias em que é possível e necessário derrotar a direita, apesar das propostas que repetidamente apresentámos. Lamentamos igualmente qualquer eventual fracasso em negociações com o PRD com este objectivo que venham a ocorrer noutros pontos do país.

«Se hoje temos legítimos motivos de satisfação, temos também razões para não parar aqui e procurar consequentemente levar mais longe o entendimento e a unidade democrática, tão vasta quanto possível, noutras situações em que é possível vencer ou fazer recuar a direita».

## Nova década

«Duas palavras ainda sobre a gestão autárquica no distrito de Setúbal — prosseguiu Luís Sá. «O distrito tem hoje os maiores índices nacionais de cobertura de água, esgotos e lixos, ente 90% e 100% da população abrangida, enquanto há quinze anos bem menos de 50% da população beneficiava destas infra-estruturas fundamentais. Surgiu uma grande dinâmica, acentuada nos últimos anos, de actividades culturais, desportivas, juvenis, para a infância, e a terceira idade. Nos

últimos anos foram lançados pelos municípios e pela sua associação grandes projectos de desenvolvimento integrado, com destaque para o PIDDS — Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal. Os municípios empenharam-se igualmente na participação na OI — Operação Integrada de Desenvolvimento.

«O novo mandato será para nós uma nova década para o Poder Local, em que a luta pelo desenvolvimento integrado, global e harmonioso será uma preocupação central e constante. Renovamos o desmentido, com indignação, das afirmações do Primeiro-Ministro em Faro: o distrito de Setúbal, cujas autarquias administramos na grande maioria dos casos (e a partir de Dezembro passaremos a ter a maioria em mais) é um distrito de grandes potencialidades e de grandes investimentos. Foi aqui, em municípios que administramos, que se concentrou grande parte dos projectos aprovados no quadro dos Sistema de Incentivos de Base Regional. É em Almada, com a participação da Câmara, Universidade e empresas, que se situa o inovador "Parque de Ciência e Tecnologia". Foi aqui no distrito, em municípios que administramos, que se realizam ou vão realizar alguns dos maiores investimentos estrangeiros em Portugal. Num município como o de Palmela, por exemplo, neste mandato, o emprego cresceu 33% e instalaram-se 50 novas empresas».

«Esperam-nos, pois, novas campanhas de calúnias e desinformação, conduzidas em particular pelo PSD, em boa medida, abusiva e intoleravelmente, a partir do próprio Governo», advertiu de seguida, concluindo:

«Mas temos, aqui no distrito como fora dele, uma obra realizada e um projecto de futuro.

«Com vistas largas e abertura a todas as forças e personalidades democráticas, continuaremos a trabalhar pelos interesses das populações, pela gestão democrática e participada das autarquias e pela unidade das forças democráticas, capaz de construir a alternativa à direita.

«Como ainda mais trabalho, confiante e entusiasmo, vamos construir as condições para um grande resultado eleitoral em Dezembro e para um primeiro mandato na década de 90 com ainda mais qualidade e vantagens para as populações».



PCP

# Acordo entre o PCP, o PEV e o PRD para as eleições autárquicas no distrito de Setúbal

O Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Verdes» e o Partido Renovador Democrático estabeleceram entre si o seguinte acordo tendo em vista as eleições autárquicas de 17 de Dezembro de 1989 em municípios e freguesias do distrito de Setúbal:

## I Aspectos Gerais

1. Os três partidos concorrerão em coligação aos órgãos autárquicos do município e respectivas freguesias de Setúbal.

2. A coligação utilizará a denominação «Desenvolver Setúbal», a sigla PCP-PEV-PRD e um símbolo resultante da junção dos símbolos dos três partidos coligados.

3. O PCP, o PEV e o PRD estabelecem ainda um acordo político abrangendo os municípios de Almada, Grândola, Moita, Montijo, Seixal e Sines, sem prejuízo de um eventual alargamento a outros municípios por acordo das partes.

4. Nos municípios referidos no número anterior os candidatos do Partido Renovador Democrático integrarão as listas da CDU - Coligação Democrática Unitária.

5. A CDU assegurará ao PRD no conjunto dos municípios abrangidos pelo acordo um total de sete lugares elegíveis nas listas para Câmaras Municipais, dezanove lugares elegíveis nas listas para Assembleias Municipais e vinte sete lugares elegíveis nas listas para Assembleias de Freguesia.

6. O PRD participará plenamente na campanha e nos actos de pré-campanha eleitoral nos municípios e freguesias em que não há coligação jurídica mas que são abrangidos pelo presente acordo, mantendo os seus candidatos a plena identidade com a força política que representam.

7. Os partidos subscritores deste acordo comprometem-se a indicar como candidatos figuras de reconhecida idoneidade e competência, devendo procurar-se o maior consenso possível na elaboração das listas.

8. Os programas eleitorais e outras propostas fundamentais a apresentar ao eleitorado deverão ser elaborados por consenso entre as partes, referindo expressamente a participação do PRD e dos seus representantes na respectiva candidatura, designadamente através da sua sigla.

9. Será sempre reconhecida ao PRD interna e externamente a sua qualidade indeclinável de força política autónoma.

10. O PRD não participará em coligações ou em acordos políticos com outros partidos com vista às eleições autárquicas nos municípios e freguesias do distrito de Setúbal que não são abrangidos por este acordo, podendo no entanto concorrer aí autonomamente.

11. Os eleitos designados pelos três partidos participarão na gestão autárquica nos órgãos abrangidos pelo presente acordo num clima de colaboração e convergência de esforços para a resolução dos problemas das populações e assegurarão consultas mútuas no que se refere aos instrumentos fundamentais da gestão autárquica nomeadamente planos directores municipais, planos de actividade e orçamentos, regulamentos e taxas.

## II Município de Setúbal

Do acordo relativo ao município de Setúbal fazem parte a «plataforma política» e «outros aspectos (distribuição de lugares e funcionamento dos órgãos)».

### A Plataforma política

Viver no Concelho de Setúbal é um privilégio que tem de ser verdadeiramente sentido por toda a população.

As correntes migratórias que continuamente se dirigem para o concelho são bem a prova de que são reconhecidas as potencialidades da região.

É preciso dar respostas, e respostas adequadas, aos anseios das populações, às potencialidades do Concelho, é preciso dirigir as terras de Bocage e Sebastião da Gama pelos caminhos do desenvolvimento.

Dispondo de magníficos recursos naturais que é necessário a todo o custo preservar, o Concelho de Setúbal pode vir a proporcionar um quadro de bem-estar em consonância com o seu enquadramento natural, a Arrábida e o Sado, que constantemente nos previnem contra a degradação.

Para assegurar tal quadro de bem-estar, para assegurar o ambiente e qualidade de vida, para garantir o desenvolvimento, torna-se necessária uma gestão que mobilize toda a população em torno do desenvolvimento do município de Setúbal.

O desenvolvimento integrado do município de Setúbal passa assim pelos seguintes pontos fundamentais:

a) Mobilização de todas as forças sociais e económicas, de toda a população, em torno da gestão autárquica;

b) Transformação da autarquia de Setúbal, numa autarquia aberta ao futuro e ao progresso;

c) Organização autárquica que permita um clima de confiança necessária à eficácia das decisões;

d) Empenhamento dos eleitos na execução do programa eleitoral e dos programas de actividades.

Relativamente a estes pontos, os partidos que integram a coligação entendem o seguinte:

a) O desenvolvimento do concelho passa pela obtenção de consensos alargados entre os trabalhadores, os agentes económicos, as forças sociais, relativamente ao futuro do município. Passa também pelo empenhamento de toda a população, e pela sua participação activa na gestão autárquica.

b) O desenvolvimento integrado do Concelho exige:

1. A defesa e a valorização do quadro ambiental, nomeadamente do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Várzea, dos Centros Históricos.

2. Uma participação activa dos eleitos em todos os projectos relativos à área do Distrito.

Neste contexto assume especial relevância uma nova imagem e uma nova actuação do município de Setúbal na Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

O desenvolvimento integrado passa também pelo reconhecimento da importância do PIDDS — Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, para o município de Setúbal, pelo acompanhamento e empenhamento na concretização dos projectos da Operação Integrada para a Península de Setúbal.

Tal desenvolvimento passa ainda pelo empenhamento na aceleração dos mecanismos que tornem possível a aprovação do Plano Director Municipal.

3. Adopção de uma atitude interveniente junto das estruturas do Poder Central, com o objectivo de combater modelos económicos que cavam assimetrias dentro da área do próprio município, designadamente um fosso entre pobres e ricos.

c) O desenvolvimento integrado só é possível com uma organização autárquica que crie um clima de confiança entre os trabalhadores da autarquia, verdadeiros motores da imagem do Concelho, e os eleitos autárquicos.

A eficácia das decisões exige uma rápida descentralização de competências e meios para as freguesias, acelerando-se desta forma a realização de um quadro de bem-estar.

Por outro lado, quanto à organização autárquica entendem os partidos que integram a coligação ser necessário criar as seguintes comissões municipais:

- O Conselho Municipal Económico e Social
- O Conselho Municipal do Ambiente
- O Conselho Municipal para a Cultura

Entendem ainda necessário manter o Conselho Municipal de Trânsito e o Conselho Municipal de Energia e reactivar a Comissão Municipal de Toponímia e o Conselho Municipal do Património.

d) O trabalho do município, orientado no sentido de desenvolver Setúbal, terá ainda como base o reconhecimento e respeito do papel de todos os eleitos, independentemente da força política a que pertencerem, na execução do programa, maioritariamente sufragado.

O trabalho autárquico é um trabalho colegial, em íntima ligação com as populações, tendo em vista os caminhos do desenvolvimento.

## B Outros Aspectos

O Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Verdes» e o Partido Renovador Democrático acordam ainda entre si:

### a) Para a Câmara Municipal

1. A lista para a Câmara Municipal de Setúbal será encabeçada por um membro do PCP — Maria Odete Santos — e incluirá três candidatos designados pelo PRD em 3.º — José Rebelo —, 5.º e 9.º lugares.

2. Um 4.º candidato também designado pelo PRD integrará a lista dos suplentes.

### b) Para a Assembleia Municipal

1. A lista para a Assembleia Municipal será encabeçada por uma personalidade designada pelo PRD, figurando os restantes candidatos designados pelo mesmo partido nos 5.º, 8.º, 13.º, 19.º e 23.º lugares.

2. O PRD designará para a lista de suplentes o mesmo número de candidatos que figuram a título efectivo.

### c) Para as Freguesias

1. As listas para as freguesias do Concelho serão encabeçadas por elementos a designar pelo PCP e pelo PEV, com as excepções que constam do número seguinte.

2. Cabe ao PRD designar os nomes que virão a ocupar o 5.º lugar nas listas candidatas às Assembleias das Freguesias de Sado, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e S. Simão; os 3.º e 7.º lugares nas listas candidatas às Assembleias das Freguesias de Anunciada, Santa Maria e S. Julião; os 3.º e 6.º lugares na lista candidata à Assembleia de Freguesia de S. Lourenço; e o 3.º, 7.º e 10.º na freguesia de S. Sebastião.

3. Para a lista de suplentes proceder-se-á em analogia com o disposto para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

4. O PRD disporá de um lugar nas Juntas de Freguesia da Anunciada, S. Lourenço e Santa Maria e de dois lugares nas Juntas de Freguesia de S. Julião e S. Sebastião.

5. Caberá ao PRD a presidência das Assembleias de Freguesia com excepção da Freguesia do Sado.

d) O PCP, o PEV e o PRD comprometem-se a respeitar o princípio do voto convergente nas matérias referentes a:

1. Orçamentos e Planos de Actividade
2. Relatórios de Actividade e Contas de Gerência
3. Revisões Orçamentais
4. Eleição da mesa da Assembleia Municipal
5. Reorganização de Serviços

### e) Pelouros

Serão assegurados pelouros aos eleitos dos vários partidos nos termos que vierem a ser acordados.

f) Em caso de acordo com outros partidos ou de participação de independentes, o PCP, o PEV e o PRD comprometem-se a assegurar lugares compatíveis nas assembleias municipais e freguesias.

15 de Setembro de 1989

À venda

PROGRAMA

PCP

ESTATUTOS

Poder Local

3.ª Reunião do Conselho Consultivo Nacional da CDU

# Urge consolidar esforços de aproximação e unidade democráticas

O Conselho Consultivo Nacional da CDU — Coligação Democrática Unitária reuniu pela 3.ª vez no passado sábado, onde **avaliou globalmente o contexto político que se está a viver na preparação das eleições autárquicas de 17 de Dezembro e analisou, demoradamente, os traços relevantes da política seguida nas suas várias valências e sectores pelo actual Governo, dando, ainda, o seu acordo, a algumas iniciativas a nível nacional, da CDU, segundo um comunicado emitido a propósito.**

O documento frisava que «o Conselho Consultivo entendeu destacar, ao examinar a situação vivida decorrente da preparação das autárquicas, o empenho e a capacidade com que a CDU, os seus rostos e formas locais, se assume para estar presente ao eleitorado. Como sempre temos definido — sublinha o documento — a CDU constitui na base dos partidos que a referenciam institucionalmente e que lhe dão suporte jurídico — o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista «Os Verdes» — um quadro e um espaço políticos abertos à participação activa e criativa dos cidadãos sem filiação partidária e de Associações Cívicas. A realidade, em muitos dos concelhos do País, comprova — e tem comprovado — que nas listas, a CDU tem uma quota-parte significativa de todas as componentes políticas da coligação: dos partidos (PCP e PEV), da Associação Intervenção Democrática, de independentes.»

A Lei n.º 5/89, criada pela actual maioria do PSD na Assembleia da República, visou, como se sabe a CDU — Coligação Democrática Unitária: impôs que a coligação, no símbolo e sigla com que se apresenta ao eleitorado, reproduzisse apenas o símbolo e a sigla de cada um dos partidos que a integra. O Conselho Consultivo, reiterando a posição já assumida pelas direcções dos partidos que constituem a CDU e pela Comissão Coordenadora Na-

cional da CDU, «condena este intolerável abuso de uma maioria parlamentar, na esfera privilegiada do direito de associação e expressão políticas, área fundamental da vida democrática». Entretanto, o comunicado sublinha «a importância assumida pela manutenção da CDU na denominação adoptada e apela a todos para a divulgação do novo símbolo e sigla que utilizamos.»

## As coligações «Por Lisboa» e «Desenvolver Setúbal»

O Conselho Consultivo, tendo ouvido exposições sobre as diligências feitas para a unidade das forças democráticas no desenrolar das autárquicas e para o potenciar de alianças abertas à cooperação interforças democráticas, entendeu destacar e saudar a constituição das coligações «Por Lisboa» e «Desenvolver Setúbal», importantes afirmações «de que é possível encontrar caminhos de unidade partilhada e co-responsável, consolidando a prática de políticas que, no concreto e no quotidiano, sirvam os interesses gerais da maioria da população». Esses caminhos de unidade continuarão a ser percorridos nos três meses que nos separam das eleições e, esperar o Conselho, depois de-

las. «Sob a forma de coligações juridicamente anotadas, como as que ocorrem nos municípios e freguesias de Lisboa e Setúbal, ou sob a forma de acordo político (com integração por exemplo, de candidatos do PRD nas listas da CDU em vários municípios do distrito de Setúbal) verificou o Conselho Consultivo a importante expressão política assumida pela CDU. Mesmo quem a terá querido isolar, verificará, hoje, que a CDU está no centro de uma intensa expressão de desejo de unidade na prática, sendo, naturalmente, o seu modo de estar na gestão autárquica — com honestidade, trabalho e competência — um significativo elemento a potenciar essa unidade», realçou este 3.º Encontro do Conselho Consultivo Nacional da CDU.

Na sequência «do trabalho a favor da unidade, que saudamos», o Conselho Consultivo pronunciou-se a favor da integração do PRD na coligação «Por Lisboa» e a favor de novos acordos entre forças democráticas noutros pontos do País.

Independentemente de tais acordos, «constitui uma preocupação e direcção de trabalho fundamental o alargamento das listas da CDU — Coligação Democrática Unitária a independentes e elementos

de outras forças políticas democráticas».

Durante a reunião foram ouvidas também análises sobre «situações noutras áreas do País tão importantes como os municípios de Viana do Castelo, Porto, Covilhã», apelando-se neste sentido «a um empenho conjunto das forças democráticas para uma candidatura reforçada à gestão dessas cidades.»

O Conselho pronunciou-se pela inserção alargada de jovens nas candidaturas CDU «como condição indispensável de relacionamento consolidado com as novas faixas etárias do eleitorado», mostrando-se igualmente favorável a «Programas Eleitorais contratualizando com o eleitorado as actuações que são propostas», assegurando-se, em todos os casos, **equipas de gestão criativas, competentes e honestas.** Sublinhou-se, de novo, todo o problema em regiões «onde circunstâncias objectivas tornam difícil a constituição das melhores listas de candidatura», e apelou-se a um esforço alargado para resposta cabal a estas circunstâncias».

No documento saído da reunião é renovado o «objectivo de a CDU concorrer a todos os municípios e ao maior número possível de freguesias.

## A análise da situação política

O Conselho Consultivo Nacional analisou também, agregadamente aliás com o desenvolvimento das autárquicas, o momento político nesta reentrada de 1989/90. O comunicado afirma «que é nítido, em vastos sectores da população, uma rejeição e uma indignação em relação a políticas prosseguidas em diversos domínios da vida pública: a política de rendimentos agrava assimetrias e desigualdades sociais, a inflação continua em aceleração desregulada, as políticas sectoriais na habitação, na saúde, na segurança social, na educação, no investimento e crédito, trazem, todas elas, o fermento de um mal-estar, de frustração e de desencantamento». Entretanto, é protagonizado pelo actual Governo, «uma prática política sem diálogo, crispada, nos limites da fronteira entre a arrogância teimosa e o autoritarismo primarista». Leis abusivas de poderes que, constitucionalmente, se firmam na autonomia, como a da Tutela dos Municípios denunciam o vezo centralista. **Pesam sobre o Governo suspeições a várias instâncias** — afirma-se. Os escândalos, abertos

pela notícia divulgadora de situações ostensivas, «permanecem em cena, vulgarizando-se membros do actual Governo como protagonistas de situações de ilegalidade e transvio de regras e procedimentos pouco transparentes», denuncia o comunicado, que prossegue:

«Urge consolidar esforços de aproximação entre as componentes democráticas da vida política. O Conselho reiterou, da parte da CDU, a disponibilidade para todas as formas de acção que potenciem esses espaços de aproximação e unidade».

O Conselho Consultivo entendeu também congratular-se com as iniciativas em curso tomadas pela CDU, destacando, pelo seu âmbito nacional, a realização do Encontro sobre a Juventude e o Poder Local, em 29 de Outubro, e do Seminário sobre os «Direitos dos Cidadãos face à Administração Pública» em 12 de Novembro, decorrendo este num contexto que se liga também à apresentação na Assembleia da República pelos deputados dos partidos e da Associação que integram a CDU, de um projecto-lei sobre a matéria.»

A próxima reunião do Conselho ficou marcada para o dia 25 de Novembro.

## Actividades e candidaturas

A CDU-Coligação Democrática Unitária prossegue e alarga a sua actividade por todo o País no quadro das eleições autárquicas de Dezembro próximo, organizando e apresentando candidaturas e multiplicando os contactos e as iniciativas.

### Coimbra

Como consta de uma nota à Imprensa, o candidato à presidência da Câmara de Coimbra pela CDU-Coligação Democrática Unitária, Santos Cardoso, acompanhado de outros membros da Comissão Coordenadora desta coligação, nomeadamente Jorge Loureiro, candidato à presidência da Junta de Freguesia de Eiras, e Francisco Queirós em representação, de organizações juvenis, reuniram com a direcção da Associação Comercial e Industrial de Coimbra — ACIC, na sede desta associação, tendo havido larga troca de opiniões durante cerca de duas horas.

No final da reunião, Santos Cardoso referiu que foram discutidos temas de especial interesse para o desenvolvimento do concelho, «de forma claramente demonstrativa do empenho daquela associação em contribuir para que Coimbra venha a ocupar lugar cimeiro que merece, como centro de saber, no desenvolvimento do País».

Santos Cardoso e os membros da equipa que o acompanharam mostraram-se

surpreendidos ao constatar a falta de diálogo por parte da Câmara com esta importante associação, que se mostra especialmente vocacionada para o incremento da pequena e média empresa no concelho, «chegando ao ponto de a Câmara não ter tomado a iniciativa de discutir com os legítimos representantes do comércio e indústria o projecto do Plano Director Municipal, o qual, como é sabido, deve vir a constituir um guião para o desenvolvimento socioeconómico concelhio», frisou-se no comunicado.

Santos Cardoso manifestou à direcção da ACIC «o propósito da CDU apoiar a remoção de obstáculos para a rápida edificação das instalações definitivas para realização de feiras, exposições e outras iniciativas, nos terrenos cedidos pela Câmara na margem esquerda do Mondego, apesar de a CDU ter defendido na altura uma situação diferente que foi recusada por larga maioria do município, facto que a CDU democraticamente aceita», recordou o candidato, que manifestou ainda o «melhor interesse em participar num debate público com os vários

candidatos à presidência da Câmara, sobre temas para o desenvolvimento do concelho que preocupam esta associação comercial e industrial».

A deslocação do candidato da CDU-Coligação Democrática Unitária à ACIC prosseguiu o programa de auscultação de entidades do concelho de Coimbra, decidido por esta candidatura com vista à elaboração do plano para o próximo mandato a elaborar pela CDU. Anteriormente Santos Cardoso havia visitado já a Santa Casa da Misericórdia, iniciando assim um programa de encontros que concretiza a estratégia definida pela CDU «no sentido descentralizador, devendo a Câmara aumentar o seu apoio às acções destas entidades».

### Bragança

A CDU-Coligação Democrática Unitária, PCP/PEV, está a ultimar as suas listas de candidatos aos órgãos municipais dos 12 concelhos do distrito de Bragança, segundo informa igualmente uma nota de Imprensa, que acrescenta que esta coligação «vai apresentar candidatos a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e a um número significativo de Assembleias de Freguesia».

Tendo já anunciado os seus candidatos em Mirandela (Dr. Fernando Pilão e

David Garrido) e Vila Flor (José Prudêncio e Rui Tadeu), a Coligação Democrática Unitária definiu já outros cabeças de lista para Câmaras Municipais, nomeadamente:

**Carrizada de Ansiães** — José Alegre Mesquita, de 30 anos, professor do ensino primário. Tem sido nos últimos anos membro dos Corpos Gerentes do Futebol Clube de Carrizada de Ansiães e um dos animadores da Rádio Ansiães.

**Freixo de Espada à Cinta** — Serafim Brás da Silva, de 35 anos, dirigente político, membro do Comité Central e responsável pela Comissão Distrital de Bragança do Partido Comunista Português. É actualmente membro da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

**Macedo de Cavaleiros** — Dr. João António Teixeira, de 36 anos, advogado, natural de Cortiços. É advogado do Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte.

**Torre de Moncorvo** — José Manuel Costa, de 34 anos, professor do ensino preparatório. É dirigente sindical dos professores, pertencendo à direcção distrital da Guarda do S.P.Z.C. Foi eleito membro da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo nas eleições autárquicas realizadas em 1979, 1982 e 1985.

## Rui Godinho chefia delegação a Luanda

Uma delegação oficial da Câmara Municipal de Lisboa, chefiada por Rui Godinho, vereador do PCP, e composta por alguns responsáveis municipais e técnicos de empresas da UCCLA partiu para Luanda na passada segunda-feira.

A delegação tinha como objectivos tratar com as autoridades municipais de Luanda assuntos relacionados com a cooperação de Lisboa com Luanda, nomeadamente no levantamento da situação da cidade em matéria de redes de esgotos, sistema de tratamento de esgotos, recolha e tratamento de lixos, sistema de iluminação pública e distribuição de energia, sistema de abastecimento de água e, ainda, questões relacionadas com a expansão urbana da capital angolana.

Estava também previsto abordar com as autoridades municipais de Luanda o estabelecimento de um plano de trabalhos, de curto, médio e longo prazo, que no âmbito das acções de cooperação entre Lisboa e Luanda seja considerado útil desenvolver.

Esta missão dá início formal e, de facto, às acções de cooperação entre as cidades de Lisboa e Luanda, após a assinatura do acordo de geminação entre estas cidades e a adesão de Luanda à UCCLA.

Esta delegação oficial da CML, chefiada por Rui Godinho, regressa no próximo dia 27 a Lisboa.

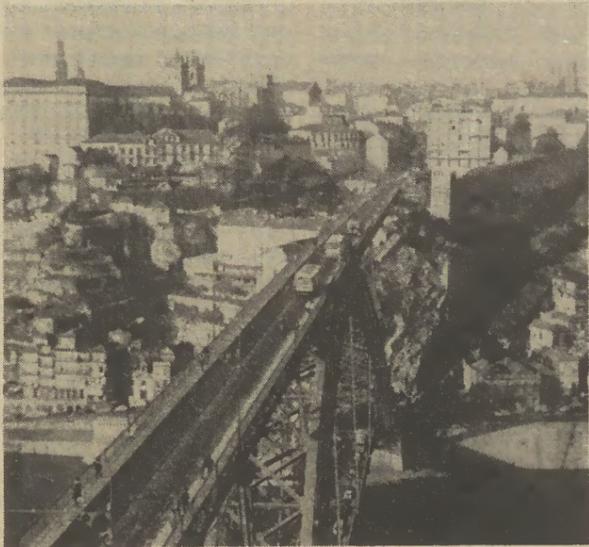
**Poder Local**

# É tempo de «Pelo Porto» construir a cidade!

«Afirmando com clareza que estão reunidas condições essenciais para a vitória da minha candidatura PELO PORTO. Como homem da cidade e decano da Câmara Municipal, profundamente empenhado na resolução dos problemas e no desenvolvimento do Porto e da região, reafirmo a disponibilidade para a minha candidatura abranger e dar expressão a uma ampla convergência de todos os que amam a sua cidade e a quem querem ouvir». São palavras de Luiz Oliveira Dias, quando na passada semana reflectia em Conferência de Imprensa sobre as consequências das recentes decisões do actual Presidente da Câmara do Porto — demitiu-se de militante do PSD e aceitou recandidatar-se na lista do CDS —, sublinhando especialmente a conjugação destes e de outros factores na criação de boas condições para a vitória da sua candidatura a Presidente da Câmara.

Oliveira Dias referiu-se ao facto de a candidatura do dr. Fernando Cabral na lista do CDS ser claramente «uma candidatura que disputa a mesma base eleitoral que o eng.º Carlos Brito, que encabeça a lista do PSD e que toca sectores significativos do eleitorado do PS».

«O primeiro, enquanto militante do PSD, desencadeou-se com a política deste partido, afirmou que a origem da retirada de apoio de que foi vítima teria origem na sua recusa em atraiçoar os interesses do Porto no célebre caso das tarifas de electricidade, e apontou o eng.º Carlos Brito como um dos responsáveis dessa política agressiva à cidade (com Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD) e simultaneamente como candidato sem perfil nem coragem para Presidente da Câmara do Porto». Quanto a Carlos Brito, lembra Oliveira Dias que «na preparação das eleições para o mandato que agora termina, recusou a candidatura que agora aceita para não enfrentar o "choque" das tarifas», afastando-se mais tar-



de, como governador civil «para não ter que, pessoalmente, ficar marcado com a invasão dos SMGE, a mando do Governo de que é um dos mentores».

Ao considerar a decisão de Fernando Cabral como «um facto político novo», Oliveira Dias afirmou ainda que «há fortes razões para crer que passou o tempo em que o PSD ou o CDS pertencem

ou constituem as maiorias no Porto».

## Apoios à candidatura PELO PORTO

Oliveira Dias referiu que a sua candidatura conta já com o apoio de importantes forças políticas — PCP, PEV e ID — e que «estão em curso conversações com outros partidos e sectores que, até ao momento, permitem manter expectativas positivas nos resultados». Centenas de personalidades do Porto, independentes ou ligados a vários sectores democráticos têm vindo a aderir e a apoiar

Lima, Rocha Marques, Mena Matos, Rogério Ribeiro, Emílio Peres, Armando Sá, José Morgado, Henrique Santos, Mário David Soares, Vieira Mendes, Pompílio Ferreira, Jorge Araújo, Júlio Cardoso e António Reis.

Ao afirmar como «pontos de honra» da sua candidatura «um verdadeiro espírito de diálogo, a máxima abertura na consideração dos problemas de todos os sectores, o respeito absoluto pela diversidade de opiniões, e o máximo empenho pela participação das várias forças num projecto comum, para fortalecer a vitória nas eleições de 17 de Dezembro», Oliveira Dias lamentou «que o Partido Socialista tenha recusado até hoje todas as propostas de coligação que fizemos e tenha optado por uma candidatura fechada e isolada da cidade que não terá o sucesso que almeja». «O PS», acrescentou, «nas passadas eleições autárquicas, contou apenas mais quatro pontos percentuais que a CDU mas, pela sua falta de trabalho na autarquia, pelo divórcio da cidade, não criou desde então, nem agora, apoios ou argumentos que lhe permitam sequer segurar o resultado».

«O Porto é, para nós, mais importante que Bruxelas e as garantias do futuro não se tornam convincentes em meses ou semanas, mas sim em anos de trabalho, de conhecimento dos problemas, de competência na realização das obras», disse ainda, para concluir que «quem decide os resultados eleitorais é o povo e não as "previsões" de comentadores, por vezes até interessados no que anunciam, nem as declarações ou desejos dos dirigentes partidários».

expressivamente a sua candidatura. Na altura destacou nomes como Siza Vieira, Alcino Soutinho, Domingos Tavares, Jorge Canto Moniz, Viana de Lima, Ricardo Figueiredo, Macedo Varela, Armando Alves, José Rodrigues, Ângelo de Sousa, Armando Castro, Óscar Lopes, Hélder Pacheco, Franklin Guerra Pereira, Borges Coelho, Rodrigo Cabral, Isabel Cabral, Cassiano Abreu

## Barreiro

### Câmara apoia desporto e cultura

Decorreu no passado sábado, na Piscina Municipal, o Torneio Concelhio de Natação integrado nas Olimpíadas Populares do Barreiro. Foram seleccionados os atletas do concelho que em Outubro participarão na fase distrital das Olimpíadas Populares do Distrito de Setúbal.

Entretanto, foi já anunciada a data em que se realizará o 1.º torneio inter-selecções distritais de trampolins, que terá lugar, entre 25 e 28 de Novembro, no Pavilhão do Grupo Desportivo da Quimigal. Trata-se de uma iniciativa inédita do nosso país que transformará o Barreiro no ponto de encontro de todas as associações distritais de ginástica, que aí participarão na modalidade de trampolins.

A grande importância, em termos de competição e convívio entre os participantes, levou a Câmara Municipal do Barreiro a atribuir um subsídio de 150 mil escudos à entidade organizadora do certame, a Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.

O Barreiro tem estado, de facto, bastante activo nas áreas da Cultura e Desporto (e não só!), pelo que convém dar uma vista de olhos pelo panorama.

Assim, o Município decidiu recentemente conceder um subsídio no valor de 250 mil escudos no sentido de viabilizar o programa de actividades que o Centro de Cultura da Juventude do Barreiro (CCJB) tem vindo a desenvolver no trimestre em curso. Esta ajuda insere-se no acompanhamento e apoio regulares que a Câmara do Barreiro tem prestado ao Centro da Juventude daquele concelho.

Do grande leque de actividades promovidas pelo CCJB, nas áreas da formação artística, promoção e divulgação cultural no seio da juventude do Barreiro, tem especial destaque a realização das 2.ª Jornadas do Salão Juvenil de Artes e Letras, integradas no intercâmbio juvenil com Montemor-o-Novo, que inclui quatro concursos nomeadamente de pintura, desenho, poesia e prosa. A organização da nova exposição de Jorge Águas, a remodelação dos expositores, e os cursos de formação no domínio da pintura, siregrafia, tapeçaria, fotografia e cabedal são igualmente actividades importantes promovidas pelo Centro de Juventude.

Ainda neste âmbito, a Câmara do Barreiro, reunida em recente reunião do executivo, decidiu subscrever um parecer considerando que o Grupo Desportivo e Recreativo de Palhais deve ser declarado de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de Novembro.

Esta decisão foi motivada pelos intensos esforços que o

Grupo Desportivo de Palhais tem realizado para satisfazer as necessidades recreativas, desportivas e culturais da população, e por constituir esta colectividade uma importante componente da vida social, tendo melhorado as condições de convivência aos seus associados. De referir que neste momento estão em curso obras de remodelação e ampliação de instalações com o apoio das autarquias locais e de outras entidades.

Entretanto têm sido patentes o cuidado e atenção especiais que o Município tem dedicado à prática associativa, quer através da intensificação do movimento associativo, ou em apoios de ordem humana, material e financeira.

Na área do folclore, o concelho tem vindo a assistir ao surgimento de grupos, cuja actividade desde o início tem acompanhado. É neste esforço de apoio que a edilidade decidiu atribuir um subsídio de 100 mil escudos ao Rancho Folclórico Regional da Quinta da Lomba. Este grupo, criado em 1987, tem lutado por adquirir os meios indispensáveis à sua implantação na região e a nível do País.

A presente ajuda da Câmara vem sem dúvida contribuir para que este jovem rancho folclórico possa levar a sua arte tradicional a um público mais vasto.

Por outro lado, a Câmara Municipal do Barreiro realizou na passada quarta-feira, no Chinquilho Lavradiense, uma reunião pública do Executivo do Município, inserida no programa de Descentralização das Sessões Públicas de Câmara, já na segunda fase que decorre até final do ano em curso.

## S. Pedro da Cova

### Casa da Malta de novo habitada!

Fomos encontrar a **Casa da Malta**, em S. Pedro da Cova, de novo cheia de gente. Desta vez não eram já os «malteses» que, vindos de Penafiel, Paredes, Marco, Baião ou Barcelos para trabalhar nas minas de carvão, ali encontravam uma enxerga para dormir, enquanto as famílias ficavam longe. No passado sábado, foi a alegria e o convívio de mais de duas centenas de idosos que vimos dar vida nova à Casa da Malta, numa iniciativa da Junta de Freguesia que encerrava a colónia balnear de Verão. Não era ainda a inauguração formal daquela casa recuperada para Museu Mineiro e outras actividades culturais e recreativas da Freguesia, obra de que tanto se orgulha a Junta, mas foi um primeiro contacto e já um exemplo do que poderá vir a ser a sua utilização a breve prazo.

Em São Pedro da Cova ouvimos contar, pela voz do camarada Constantino Loureiro, o presidente da Junta de Freguesia, o que foi a vida na Casa da Malta e o que se pretende agora fazer para que não se esqueça, encerradas que foram as minas, os anos que marcaram a história da Freguesia. «Toda aquela "malta" que vinha de fora, isolada, sem família, ficava instalada aqui e só ia à terra ao fim da quinzena, quando podia, muitas vezes para trazer alguma co-

mida. Cozinhavam todos juntos, na cozinha universal (onde agora vamos fazer uma Biblioteca). Deixavam as bicicletas num pequeno cubículo, à entrada, lavavam a roupa nos dois tanques e tomavam banho numas pias que também aqui existiam. Os quartos, distribuídos por dois andares, eram muito pequenos, apenas cabia uma cama».

Havia duas casas como esta em São Pedro da Cova. Quando, na década de setenta, encerraram as minas tam-

bém elas deixaram de funcionar e ficaram abandonadas. O sonho da Junta era ter um museu mineiro, particularmente a partir do momento em que encerraram o Centro Revolucionário Mineiro para ali instalarem a sede da empresa Terra-Minas. «Todo o espólio do Centro Revolucionário esteve guardado estes anos até que conseguimos adquirir à Companhia das Minas esta Casa da Malta e reconstruí-la, integralmente a expensas da Junta. São mais de oito mil contos que gastamos e ainda estamos à espera do subsídio em 20% que a Câmara de Gondomar prometeu», conta-nos Constantino Loureiro.

#### Um museu vivo

O que é facto é que a obra ali está, quase pronta. No jardim, estão já as «andorinhas» que puxavam as «jaulas», elevadores que transportavam os trabalhadores das minas. Dentro do edifício ficou a memória do local onde se guardavam as bicicletas, dos pequenos quartos

e as tarimbas. Agora há que montar o resto do museu: ferromantas, vagonetas, vestimentas dos mineiros, até as «chapas» de marcação de ponto («cada mineiro deixava na "casa das chapas", pela manhã, e recolhia-a no fim do dia de trabalho»), tudo está preparado para instalar, até finais de Setembro. «Nós queremos um museu vivo, por isso pretendemos associar à sua existência o funcionamento no mesmo local de um Centro de Dia para a Terceira Idade. No fim, são sobretudo os mais velhos que poderão melhor contar como era a sua vida de mineiros. Aqui também vai funcionar um Gabinete de Apoio aos ex-mineiros, uma Biblioteca à disposição de toda a população, e, porque o espaço chega e ficamos com uma grande sala polivalente, poderemos promover aqui todo o tipo de iniciativas, pensando também na juventude e nos mais novos».

Constantino Loureiro era um homem feliz.

É que havia de novo vida na Casa da Malta.

## Em Montemor-o-Novo Fase eliminatória das Olimpíadas Populares

No âmbito das Olimpíadas Populares do Distrito de Évora, decorreram no concelho de Montemor-o-Novo as provas das modalidades de pesca, malha e damas, tendo sido apurado os participantes que irão disputar as finais distritais.

Os concursos de pesca contaram com um total de 125 participantes, distribuídos por 3 escalões, correspon-

dendo aos níveis etários de 7-11, 12-15 e mais de 15 anos. Foram apurados para a final distrital, 30 pescadores. Nos torneios de malha, participaram 150 jogadores, dos quais 10 irão disputar a final distrital que se realiza em Vila Viçosa. Participaram nos torneios de damas 76 jogadores e ficaram apurados 5 para a final distrital em Viana do Alentejo.

PCP

## Trás-os-Montes e Alto Douro

# PCP-PEV presente nas eleições para todos os Municípios da região

### • Decorreu em Vila Real uma reunião de quadros da ORT do PCP

Nos diversos concelhos transmontanos e altdurienses estão em fase de elaboração as listas da CDU-PCP-PEV para as eleições autárquicas de Dezembro. A fase adiantada em que se encontram as listas em alguns concelhos permitiu que já aí tivessem sido divulgados os cabeças de lista (entre outros casos, Alijó, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar, Carrazeda de Ansiães, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Moncorvo e Vila Flor). Nas próximas semanas serão divulgados os cabeças de lista nos restantes concelhos. Está garantida a participação da CDU-PCP-PEV nas eleições para todas as Câmaras e Assembleias Municipais da região. Em diversos concelhos decorrem ainda reuniões e contactos com democratas de outros partidos e com democratas independentes, o que certamente levará a CDU a apresentar-se ao eleitorado com uma mais larga e representativa base unitária. A preparação das autárquicas foi, aliás, o tema duma recente reunião de quadros da Organização Regional de Trás-os-Montes (ORT) do PCP, efectuada em Vila Real.

Em contacto com os órgãos da Comunicação Social, os comunistas e transmontanos alertam a opinião pública para «o carácter demagógico das passeatas do senhor Primeiro-Ministro numa sistemática acção de caça ao voto na região transmontana, em que procede a «inaugurações» a metro das IPs — Estradas que caminham aos soluços, e de obras que só lentamente passam da primeira pedra, enquanto outras pedras sepultam o manto das promessas demagógicas do Governo PSD/Cavaco Silva. Curiosamente ou talvez não as obras é as passeatas ganham novo alento em vésperas eleitorais...»

### Conquistar a confiança das populações

Apesar de todo este «marketing» eleitoral — acrescenta a ORT do PCP — prevalece em toda a região uma desastrosa gestão autárquica caracterizada pelo compadrio, os atropelos, o atraso e abandono, a par de obras de fachada e inaugurações de circunstância, o que coloca

novas obrigações à CDU-PCP-PEV.

Nesse sentido — prossegue o «telex» da ORT — procuramos reunir os quadros mais capazes, os democratas sérios, honestos, corajosos e competentes para desta forma conquistarmos a confiança das populações, disputarmos votos e influência e afirmar a CDU como alternativa em relação à direita (PSD e CDS) e também em relação ao PS.

### Propostas realistas

A CDU apresentará candidatos para discutir vereações e presidências de Câmaras Municipais, mas apresentará também sempre onde lhe for possível equipas de candidatos que pelo seu conhecimento diversificado das múltiplas áreas de actividade e vida de cada Município, possam complementarmente apresentar propostas realistas e não demagógicas que permitam retirar a região do marasmo em que se encontra.

Na informação que fez chegar ao «Avante!», a ORT revela que se encontram prontas ou em fase de ulti-

mação listas para dezenas de freguesias da região. Em diversos casos são já do conhecimento das populações e trabalham na elaboração de programas a propor ao eleitorado para o desenvolvimento dessas localidades.

O PCP saúda os numerosos democratas empenhados no desenvolvimento das suas terras, que se têm dirigido à CDU para que esta venha a patrocinar listas com a sua participação para as respectivas freguesias.

É um motivo de satisfação para a CDU-PCP-PEV ver desta forma reconhecida a obra, a acção que os seus eleitos têm realizado mesmo em minoria e o apreço que lhe é dado pelas populações.

«Como tal, esperamos disputar e vencer numerosas presidências de Juntas de Freguesia na região. Parece-nos assim que cresce o apoio à ideia de que Trás-os-Montes precisa de mais Juntas CDU, de mais representantes da CDU nas Câmaras e Assembleias Municipais, «salienta a ORT.

### Novo salto

A reunião de quadros da ORT do PCP, perante a lei arbitrária do PSD que obrigou à mudança de sigla e símbolo da CDU decidiu também empenhar todos os militantes e activistas na divulgação do novo símbolo e sigla e realizar uma acção de informação e esclarecimento junto do eleitorado.

Finalmente a reunião, saudando o trabalho desenvolvido e que continua a ser realizado por todos os apoiantes da CDU-PCP-PEV, convida os democratas da região a integrarem e apoiarem as listas da CDU e considera indispensável um novo salto neste trabalho preparatório, um novo e maior empenho de todos para que estes objectivos se possam concretizar.

A CDU-PCP-PEV é já uma força com implantação na região transmontana e alto-duriense. Impõe-se um novo passo, o alargamento desta influência nas próximas eleições autárquicas.



Em Trás-os-Montes e Alto Douro, como nas outras regiões do País, os comunistas estão a dinamizar um intenso trabalho com vista às eleições autárquicas de Dezembro (foto: cidade de Vila Real)



Açores — está consumado o acordo PS/CDS quanto a eleições para a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Comentando o assunto, o Secretariado da DORAA do PCP refere numa nota recentemente divulgada: «O PS, finalmente, reconheceu aquilo que é óbvio, ou seja, que nenhum partido isoladamente está em condições de ser alternativa ao PSD nos Açores». Entretanto, os comunistas chamam a atenção para o facto de coligações PS/CDS não serem susceptíveis de dinamizar o descontentamento, quer por assentarem em meros acordos de circunstância, quer por não oferecerem um claro quadro democrático alternativo

## Camaradas Falecidos

### Armando Augusto Crisóstomo

Faleceu recentemente em Bragança, o camarada Armando Crisóstomo, com 66 anos de idade.

Antifascista desde jovem, foi preso quando da Revolta dos Marinheiros da Armada, em Setembro de 1936, tendo sido então enviado para o Tarrafal. Foi afastado da Marinha, tendo depois emigrado para a Argentina.

Regressado a Portugal, após o 25 de Abril, militava na organização concelhia de Bragança desde Novembro de 1974.

### Hernâni Gandra

Após prolongada doença faleceu, com 74 anos, no passado dia 17, em Lisboa, o arquitecto Hernâni Guimarães Gandra, antifascista e militante do Partido Comunista Português desde a década de 40. O funeral realizou-se anteontem na Igreja dos Anjos para o cemitério do Alto de S. João, na capital.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## Sorteio dos Pioneiros

Os Pioneiros de Portugal informam que o vídeo (sistema VHS) que sortearam a 31 de Agosto último saiu ao n.º 4156. O prémio será entregue ao feliz contemplado mediante a apresentação da rifa. Para mais informações pode utilizar o telefone com o número 726 15 75, rede de Lisboa.

## Poder Local

# Évora — os Povos e as Artes

## Quando se dá as mãos à História

Exactamente dois anos depois Évora voltou a engalanar-se para a concretização do II Encontro de Cidades Classificadas Património Mundial, iniciativa do município eborense que logo na sua primeira edição deixou marcas impressionantes não apenas localmente, mas também a nível nacional e internacional. O Encontro deste ano abriu solenemente no passado sábado, dia 16, e prolongar-se-á até ao próximo domingo, dia 24, contando com as representações das cidades de Segóvia (Espanha), Havana (Cuba), S. Salvador da Baía (Brasil), Suzdal (URSS) e Angra do Heroísmo (estas duas últimas geminadas com Évora). «Achamo-nos aqui para um Encontro que nos vai permitir a troca de experiências, a busca de soluções comuns e dos apoios possíveis. Juntos, teremos de reivindicar o reforço dos meios financeiros, a activação de todos os mecanismos de cooperação internacional, sobretudo nos domínios técnico e financeiro, por forma a garantir a defesa de um património insubstituível», afirmou Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, na cerimónia de Abertura Solene do Encontro na Sala de Sessões da Câmara e na presença de representantes das cidades convidadas, das autoridades do Distrito e de

diversas individualidades. Na verdade e à semelhança do que aconteceu no primeiro Encontro realizado em 1987, o programa da iniciativa prevê um conjunto diversificado de actividades, desenvolvidas em torno de três vectores fundamentais: a troca de experiências com outras cidades no que se refere às questões ligadas à recuperação do património construído, o aprofundamento de contactos entre responsáveis pela preservação e recuperação desse património e, paralelamente, um intercâmbio cultural diversificado, no âmbito do qual têm lugar actividades como a arte popular, a música, as artes plásticas e a gastronomia. Não é por acaso que esta iniciativa do município eborense, agora em segunda edição, se enquadra na designação genérica «Évora — os Povos e as Artes». A abordagem comparativa de diferentes experiências de recuperação, o contacto com processos semelhantes em curso noutros países e continentes — caso da Baía e Havana — a discussão aprofundada das diversas vias seguidas servem de base e motivo a este Encontro, durante o qual se realizará uma reunião do ICOMOS, órgão consultivo da UNESCO, e ainda um colóquio sobre

os planos de salvaguarda das cidades presentes. De realçar que a reunião do ICOMOS decorrerá em 22, 23 e 24 de Setembro, tendo sido confirmada a presença de cerca de 50 participantes e a apresentação de diversas comunicações referentes às experiências que decorrem em várias cidades históricas portuguesas; no colóquio sobre planos de salvaguarda estarão presentes diversos técnicos ligados aos processos de recuperação em curso nos centros históricos das cidades classificadas como património mundial. Mas este 2.º Encontro de «Évora — os Povos e as Artes» não é apenas um lugar privilegiado de discussão patrimonial — nele passa igualmente a música popular e erudita, um notável grupo de artistas de que destacamos Carlos Paredes, Gilberto Gil, Fausto, Eugénia Melo e Castro, Janita Salomé, Miso Ensemble e Mafalda Veiga e um diversificado programa onde cabe o artesanato ao vivo, diversos colóquios e exposições, espectáculos com artistas vindos das cidades presentes e a gastronomia verdadeiramente internacional ao dispor do visitante. Vale a pena ir a Évora! Ali, esta semana, a História dá as mãos e une dois continentes.

### O programa

Como dissemos, o programa deste Encontro é rico e diversificado e o leitor ainda vai a tempo, por exemplo, de assistir ao *Serão Quinhentista*, um espectáculo raiando a Évora manuelina na noite do próximo domingo, dirigido por Mário Barradas e com a participação de Rui de Carvalho e Rogério Paulo (cedidos pelo Teatro Nacional D. Maria II), dos actores do Centro Cultural de Évora, do Centrô Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, Teatro da Rainha e Teatro da Meia Lua e a colaboração do Grupo Cénico da Soir Joaquim António de Aguiar, Grupo Cénico da Sociedade Dramática Eborense e Eborae Música. O espectáculo, que promete ser grandioso, decorrerá a partir das 21.00 na igreja de S. Francisco, Largo da Graça, Portas de Moura, Sé e Praça do Giraldo. Mas hoje, Quinta-feira, ainda pode ver Carlos Paredes, o grupo de música de Espanha «Rebolada», as marionetas de

Segóvia «Libelula» e o Teatro Municipal de Segóvia, enquanto amanhã, Sexta-feira, actuará um grupo musical cubano e, no Sábado, Janita Salomé, enquanto Mafalda Veiga está marcada para domingo, antes do *Serão Quinhentista*. Quanto a exposições, aqui as tem, ainda ao dispor: 1 — **Artes Plásticas:** Moderna pintura dos países representados • Palácio D. Manuel 2 — **Arquitectura:** Créer dans le créé • Arquitectura contemporânea em antigas construções • Grupo Pró-Evora 3 — **Monumentos de Évora:** Conservações • Torre do Salvador — Direcção Regional de Monumentos do Sul 4 — **Arqueologia:** Abertura ao público das prospeções no Palácio Gouveia. Rua de Burgos/Rua de Alcárcova de Cima — Serv. Regional de Arqueologia 5 — **Diaporama «Património»:** Museu de Évora — Instituto Português do Património Cultural 6 — **Escultura em pedra:** Centro Cultural de Évora — Departamento de Escultura • Jardim Público.



Apreciar artesãos a trabalhar ao vivo é um dos grandes pólos de interesse desta segunda edição do Encontro

## A intervenção de Abílio Fernandes

Com um programa diversificado — que ainda está a tempo de usufruir, caro leitor — prossegue até ao próximo domingo o II Encontro de Cidades Património Mundial, uma iniciativa da Câmara Municipal de Évora.

O certame tem o seu núcleo central no amplo e magnífico Jardim Público de Évora, onde se encontram os pavilhões de exposição de todas as cidades, os palcos para os espectáculos centrais e o restaurante por onde passarão os piteus de todas as cidades, enquanto noutros locais se desenrolarão colóquios, debates, encontros, espectáculos, exposições, etc. Aproveite, que vale a pena!

Assistimos à sessão solene de abertura do Encontro na Sala das Sessões da Câmara, onde usou da palavra o presidente da edilidade anfitriã, Abílio Fernandes, que começou por exemplificar os antecedentes e as motivações desta iniciativa, agora em segunda edição, e que se realiza sob a designação genérica «Évora — os Povos e as Artes».

«Em Setembro de 1987 — recordou — realizou-se pela primeira vez em Évora um Encontro de Cidades Classificadas Património Mundial, em que estiveram presentes as cidades de Cáceres, Toledo, Suzdal, Nesebar e Angra do Heroísmo. A ideia básica de uma partilha de experiências de recuperação transbordou depois para um contacto de culturas diversas e nem sempre afins, mas ligadas por uma teia imperceptível de coincidências históricas e de objectivos comuns.

«É esse processo que retomamos hoje, enriquecidos com a presença de S. Salvador da Baía, Havana e Segóvia. Infelizmente não contamos com a presença de Cáceres, Toledo e Nesebar, impossibilitadas de se juntarem a nós neste momento.

«Todas as cidades presentes, aparentemente separadas por grandes distâncias físicas e culturais, têm de comum a preocupação com a preservação dos seus centros, mas também certos factos históricos aparentemente irrelevantes mas que estabelecem entre elas laços difi-

ceis de negar», frisou Abílio Fernandes, que de seguida fez uma breve resenha histórica de cada uma das cidades representadas estabelecendo uma interessante relação entre elas, nomeadamente através dos descobrimentos, o mar e a presença da corte portuguesa em Évora, laços que «a história e a cultura reforçaram». Em seguida deu relevo aos esforços a desenvolver nacional e internacionalmente para a concretização de medidas e apoios à preservação do património histórico, que transcreveremos a seguir, do outro lado do subtítulo.

### A vontade de descobrir

«A nossa força — frisou — decorre da convicção de que as aquisições técnicas fundamentais, no que respeita à preservação e recuperação do património arquitectónico e ambiental, só podem ser adquiridas mediante políticas concertadas, de âmbito transnacional, que envolvam todos

os Estados interessados e que enquadrem as experiências já encetadas.»

«No caso concreto de Évora — prosseguiu — decorre o primeiro ensaio de TV por cabo, que irá permitir libertar o centro histórico da presença inestética das antenas de televisão. Em cada uma das outras cidades presentes decorrerão experiências semelhantes, que poderão ser discutidas e enriquecidas pela contribuição de responsáveis políticos, técnicos, autarcas, habitantes». E logo de seguida:

«A experiência da realização de Encontros de cidades classificadas, os contactos mantidos no âmbito da geminação de cidades, nos seus aspectos técnico e cultural, deverá ser continuada e aprofundada. Acreditamos que a criação de uma Associação de Cidades classificadas como Património Mundial seria uma forma de dar voz às nossas preocupações e expressá-las nas nossas reivindicações.

«A próxima reunião do ICOMOS e o Colóquio sobre Planos de Salvaguarda dar-nos-ão decerto a oportunidade de acertar estratégias e clarificar objectivos, por forma a reforçar uma luta que é a de quantos acreditam na defesa intransigente de valores culturais inalienáveis». E concluindo:

«É importante não perder de vista o facto de que a defesa do Património Mundial, ao aproximar culturas e ao viabilizar a partilha de experiências, se torna num poderoso instrumento para a intensificação das relações de amizade entre os povos, indispensável à consolidação da Paz que todos desejamos. «A vontade de descobrir, de encontrar mundos novos, outras realidades, deu origem a uma epopeia cujos efeitos são hoje ainda visíveis e nítidos no mundo conhecido. E nada impede que esse continue a ser, contra ventos e mares, o fundamento do nosso esforço.»

## Seis cidades, dois continentes



### HAVANA

Capital de Cuba, situada a norte da Ilha, no estreito da Florida, em ampla baía. É composta por duas partes: a cidade velha, com ruínas estreitas e monumentos dos tempos coloniais; e a cidade nova, de ruas amplas e edifícios modernos. Cerca de 1.760.000 habitantes. Centro comercial e industrial mais importante do País, possui também o porto mais activo das Antilhas. Fundada em 1519, foi capital e residência dos governadores espanhóis a partir dos finais do século XVI, tendo estado algum tempo sob o domínio inglês em 1672.

A cidade velha, um dos mais importantes conjuntos de monumentos de Cuba, conserva o seu carácter original, destacando-se as suas 4 Praças: a Plaza de Armas, a Plaza de la Iglesia Catedral, a Plaza de la Iglesia Y Convento de San Francisco e a Plaza Vieja. A Plaza Vieja, sem edifícios religiosos ou político-militares, adquiriu um carácter civil muito próprio, constituindo uma unidade urbana de grande valor histórico e artístico, com exemplos arquitectónicos do Século XVI ao Século XX.



### SALVADOR DA BAÍA

Capital do estado da Baía, no Brasil, localizada na margem oriental da baía de Todos-os-Santos. Tendo-se desenvolvido em dois planos, a «cidade baixa» e a «cidade alta» — ligados por ladeiras, planos inclinados e elevadores —, é chamada a cidade dos dois andares. Cerca de 1.500.000 habitantes. Servida por movimentado porto, possui comércio intenso, exportando cacau, tabaco, café, sisal, etc. Principais indústrias: Têxtil (algodão), tabaco, açúcar, químico-farmacêutico e petroquímica. Possui duas universidades e é um dos centros turísticos mais procurados do país, famoso pelas suas praias. Fundada em 1549 pelo primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, foi capital da colónia e do vice-reino do Brasil até 1763, tendo estado ocupada pelos Holandeses durante um ano (Maio de 1624 a Maio de 1625).

Cidade rica de folclore com profundas raízes africanas, possui também valioso património arquitectónico, do qual sobressaem a Catedral (do século XVI), o Convento de S. Francisco e mais de cem igrejas (muitas delas construídas nos séculos XVI e XVII).



### ANGRA DO HEROÍSMO

A cidade de Angra do Heroísmo situa-se na costa sul da ilha Terceira e desdobra-se em anfeiteiro, na margem circundante da baía de Angra. Possui cerca de 16.000 habitantes.

Localizada nas rotas marítimas dirigidas tanto ao Oriente como às Américas, o seu porto foi largamente utilizado pelos navegadores portugueses e castelhanos, e a povoação desempenhou outrora papel de grande relevo na vida política do arquipélago. A vila, fundada ainda no século XV, foi a primeira dos Açores a obter a categoria de cidade (em 1534). De 1580 a 1583, Angra foi sede de governo geral do País, durante a resistência dos partidários de D. António, Prior do Crato, ao domínio castelhano; de 1766 a 1828 foi sede da capitania-geral dos Açores; em 1832 foi temporariamente capital do reino.

Local de grandes belezas naturais e de tradições populares preservadas ao longo dos séculos, a ilha Terceira é a única dos Açores onde se criam touros bravos, usados nas famosas touradas à corda.

Um dos exemplos mais interessantes do seu património construído é o castelo de S. João Baptista, cidadela edificada no monte Brasil e que serviu de prisão a D. Afonso VI, no século XVII.

### ÉVORA



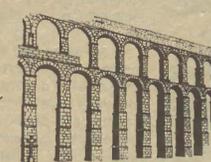
Capital do distrito com o mesmo nome, na província do Alto Alentejo, Portugal. Construída em ampla colina de declives suaves, dista 145 Kms de Lisboa. População do concelho: 51.572 habitantes; população da cidade: 41.102 habitantes.

O concelho é fundamentalmente agrícola, com alguma indústria e bastantes actividades ligadas ao comércio e serviços.

Évora, antiga Eborá, foi buscar o seu nome à tribo dos Eburones, que terá chegado a esta região alguns séculos antes da era cristã. Entre o final do primeiro milénio e o século V.D.C. pertenceu ao império romano. No século VIII aqui se estabeleceram os Mouros. Em 1159 foi conquistada pelos Portugueses, que foram obrigados a abandoná-la em 1161, voltando a tomá-la em 1165. Na Idade Média e no Renascimento os reis portugueses e a corte permaneceram por largos períodos em Évora — o século XVI foi a época áurea da cidade, então a 2.ª do reino e grande foco de renovação intelectual. Em 1637 aqui rebentaram as revoltas populares contra o domínio filipino. Em 1663 foi conquistada por tropas castelhanas e recuperada pelo exército português. Em 1808 foi saqueada pelos Franceses.

Cidade monumental, recheada de templos, muralhas e palácios, Évora é simultaneamente um conjunto coerente e vivo, onde o simples casario popular — ornamentado embora com pormenores surpreendentes — se mistura aos imponentes edifícios religiosos e às rudes torres militares em praças e ruas que evocam a História, ou se escondem em travessas, becos e pátios pitorescos — tudo conservando memórias e perpetuando vivências de todas as épocas e povos que nela habitaram.

Alguns dos seus mais importantes monumentos: Templo Romano (1.º século da era cristã), Catedral de Santa Maria (século XII), Igreja de S. Francisco (século XV), Universidade (século XVI).



### SEGÓVIA

Capital da província de Segóvia, Castela-a-Velha, Espanha. Situada na vertente norte da serra de Guadarrama, junto ao rio Eresma. Cerca de 42.000 habitantes.

Cabeça de uma província onde predomina a economia agro-pecuária, a cidade de Segóvia conserva uma fisionomia própria, quer no traçado das ruas quer nos edifícios, que a vocaciona para a moderna indústria turística.

Da origem remota, teve papel de relevo tanto na luta contra a conquista como na época da ocupação romana. No século XIII atingiu uma fase de grande esplendor, da qual restam vários templos. Durante os séculos XIV e XV a riqueza de rebanhos na região originou a criação de manufaturas de lã e desenvolveu-se o comércio. Em 1764 instalou-se na cidade o Colégio de Artilharia. Em 1920 Segóvia foi atingida por grave inquéndio.

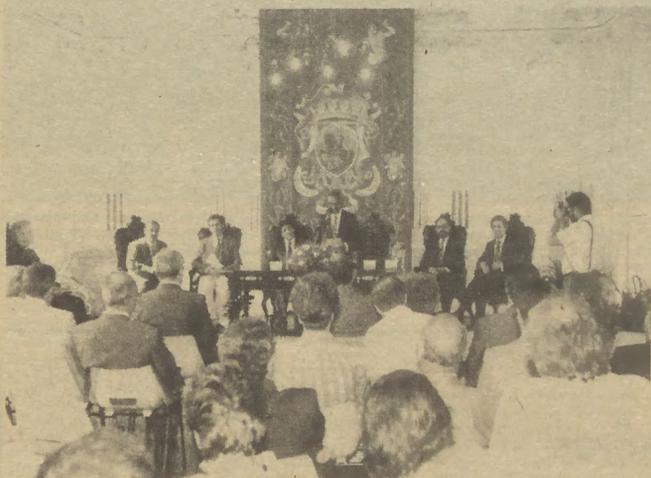
Dos seus monumentos, o mais conhecido é o aqueduto romano — o melhor conservado dos que o mundo antigo levou a Espanha —, mas merecem também referência especial as igrejas românticas de S. Martinho e S. Milão, a Catedral gótica — construída na zona mais alta da cidade — e o Alcázar — imponente castelo gótico, implantado em imenso rochedo, na confluência do riacho Chamosres com o rio Eresma.

### SUZDAL

Cidade situada junto ao rio Kamenka, na região de Vladimir, União Soviética. Cerca de 20.000 habitantes.

Centro de uma das mais ricas zonas agrícolas do país, faz também parte do célebre «anel de ouro» de cidades históricas da URSS. Designada por «cidade-museu», é visitada anualmente por um número de turistas que ronda o milhão.

Tendo por origem um conjunto de aldeias fundadas por colonos russos nos séculos X e XI, em meados do século XIII já era capital da região Rostov-Suzdal; no século XIII foi construída a sua bela catedral, dedicada a Nossa Senhora da Natividade; durante a invasão Tartaro-Mongol a cidade foi pilhada e incendiada e o seu desenvolvimento interrompido; nos fins do século XIV Suzdal tornou-se dependente do Grão Duado Moscovita, perdeu importância política e transformou-se em centro religioso; nos séculos XVI e XVII conheceu um período de intensas construções, ficando dessa época grande parte dos conjuntos arquitectónicos hoje existentes; no século XIX entra em decadência e só na 2.ª década do século XX Suzdal inicia a actual fase da sua história, com o restauro e preservação cuidadosa do seu património. Hoje conserva cerca de 100 monumentos de arquitectura civil e religiosa.



A sessão de abertura do Encontro fez-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Évora

**Trabalhadores**

# Greve na TAP

Constituiu um êxito a adesão ao primeiro período de greve do pessoal de voo da TAP. Comissários e assistentes de bordo, abrangidos pelo pré-aviso emitido pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil, obrigaram ao cancelamento de voos no sábado e anunciaram novos períodos de paralisação para hoje, 21, e para os próximos dias 23 e 24, por um período de 48 horas. Os trabalhadores em greve reivindicam o cumprimento do acordo de empresa e a legislação de segurança. A mesma área do pessoal da TAP, que inclui 200 contratados a prazo, reivindica ainda um aumento intercalar dos salários e a integração no quadro dos trabalhadores a prazo.

(Foto de Arquivo)



## Financiamento da Segurança Social

# CGTP exige transparência e reclama aumento das pensões

A CGTP, que exigiu recentemente a «clarificação da gestão do fundo de estabilização financeira da Segurança Social», acusa o Governo de não ter ouvido os sindicatos sobre o respectivo Decreto-Lei e reclama a presença dos representantes dos trabalhadores num grupo de trabalho destinado a tratar do assunto. No mesmo âmbito, aquela central sindical reivindicou o aumento das pensões.

A CGTP-IN recorda que o acréscimo de 1,8 por cento no índice de preços no consumidor, verificado em Agosto findo, é o mais elevado desde Dezembro de 1986.

Baseado nesse acréscimo e na inflação média anual que, de acordo com a estatística oficial (INE), é de 12,4 por cento e de 13,7 por cento desde Agosto do ano passado, o gabinete de estudos da CGTP-IN confirmou há dias «a urgência da revalorização dos salários e das pensões de reforma, que o Governo até ao momento se tem recusado a aceitar».

### A inflação não será inferior a 13 por cento

Em 1989, a inflação média anual não será inferior a 13 por cento, adianta a CGTP,

que considera «graves os resultados» até agora divulgados oficialmente, quando no Orçamento do Estado para 1989 se previam 6 por cento de inflação para o mesmo ano.

### Situação financeira: questão decisiva

Só depois de obrigado a rever as suas previsões, é que o Governo admitiu uma taxa de inflação de 11 por cento para este ano. Por isso, segundo o gabinete de estudos da CGTP é de todo improvável que a inflação em 1990 tenha menos de dois dígitos.

Daí a insistência nas revisões intercalares de salários e nos aumentos das pensões de reforma em que a Central e a generalidade do movimento sindical continuam a insistir.

Sobre a clarificação neces-

sária do fundo de estabilização financeira da Segurança Social, a CGTP afirma o seguinte:

«1. A recente publicação do Decreto-Lei 259/89, de 14 de Agosto, que criou o fundo de estabilização financeira da Segurança Social, supostamente, a acreditar naquilo que diz o seu preâmbulo, integrar-se-ia no âmbito da resolução dos problemas do financiamento da Segurança Social, «visando a estabilização financeira do sistema e a instituição de uma garantia complementar de maior solidez».

«A ser assim, não se compreende, em primeiro lugar, por que razão o Governo decidiu tomar esta medida sem previamente promover um debate com o movimento sindical — parte indiscutivelmente interessada e que certamente teria os seus contributos a dar.

«Por outro lado, estranhou-se que a própria gestão deste fundo pertença única e exclusivamente a um presidente nomeado pelo Governo, sem qualquer intervenção das partes interessadas, à margem do Instituto de Gestão Finan-

ceira da Segurança Social, a quem compete gerir os fundos da Segurança Social, onde participam representantes dos trabalhadores.

«Não há dúvida de que este fundo nasceu torto, que as intenções anunciadas no seu preâmbulo não passarão daí e que, se o Governo estivesse de facto empenhado em resolver os problemas do financiamento da Segurança Social, começaria por fazer aquilo que a CGTP-IN vem reclamando há longo tempo: pagar à Segurança Social as centenas de milhões de con-

tos que lhe deve.

«2. A situação financeira da Segurança Social e respectivo financiamento merecem há muito a melhor atenção da parte da CGTP-IN, que sempre entendeu tratar-se de uma questão decisiva para o futuro da protecção social no nosso país.

«Nessa perspectiva, realizou há menos de dois anos um Encontro quase inteiramente dedicado ao debate desse assunto, onde se aprovaram conclusões contendo, designadamente, alternativas ao actual sistema de financia-

mento e cujo conteúdo foi dado a conhecer aos órgãos de soberania.

«Considera por isso que é urgente promover um debate sério e transparente sobre este tema, e continuará a insistir junto do Governo para que seja criado um grupo de trabalho específico onde participem os representantes dos trabalhadores.

«A CGTP-IN exige a completa clarificação da gestão dos dinheiros do citado fundo, com vista à sua total transparência», conclui o comunicado da central sindical.

## Tomé Feteira

# De novo a greve

Depois da greve pelo pagamento de salários em atraso, os trabalhadores da Tomé Feteira — fábrica de limas de Vieira de Leiria — verificaram que a administração da empresa continua a não garantir o pagamento dos salários de dois meses, nem tão-pouco o de Setembro.

Esta situação, que conduziu os trabalhadores à greve de 24 horas no passado dia

11, com adesão total, foi analisada em plenário. Sexta-feira passada, dia 15, o Sindicato dos Metalúrgicos afirmava que, depois de uma reunião com os responsáveis pela empresa, os trabalhadores concluíram que continuava a não haver da parte da administração «um empenhamento sério» na resolução do problema.

Assim, de acordo com a direcção do Sindicato, os tra-

balhadores da Tomé Feteira decidiram voltar à greve dia 18 e hoje, 21, realizando novos plenários «sempre que a situação o exigir».

Diz ainda a direcção do Sindicato que os trabalhadores encaram «outras formas de luta, como a retenção do produto acabado, caso a administração continue com a actuação irresponsável», verificada até então.

## Hospital de Olhão

# Médicos obrigados a trabalho ilegal

A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa, acusa a Administração Regional de Saúde de Faro de prepotência exercida sobre os médicos de clínica geral do Hospital de Olhão, que, segundo comunicado de 7 do corrente, eram obrigados «a um regime de trabalho ilegal, a fim de preencher as vagas nos serviços de urgência, originadas pelas férias».

Segundo o Sindicato (SMZS), os mesmos médicos, à semelhança, aliás, do que acontece noutros hospitais do Sul, principalmente no distrito

de Portalegre, são obrigados a prestar horas extraordinárias, para além do tempo legalmente possível, vêem interrompidos os seus períodos de férias e têm que se manter «localizáveis» para além dos turnos de trabalho.

A direcção do SMZS, ao revelar estas anomalias, que tendem a tornar-se «normais», diz ainda que os médicos de clínica geral do Hospital de Olhão são constrangidos a não abandonar o serviço até serem substituídos, sem que essa substituição se verifique com normalidade, pelo que não podem «abandonar o

serviço por tempo indeterminado».

Ao comentar o que se passa, o SMZS afirma que se trata de «mais um exemplo de prepotência que as diversas administrações têm infligido» nos regimes de trabalho dos médicos.

Como é notório essas prepotências não só prejudicam os médicos como os que necessitam dos seus cuidados, tendo até provocado já situações de conflito nada compatíveis com a assistência na doença e com os serviços de um estabelecimento hospitalar.

## Estaco

# Protesto contra proibição ilegal

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica e Cimentos do distrito de Coimbra acusa a administração da empresa Estaco de agir mais uma vez «ao arripio da lei e do contrato que está obrigada a cumprir». Sexta-feira passada, sublinhando que «os trabalhadores fizeram vigorar os seus direitos», o Sindicato revelava que os administradores daquela empresa de Coimbra tentaram impedir a realização de um plenário de trabalhadores, embora o

mesmo tivesse sido convocado no respeito por todos os preceitos legais.

A situação criada inexplicavelmente pela administração da Estaco obrigou à intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho.

Mas a intenção de impedir o plenário não se concretizou, adianta o Sindicato, «porque os trabalhadores, unidos em torno da estrutura sindical da empresa, deram a resposta adequada, realizando o plenário à entrada das instalações».

Ao protestar contra a atitude da administração da Estaco, o Sindicato realça o facto de ter sido impedida a entrada dos dirigentes sindicais na empresa. Destaca ainda a mesma direcção sindical «a conexão e firmeza dos trabalhadores», que defenderam e fizeram vigorar os seus direitos, não permitindo que a administração os intimidasse com «medidas que definem o carácter repressivo» do ambiente que se vive na empresa.

**Trabalhadores**

# Mantêm-se as razões da greve

As organizações sindicais dos trabalhadores da Função Pública e designadamente a Federação Nacional (FNSFP) e o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), continuavam a ver na intransigência do Governo razões acrescidas para uma forte participação, em todos os sectores da Administração Pública, na greve nacional

marcada para hoje e amanhã.

O período de 48 horas de greve, que conta com a solidariedade do movimento sindical e principalmente dos médicos e enfermeiros, foi mantido durante cerca de uma quinzena, apesar dos anunciados 12 por cento de aumento nos salários e de algumas declarações aparente-

mente «optimistas» da secretária de Estado da Modernização Administrativa, na televisão.

Numa extensa e pormenorizada panorâmica dos motivos da greve o STAL, que deu anteontem mais uma conferência de imprensa, em Lisboa, a Frente Comum e a FNSFP continuam a sublinhar os objectivos da greve que o sistema retributivo do Governo não contempla.

Uma edição especial do boletim do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, distribuída poucos dias antes da greve, lembrava esses objectivos como segue:

- Revalorização do salário

mínimo;

- Subida das remunerações de todas as categorias e carreiras para valores competitivos com os praticados nas empresas públicas e privadas;

- Revalorização das carreiras profissionais;

- Elaboração de grelhas salariais e de regras de progressão e promoção que permitam acabar com a estagnação e desmotivação profissionais;

- Aprovação de regras de transição para o novo sistema retributivo, que respeitem a antiguidade e os tempos de serviço de cada trabalhador na respectiva carreira e categoria.



## Reunião da CGTP com a UGT

Na sede do CPCS, Conselho Permanente da Concertação Social, em Lisboa, efectuou-se anteontem a anunciada reunião entre as direcções da CGTP-IN e da UGT. Conforme as intenções publicamente referidas por ambas as partes, o encontro destinou-se a «proceder ao levantamento da situação económica e social, tendo em vista a formulação de uma proposta conjunta e empenhada em encontrar pontos de entendimento para uma convergência na acção, que favoreça a defesa e direitos dos trabalhadores».

Motivos de ordem técnica obrigam-nos a remeter para o próximo número os resultados deste encontro entre as duas centrais sindicais.

## Reformados

# Conferência este mês

Sábado, 30 de Setembro, foi a data escolhida pelo MURPI para a realização da sua 5.ª Conferência Nacional.

Num comunicado à Imprensa, o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos acrescenta que a iniciativa decorrerá, a partir das 9 e 30, no Pavilhão da Paz e Amizade, em Loures, recinto cedido gratuitamente pela respectiva Câmara Municipal.

O MURPI prevê a participação de 600 delegados na sua Conferência Nacional. Como convidados deverão assistir 3000 pessoas vindas de todo o País.

### Aumento das pensões

O aumento das pensões de reforma, complementos e suplementos é um dos objectivos anunciados pelos organizadores da Conferência.

Da ordem de trabalhos consta ainda a eleição da comissão coordenadora do

MURPI a nível nacional, bem como a apresentação do seu caderno reivindicativo.

Além dos aumentos das pensões, reclamados pela generalidade do movimento

sindical e das forças democráticas, constam ainda do citado caderno reivindicativo os apoios sociais, saúde, medicamentos, habitação e rendas de casa, e a qualificação

do MURPI como parceiro social.

A realização da Conferência foi anunciada pela Coordenadora Nacional do MURPI em 11 do corrente.



Uma situação insustentável

## Trabalho infantil Forum nacional

A CGTP confirmava anteontem a realização do Forum Nacional pelo Fim do Trabalho Infantil, sob a presidência do chefe do Estado, Mário Soares.

Anunciada para ontem, no Forum Picoas, em Lisboa, a iniciativa pertence à CGTP-IN e, na sua óptica, destina-se a «criar um espaço de reflexão colectiva sobre um problema que diz respeito a todos os portugueses e que por eles tem de ser resolvido».

O fórum, que se inicia às 10 horas e termina às 12 e

30, proporcionará, além da comunicação do Presidente da República, intervenções do ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, do Provedor da Justiça, Almeida Ribeiro, e do coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva.

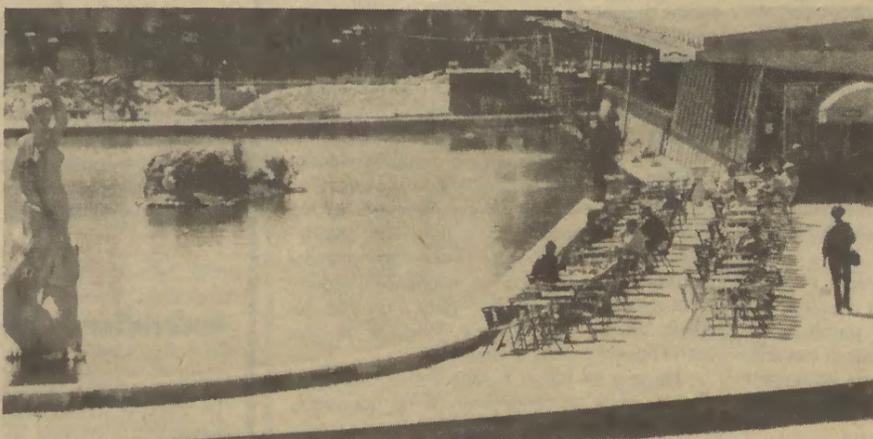
Segundo o gabinete de Imprensa da Central, foram convidadas entidades e personalidades de todos os órgãos do Poder, organizações sociais, académicas e religiosas, bem como os representantes de todos os parceiros sociais.

## Salários

# Êxitos nos intercalares

Os trabalhadores da hotelaria, que ultimamente se têm batido pela obtenção de aumentos intercalares nos salários deste ano, conseguiram alguns êxitos relevantes. Além da Enatur, onde uma greve há dias foi suspensa depois de obtidas garantias substanciais, os trabalhadores do Hotel Penta conseguiram 7 por cento de aumentos salariais intercalares, com efeito a partir de 1 de Julho findo, e no Café Água de Ouro (Estremoz) 23 por cento desde 1 de Janeiro do ano corrente.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria e Similares do Sul, com sede em Lisboa, recorda que as lutas desenvolvidas pelos



A revisão intercalar generaliza-se como reivindicação

aumentos intercalares se inscrevem nas reclamações da CGTP nesse sentido e que

são extensíveis a todos os trabalhadores seriamente afectados no seu poder de

compra e nível de vida pelo agravamento substancial da taxa de inflação.

## Redução de efectivos no Estado

Para agravar ainda mais a situação e o ambiente que se vive na Administração Pública e que, por esses e outros motivos, mantinha a marcação da greve para hoje e amanhã (ver esta página), o Governo decidiu quinta-feira passada aprovar um diploma que, segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), prevê o despedimento de 7500 trabalhadores no prazo de um ano.

Aquela organização sindical refere-se ao diploma de vínculos perante o qual os sindicatos já tinham manifestado a sua discordância.

O desacordo sindical baseia-se no facto de o diploma governamental conduzir à crescente redução de «importantes funções sociais e económicas do Estado».

Além disso, a medida do Governo Cavaco Silva, adoptada nesta altura em que se intensifica a intransigência perante as reivindicações dos TFP, reduz em número avultado os efectivos vinculados à Administração Pública, na qual repõe a «actual situação de precariedade de emprego».

**Parlamento Europeu****Por iniciativa do PCP****PE apoia com 1,7 milhões agricultores portugueses**

O Parlamento Europeu decidiu a semana passada solicitar à Comissão um auxílio financeiro de emergência de cerca de 1,7 milhões de contos (10 milhões de ecus), para apoio aos agricultores portugueses vítimas dos temporais que em Junho último assolaram o país.

A decisão resultou de uma iniciativa dos deputados comunistas, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, que veio a ser posteriormente subscrita por deputados portugueses dos restantes partidos, bem como por vários estrangeiros.

Como o «Avante!» oportunamente noticiou, milhares de agricultores das regiões de Meda, Pinhão, Pinhal, Armamar, Penalva do Castelo, Oliveira do Hospital, Chaves, Redondo e da Lezíria de Vila Franca de Xira ficaram confrontados com o espectro da miséria devido aos enormes danos sofridos em resultado dos temporais.

As referidas áreas foram devastadas por chuvas torrenciais — a pluviosidade chegou a atingir cerca de 50 litros por m<sup>2</sup> —, granizo e ventos ciclónicos, que destruíram pomares, culturas e instalações agrícolas, pelo que, como diria a propósito o camarada Carlos Carvalhas ao intervir no debate, se trata da «mais elementar justiça» contribuir para que «os afectados sejam compensados pelos enormes danos sofridos».

Assim o entendeu também a esmagadora maioria dos eurodeputados ao aprovar a proposta, agora enviada à Comissão da CEE e ao Conselho de Ministros. De salientar que a partir de agora o desenvolvimento do processo, ou seja, a aprovação definitiva da ajuda financeira, fica dependente da apresentação formal de um pedido nesse sentido pelo Governo português.

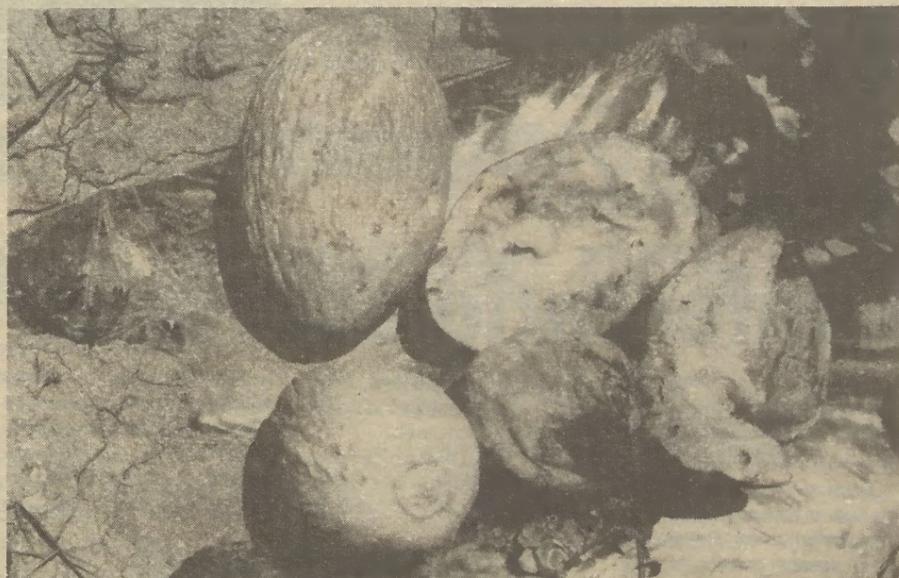
Entretanto, nesta primeira sessão plenária do Parlamento Europeu, foi ainda aprovado um pedido de auxílio de emergência para a reconstrução do edifício principal da Universidade dos Açores, totalmente destruído num incêndio no passado mês de Junho. A iniciativa coube, nesta matéria, ao deputado do PSD, Vasco Garcia, cuja proposta classifica a destruição do edifício como «um rude golpe na difusão das ideias e dos projectos comunitários na Universidade mais ocidental da Europa».

A propósito das várias catástrofes que no corrente ano assolaram o país, incluindo o recente incêndio do Gerês, disse ainda Carlos Carvalhas que se ficaram a dever a «razões naturais, por incúria, por motivos de especulação, por insuficiência de medidas e de meios», representando pela sua extensão e significado, «elevadas perdas numa economia tão débil como a de Portugal».

**Sim, mas.. à coesão económica e social**

No decorrer da sessão foram ainda aprovadas diversas propostas sobre a coe-

ção económica e social no seio da Comunidade Económica Europeia, incluindo a apresentada por Carlos Carvalhas, em nome da Coligação de Esquerda, e que o «Avante!» divulgou a semana passada.



**A destruição de pomares, culturas e instalações agrícolas resultantes dos temporais de Junho afectou milhares de agricultores**

Recorda-se que na referida proposta de resolução se instava à Comissão, entre outras coisas, a dar ao projecto da Carta dos Direitos Sociais «um carácter vinculativo que garanta o nivelamento no progresso». Ora acontece que, uma vez mais, os «avanços» nesta matéria es-

tivo comunitário dá à dimensão social europeia no âmbito da construção do mercado interno, por outro lado não deixou de afirmar «ser impossível dar à Carta Social um carácter vinculativo dado o actual estado da legislação comunitária».

Lembrando que a Carta Social será apresentada ao Conselho de Estrasburgo agendado para Dezembro, no final da presidência francesa, o presidente da Comissão afirmou que esta «tem a intenção de tirar todas as po-

terencialidades do Artigo 118.º do Acto Único» e prometeu apresentar antes daquela data um programa de acção para «os aspectos mais urgentes» da Carta Social.

Ou seja, continua a proterlar-se a tomada de medidas sobre tão importante matéria, apesar de 1992 estar à porta e, como o camarada Carvalhas não deixaria de lembrar,

ser «tempo de passar das palavras, das declarações solenes e das promessas aos actos», pois «os direitos do Homem e a concretização prática do princípio da coesão económica e social exige o combate ao desemprego, à precarização do trabalho, à nova pobreza e à grande pobreza, exige a promoção dos direitos da mulher e garantias de futuro à juventude, e exige medidas e recursos significativos no apoio ao desenvolvimento das regiões e países mais atrasados como é o caso de Portugal».

**Propostas para Alentejo Porto, Aveiro e Lisboa**

Quatro propostas de resolução sobre «adopção de medidas tendentes a pôr fim à desertificação do Alentejo», «recuperação da zona histórica do Porto», «plano integrado no domínio ecológico e ambiental para o distrito de Aveiro» e «plano de desenvolvimento e ordenamento da área metropolitana de Lisboa» foram apresentadas pelos três deputados do PCP na mesa do Parlamento europeu na semana passada.

Recorda-se que as referidas matérias haviam já sido apresentadas na última legislatura do PE e que, com o termo do respectivo mandato, caducaram. Com esta nova iniciativa os deputados comunistas insistem na necessidade de conseguir o apoio da Comunidade para a resolução de questões do maior interesse nacional.

Como se salienta na proposta sobre o Alentejo, trata-se de uma região de crescente despovoamento, com a menor percentagem de jovens do país (20,7%) e o maior peso de idosos (16,1%), onde a agricultura representa mais de metade do produto e cerca de metade do emprego.

Considerando que o PDR apresentado pelo Governo português à Comissão prevê uma quebra de população e de criação de emprego, por um lado, e considerando, por outro lado, que um aproveitamento adequado

dos recursos endógenos poderá inverter a actual situação, nomeadamente com a concretização da Barragem do Alqueva, o Plano de Rega e a indústria agro-alimentar e transformadora, os deputados do PCP pedem à Comissão e ao Conselho uma atenção particular para a região e a adopção de medidas e apoios especiais, em articulação com o Governo e os municípios.

Na proposta sobre o Porto, considera-se «necessário e urgente que a Comunidade, com os mecanismos e pelos meios mais adequados, nomeadamente financeiros, apoie as medidas de recuperação e reabilitação da zona histórica» daquela cidade.

Para o distrito de Aveiro, por seu turno, propõe-se «a elaboração de um plano integrado no domínio ecológico e ambiental» visando a «protecção, utilização e valorização económica e turística da Ria de Aveiro e do Vale do Baixo Vouga, do Porto de Aveiro e da orla marítima entre Mira e Gaia».

No que se refere à Área Metropolitana de Lisboa, onde se concentram ¼ da população em 2,8% do território de Portugal, a proposta visa o reconhecimento da «necessidade e urgência do estudo dum Plano Integrado de Ordenamento e Desenvolvimento», nomeadamente «nos domínios do transporte, da habitação e do ambiente».

**Relações comerciais**

O deputado do PCP, Joaquim Miranda, afirmou ser da «maior importância que a Comunidade estabeleça relações comerciais com os países terceiros de menor desenvolvimento, orientadas pelos princípios da equidade e do favorecimento do progresso económico e social desses países». Intervindo na discussão sobre a matéria, o deputado defendeu a diminuição dos entraves às exportações daqueles países, bem como uma política que ponha termo ao actual sistema de trocas desiguais.

Joaquim Miranda não deixou no entanto de lembrar que a Comunidade «não é um todo homogéneo», pelo que se torna indispensável as maiores cautelas na abordagem desta problemática de forma a que, sem pôr em causa os princípios enunciados, seja tida em «linha de conta a situação global e as situações particulares que subsistem na Comunidade». Citou, a título de exemplo, as exportações portuguesas, fortemente centradas nos têxteis para os países da Comunidade.

Recordando que o prolongamento acordado para o sistema generalizado de preferências termina em 1990, Joaquim Miranda defendeu que será então a altura de «fazer a avaliação do sistema e de introduzir as correcções adequadas e mutuamente vantajosas».

**O papel do Parlamento**

Na sequência da apresentação do Projecto de Orçamento para 1990 ao Parlamento Europeu, o camarada Joaquim Miranda fez algumas perguntas ao presidente do Conselho que testemunham as preocupações dos deputados do PCP sobre a matéria.

Em primeiro lugar, inquiriu se o Conselho considera o projecto de Orçamento, no plano financeiro, «um instrumento adequado e capaz de recuperar o atraso e promover efectivamente a coesão económica e social». Em caso negativo (e assim o entendem os comunistas) pergunta-se: «Devemos e podemos esperar até ao próximo ano, ao próximo Orçamento?»

Aquele deputado questionou ainda o facto de «a inscrição das verbas para o combate às fraudes numa só linha orçamental» constituir um sinal político que «indiscutivelmente desaparece com a sua repartição por várias rubricas orçamentais».

O deputado do PCP interrogou-se ainda sobre o significado político que o Conselho atribui ao facto de a cooperação com os Países em Vias de Desenvolvimento representar «menos de 3 por cento do Orçamento, quando é sabido que ultrapassava os 4 por cento entre 80 e 85» e, finalmente, quis saber qual o papel a que o Conselho pretende «reduzir o Parlamento Europeu no processo orçamental», já que apesar deste dispor de uma margem limitada o Conselho «introduziu novos factores de desequilíbrio com as alterações e o reforço das despesas obrigatórias».

Aguardam-se as respostas.

**Apoio à Colômbia**

O Parlamento Europeu solicitou à Comissão um pedido de apoio económico e financeiro ao governo colombiano no combate contra o tráfico de droga, bem como uma ajuda destinada a «remediar os prejuízos que as medidas contra o tráfico de estupefacientes possam acarretar para este país sul-americano, nomeadamente ao nível do comércio e da balança de pagamentos».

Também o grupo Coligação de Esquerda apresentou uma proposta sobre a matéria, «lamentando profundamente o assassinato do senhor Luís Carlos Galan», bem como a «morte e a violência contra pessoas inocentes resultante da luta contra os chamados «barões da droga» na Colômbia». O texto salientava «a importância da actual dívida externa da Colômbia», que representa «um problema capital nos esforços necessários para o desenvolvimento social e o crescimento económico do país», exortando entre outras coisas a Comunidade «a definir urgentemente uma acção comum a nível Europeu de combate ao comércio da droga».

Manifestando total apoio ao combate democrático de libertação do país do comércio da cocaína, a proposta da Coligação de Esquerda exortava ainda «os EUA e a Organização dos Estados Americanos, bem como as Nações Unidas a discutirem urgentemente uma acção comum a nível nacional e internacional contra o comércio da droga».

**Incêndios e secas**

Aos eurodeputados da Coligação de Esquerda coube ainda a apresentação de propostas (não aprovadas) tendentes a minorar as graves consequências dos incêndios florestais do Verão de 1989, bem como das consequências das secas na agricultura de certas regiões.

Assembleia da República

## Reunião do Grupo Parlamentar do PCP Governo de costas voltadas para a Assembleia

Reunido no passado dia 14, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apreciou a situação político-parlamentar nas vésperas da abertura da nova sessão legislativa (Outubro) e preparou as iniciativas a concretizar neste período. A bancada comunista, segundo o comunicado de Imprensa entretanto divulgado, sublinha a falta de rigor e de clareza nas respostas do Governo quanto à apresentação da proposta de lei do Orçamento.

Aquele aspecto, bem como a total indisponibilidade do PSD para aceitar a antecipação do início dos trabalhos do plenário de S. Bento, testemunha as dificuldades crescentes com que se debate o Governo Cavaco e a sua persistência em governar de costas voltadas para a Assembleia da República, alertam os deputados comunistas.

O Grupo Parlamentar do PCP previne contra a entrega tardia do orçamento, susceptível de acarretar a compressão dos debates e o seu atabalhamento ou para a **aprovação tardia do Orçamento de Estado**, com negativas consequências para o País, de que

o PSD seria o único responsável.

Os deputados comunistas tomarão na conferência de líderes e na comissão permanente as iniciativas necessárias para clarificação da data da apresentação da proposta orçamental com todos os relatórios previstos no artigo 109.º da Constituição.

Face à não divulgação pelo Governo das contas provisórias relativas à execução do Orçamento de 1989, — que constitui violação dos dispositivos constitucionais e revela a intenção governamental de manter o obscurantismo das finanças públicas — e sem os quais não é possível avaliar o

grau de execução do orçamento em vigor e preparar o próximo debate orçamental, o PCP irá requerer a sua urgente publicação.

### Os escândalos do FSE...

O Grupo Parlamentar do PCP deliberou exercer o direito de marcação da ordem do dia de uma das primeiras reuniões plenárias da Assembleia da República para a discussão e votação do projecto de lei do PCP sobre reformas e pensões, que visa a garantia de um aumento intercalar e a fixação de um novo e mais justo critério para o cálculo e actualização das reformas e pensões, contrariando assim a política governamental que penaliza os reformados e que lhes recusou a actualização intercalar a que têm direito, face à crescente aceleração da inflação.

A bancada comunista exigirá o agendamento numa das primeiras reuniões plenárias,

consoante determina o regimento, do relatório da Comissão de Inquérito aos escândalos do Fundo Social Europeu e proporá a publicação das actas e documentos demonstrativos das graves ilegalidades praticadas.

O PCP insistirá em que sejam realizadas as diligências necessárias ao apuramento das questões deixadas em aberto pela comissão de inquérito, cujos trabalhos foram abruptamente terminados pelo PSD.

A reunião do Grupo Parlamentar aprovou ainda, no final dos trabalhos uma saudação aos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, pela publicação dos estatutos, inconstitucionalmente bloqueados por sucessivos governos, desde 1984.

### Agricultores de Tavira: preocupações legítimas

O controverso traçado da futura via longitudinal do Algarve, motivo de justos protes-



## Até amanhã, em S. Bento Jornadas Parlamentares

Estão a decorrer na Assembleia da República Jornadas Parlamentares do PCP. Aprovar um plano de acção que permita à AR dar resposta aos problemas do povo e do país, que a política do Governo Cavaco tem agravado, é o objectivo central destas Jornadas, cujas conclusões serão divulgadas **amanhã** (sexta-feira) em encontro com os jornalistas.

tos dos agricultores de Tavira, e que poderá vir, mantendo-se o projecto actual, a comprometer dezenas de explorações agrícolas no Vale da Asseca, foi objecto de um requerimento ao Governo, apresentado na Assembleia da República pelo deputado Carlos Brito, que pretende conhecer as medidas que o Governo irá adoptar para alterar o traçado projectado pela JAE.

Como se afirma no requerimento, entidades da própria Comunidade Económica Europeia consideram que o Governo português não procedeu

aos estudos de impacto ambiental e está a infringir as normas comunitárias sobre ambiente.

O deputado Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, considera igualmente que o Governo se tem mostrado incapaz de «ouvir e dialogar com as populações interessadas» e que aquilo que poderia ser uma via de esperança e de progresso se está a transformar por culpa do Governo, «numa via de frustrações, atropelos e atentados aos interesses regionais e nacionais».

### Um debate da iniciativa comunista

## Sistema retributivo da Função Pública

Por proposta do Grupo Parlamentar do PCP a conferência de líderes deliberou agendar para a comissão permanente da Assembleia da República o debate de um projecto de deliberação, de iniciativa do PCP, que visa abrir um debate sobre as propostas governamentais relativas ao sistema retributivo da Função Pública.

As propostas que o Governo apresentou têm sido vivamente contestadas pelas or-

ganizações sindicais e são efectivamente inaceitáveis, quer no quadro da conjuntura, na qual avulta o deslizamento dos valores da inflação, quer no quadro das soluções estruturais que são propostas, que definem valores mínimos claramente insuficientes e soluções injustas e inadequadas.

Pela expressão que tem, quer no que respeita aos direitos e interesses de cente-

nas de milhar de trabalhadores da Função Pública, quer no que concerne à própria reforma da administração pública, entende o PCP que a proposta do Governo deve ser debatida, em todas as suas vertentes, e é com esse objectivo que se propõe, no projecto de deliberação, a presença na comissão permanente do ministro das Finanças e do secretário de Estado da Modernização Administrativa.

### Administração pública de chicote na mão...

## Trabalhadores-estudantes alvo de grave injustiça

Em requerimento dirigido ao Ministério do Emprego e Segurança Social, os deputados da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP interpe-laram o Governo sobre a estranha situação que se verifica em vários serviços da Função Pública onde se pretende que os trabalhadores-estudantes que legitimamente usufruíram de dispensas

para a realização de exames no sistema de ensino, nos termos do Estatuto do TE, sejam obrigados a prestar, gratuitamente, horas extraordinárias.

Numa breve nota divulgada aos órgãos da Comunicação Social, o gabinete de Imprensa da bancada comunista em S. Bento sublinha que, «des-

ta forma, sem qualquer base legal, a administração pública quer punir os TE's».

Os deputados jovens entendem que o Governo deve imediatamente pôr cobro a esta «anacrónica situação, devendo repor as remunerações devidas por horas extraordinárias entretanto prestadas por trabalhadores-estudantes».

### Nacional

## Seminário em Almada A estratégia da comunicação para as autárquicas

Na próxima segunda-feira, dia 25, vai realizar-se no Convento dos Capuchos em Almada um seminário sobre «a estratégia da comunicação para as próximas eleições autárquicas».

A iniciativa é da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP e decorrerá entre as 10 e as 17.30 horas, com intervalo entre as 13 e as 15 horas.

Os objectivos deste seminário passam pela definição de uma estratégia de comunicação global, que, aproveitando os estudos do PIDS, Planos Directores Municipais, Operação Integrada de Desenvolvimento e outros instrumentos de planeamento, permitam considerar a década de 90 como a década do desenvolvimento integrado.

Estarão presentes, entre outros, membros da DORS, activistas do PCP e eleitos e candidatos aos órgãos autárquicos.

### Coordenadora Aberta da CDU toma posição

## Coimbra e rede de gás

Assunto que tem merecido a atenção dos órgãos de Comunicação Social nas últimas semanas, o projecto de distribuição de gás canalizado às populações e empresas da zona de Coimbra suscitou uma tomada de posição da Coordenadora Aberta da CDU — Coligação Democrática Unitária, assim resumida:

- 1 — É no mínimo lamentável a forma como o Município se deixou arrastar para uma posição totalmente subalterna em relação a um projecto tão importante para a região. Tanto mais grave quanto é certo que desde Janeiro os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Coimbra vinham propondo, respectivamente, que a Câmara tomasse a iniciativa do estudo técnico e de mercado.
- 2 — Resulta claro que, se ti-



vesse feito como propuseram os vereadores da CDU, a Câmara Municipal estaria hoje em muito melhor posição para acautelar os interesses das populações, desde a questão dos preços do gás ao domicílio até ao problema

do impacto da construção da rede de distribuição.

3 — Criticando a passividade e alheamento da restante vereação que conduziu à solução de menoridade do Município em relação a este pro-

jecto, os eleitos da CDU continuarão a lutar, no Município de Coimbra, por soluções que coloquem os interesses gerais da população acima de outras considerações de ordem meramente lucrativa.

## Internacional

## África Austral

## Esclarecer equívocos

«Um projecto de declaração» que o mediano entre o MPLA e a Unita, o presidente zaireense Mobutu, deverá submeter à assinatura de Jonas Savimbi, foi o resultado principal da chamada cimeira dos «oito», que esta semana decorreu em Kinshasa, para a qual havia sido convidado o líder da Unita, que acabou por não comparecer, e onde os oito chefes de Estado de países africanos reiteraram mais uma vez os princípios acordados na cimeira de Gbadolite. Entretanto a comissão tripartida angolano-cubano-sul-africana de verificação dos acordos de Paz de Nova Iorque, reunida em Havana, manifestou sexta-feira, no comunicado final, vontade de «dar prioridade» aos problemas que se levantam na Namínia a sete semanas da independência, bem como à questão da segurança da fronteira angolana e da retirada das tropas cubanas.

A análise da evolução do processo de Paz em Angola esteve no centro da cimeira que na passada segunda-feira juntou em Kinshasa, Zaire, o presidente deste país com os de Angola, Congo, Gabão, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zâmbia e Zimbábwe, depois de a 22 de Agosto em Harare, estes oito chefes de Estado terem reafirmado a aceitação do princípio da retirada voluntária e temporária de Jonas Savimbi da cena política, a integração dos elementos da UNITA na sociedade angolana e o respeito por estes das leis e das autoridades constituídas em Angola; princípios que segundo foi afirmado em Harare, tinham sido afectivamente aceites pelo chefe da UNITA na cimeira de Gbadolite, onde ficaram definidas as linhas tendentes a facilitar o processo de Paz e Reconciliação Nacional em Angola, entretanto postos em causas por Savimbi.

Recorde-se que os oito chefes de Estado africanos

esta semana reunidos em Kinshasa constituem metade dos mais altos mandatários participantes na anterior cimeira de Gbadolite, num momento em que se avizinham as eleições gerais na Namíbia, marcadas para 1 de Novembro, que resultarão na independência do território, até aqui ocupado pela África do Sul.

## Regresso de Nujoma

Namíbia onde a semana passada regressou em clima de apoteose, após 30 anos de exílio, o líder da SWAPO, Sam Nujoma, no mesmo dia em que os 88 membros de um colégio eleitoral, elegeram Frederik De Klerk como novo presidente sul-africano, cargo de que ontem tomou oficialmente posse, por entre denúncias de violação por parte deste país aos acordos de Nova Iorque estabelecidos com Angola e Cuba, sob mediação dos Estados Unidos e de um aumento de tensão social na própria África do Sul.



Sam Nujoma: o regresso a uma pátria a caminho da independência

Os Estados Unidos foram igualmente acusados a semana passada de conivência com o não cumprimento por parte da África do Sul dos acordos assinados em 22 de Dezembro passado, desrespeitando a resolução 435/78 da ONU.

Estas acusações foram feitas em Havana e partiram de Cuba e Angola quando efectuaram com uma delegação sul-africana a quinta reunião da Comissão de Verificação dos acordos de Nova Iorque, onde foi dada conta da evolução da retirada das forças militares cubanas de território angolano.

Diga-se que o governo de

Angola considera a estabilidade e a segurança da Namíbia ao longo da fronteira comum e o final da ingerência sul-africana nos assuntos internos angolanos, como condições fundamentais para a paz no seu país.

## Estados Unidos reafirmam apoio à UNITA

Já esta semana, os Estados Unidos, ainda antes da cimeira de Kinshasa, reafirmaram o seu apoio à UNITA, enquanto esta, por seu lado, anunciava a existência de contactos entre a organização e a administração Bush, por forma a que o presidente norte-americano receba Savimbi durante uma visita deste aos Estados Unidos, na primeira semana de Outubro.

Na Namíbia, Nujoma alertou para o facto de as condições de segurança ainda não estarem, de forma alguma, asseguradas, dado o reduzido número de efectivos do grupo de assistência da ONU (UNTAG), em contraponto às intimidações à população perpetradas pelas forças colonialistas militares paramilitares, étnicas e unidas de comandos sul-africanos (nomeadamente os elementos da «Koevoet»), a tentarem criar um clima «anti-SWAPO», por forma a contrariar a inevitável vitória desta organização, caso as eleições namibianas venham a decorrer de forma normal.

O reduzido número de elementos da UNTAG foi uma das razões apontadas por

## Nota do PCP: «Os racistas não desistem do terror»

A propósito dos recentes acontecimentos na Namíbia, o Gabinete de Imprensa do PCP emitiu o seguinte comunicado:

«1. O Partido Comunista Português saúda calorosamente o regresso de Sam Nujoma, presidente da SWAPO, à Namíbia, após ter sido forçado pelos racistas da África do Sul a um longo exílio de 30 anos. Este regresso é possível graças à corajosa luta da SWAPO e do povo namibiano e ainda às históricas vitórias alcançadas pelos povos de Angola, Moçambique, Zimbábwe e outros povos africanos na sua luta pela independência e o progresso social e que alteraram a correlação de forças na África Austral.

2. O PCP condena firmemente o cobarde assassinato de Anton Lubowski, destacado dirigente da SWAPO, o qual mostra bem que os racistas não desistem da utilização do terror e dos piores crimes para intimidar o povo da Namíbia e assim impedir que as eleições possam ser livres e democráticas.

3. Confirmando à SWAPO e ao povo da Namíbia a sua activa solidariedade, o PCP considera necessário que se criem todas as condições para que o povo namibiano se possa manifestar de um modo inteiramente livre nas próximas eleições a realizar a 1 de Novembro, de acordo com a resolução 435 das Nações Unidas e dos acordos tripartidos entre Cuba, Angola e a República da África do Sul.

14/9/89

O Gabinete de Imprensa do PCP

Hashim Mbita, secretário executivo do comité de libertação da Organização de Unidade Africana (OUA), como estando na base do atentado que vitimou Anton Lubowski, o principal dirigente branco da SWAPO, e que levou a OUA a acusar a ONU de ser responsável pela insegurança que se vive na Namíbia.

Mas na própria África do Sul esta semana ficou marcada por uma série de convul-

sões sociais, com as organizações anti-apartheid a promoverem novas manifestações, boicotes e marchas, depois de sábado passado a polícia ter efectuado disparos para dispersar 500 pessoas que acompanhavam um enterro no Soweto, apesar de o novo presidente, De Klerk, ter alargado a autorização de manifestações de protesto aos funerais políticos de vítimas de repressão policial.

## Polónia

Reunido nestes dias em Varsóvia, o plenário do CC do POUP debateu a situação e papel do POUP nas actuais condições políticas, profundamente renovadas, e a preparação do XI Congresso dos comunistas polacos, a realizar já no próximo ano.

O novo governo polaco — finalmente constituído depois de um difícil período transitório, em que esforços foram desenvolvidos, nomeadamente pelo dirigente do Solidariedade, Walesa, para afastar os comunistas de qualquer participação no governo — recebeu um voto massivo do parlamento. 402 deputados votaram sim, registando-se 13 abstenções e nenhum voto contra. O empenho em avançar é forte. Ainda que nem todos naturalmente coincidam quanto aos objectivos.

O novo governo, compreende um total de 23 ministérios e 4 vice-primeiros ministros, dos quais um do POUP, no cargo de ministro do interior, o general Kiszczak. 12 ministérios serão dirigidos por membros do Solidariedade. Mas tendo em conta os contactos havidos, por parte do Solidariedade, com os Partidos Camponês e Democrático, a influência real do Solidariedade tenderia a ser maior.

Importa entretanto ter em conta que estes diferentes movimentos estão longe de ser homogéneos, e os diversos posicionamentos políticos passam pelo interior também do Solidariedade.

De referir também o real peso da Igreja na vida política polaca.

Um quadro complexo, em que abundam enormes dificuldades e problemas, mas

simultaneamente se abrem portas de acção, de trabalho político, na obtenção de consensos, por vias de desenvolvimento favoráveis para o povo polaco.

A posição dos comunistas neste contexto, é clara, nas suas linhas gerais (pois muito está naturalmente ainda em debate — e com certeza estará).

Quando da designação do actual primeiro-ministro, Mazowiecki, o texto da PAP precisava: «O presidente da República vê a necessidade de criar um governo que goze do apoio necessário de todos os grupos parlamentares, e cuja composição deverá basear-se num largo entendimento entre as forças políticas e sociais do país. É de opinião que um tal governo estará em condições de ultrapassar rapidamente as difi-

culdades económicas, de prosseguir as reformas resultantes da filosofia e da essência da mesa redonda e de satisfazer as necessidades e aspirações da sociedade polaca».

A referência à mesa redonda — que reuniu todas as organizações sociais e políticas que inserissem a sua acção «no quadro do regime constitucional da República Popular da Polónia», ou seja, no quadro do socialismo — é significativa. Do empenhamento e da confiança dos comunistas. Mas também da realidade concreta da Polónia de hoje, em que há quem aposte num regresso ao capitalismo.

Em reunião há dias realizada entre o presidente da República e o actual primeiro-ministro, o general Jaruzelski sublinhou que «só a luta contra as tendências extremistas e a favor da conciliação nacional poderá proporcionar ao novo governo e, portanto, à Polónia, uma oportunidade para superar a crise».

Jaruzelski alertou ainda para uma questão central: «o Conselho de Ministros deve decidir sobre como elevar consideravelmente a eficácia da economia e tomar medidas para proteger os princípios mais elementares da justiça social».

E aqui chegamos provavelmente ao fulcro da própria questão política — a economia.

Na necessidade do seu desenvolvimento — todos coincidem. Mas que desenvolvimento? Ao serviço de quem?

## Economia questão-chave

Os traços gerais avançados pelo actual primeiro-ministro polaco, Mazowiecki, quando da sua investidura, são demasiado vagos para deles se poder retirar o sentido de uma orientação precisa, no que respeita à estratégia económica.

Nas palavras de Mazowiecki, trata-se de regressar «à economia de mercado e a uma intervenção do Estado próxima da que existe nos países capitalistas desenvolvidos», ou ainda de criar mecanismos jurídicos e económicos que libertem a iniciativa para que se possa «reencontrar o sentido moral e material do trabalho».

Entretanto, Walesa, na véspera da sua deslocação à RFA, já neste mês de Setembro, e em entrevista ao jornal «l'Alsace», defende que «o que é preciso é mudar as estruturas da propriedade», retirar ao Estado «pelo menos 80% do que ele tem».

É evidente — neste caso (e noutros) — que é de uma aposta no regresso ao capitalismo que se trata. O que naturalmente é alimentado também por «conselhos» provenientes do FMI e países capitalistas credores.

Relembremos que a Polónia tem uma dívida de 40 mil milhões de dólares. Segundo diz Włodzimierz Natorf, secretário do CC do POUP, só com o pagamento de juros «devolvemos mais do que outrora recebemos». Mas é essa a lógica do sistema.

Para os comunistas polacos, as perspectivas e os objectivos, no que diz respeito à economia, são claramente um desenvolvimento económico ao serviço do homem.

«O domínio económico e a sua influência sobre a vida quotidiana do indivíduo constituem a frente de luta essencial para o socialismo», afirma-se nas teses do Bureau Político, apresentadas à 10.ª sessão plenária do CC do POUP.

Neste mesmo plenário, na informação apresentada sobre a situação económica, refere-se como estratégia para sanear a economia: «criar as condições para o desenvolvimento da iniciativa e o espírito de empresa, para o desenvolvimento livre da actividade económica».

Defende-se, nomeadamente que «o Estado deve tomar menos, mas melhores decisões, tomá-las mais depressa, mais a tempo, deve permitir às pessoas agir em nome dos seus interesses próprios, mas em contrapartida velar melhor pela protecção eficaz dos que dela têm mesmo necessidade».

Trata-se, na definição teórica da Conferência ideológica, realizada em Fevereiro, da «economia socialista de mercado», ou seja, «a autonomia das empresas mantendo a influência do plano central no que respeita às propostas macroeconómicas».

Com uma preocupação central — que nem todos terão em conta: «Na economia socialista de mercado, a política social será realizada com não menos eficácia. Dar-se-á particular importância às seguintes questões: o direito ao trabalho; a igualdade de oportunidades; a justiça; a segurança social; a garantia dos direitos humanos tanto no trabalho como na vida pública».

Neste tenso cruzar de problemas, perspectivas, diferentes projectos, a renovação e reforço do partido surge como questão determinante.

Daí a grande importância do actual plenário do CC do POUP e do próximo Congresso.

## Que estratégia económica?

Internacional

COLÔMBIA

# Droga, o outro lado da guerra

«Porque é que os serviços de investigação policial já há tempos assinalaram Puerto Bayocá como o santuário das actividades narcoparamilitares, e se todos os episódios que se conhecem conduzem ali, porque é que não se realizou uma única operação nessa região? A quem é que se está a dar tempo?», é uma das múltiplas questões avançadas na «Voz», jornal dos comunistas colombianos.

E a «Voz» questiona ainda — «Porque é que o governo não se pronunciou oficialmente sobre os contactos internacionais do narcocomilitarismo com Israel, Grã-Bretanha e Estados Unidos? Em que casos se tratou de ajuda oficial, e em que casos se deveu à iniciativa privada de narcotraficantes e mercenários?». Na verdade, a operação desencadeada pelo governo colombiano, que se afirma contra a droga, e que conta com um muito ambíguo auxílio dos Estados Unidos, levanta cada vez mais interrogações.

Ávaro Leyva Duran, possível candidato às próximas presidenciais, pergunta-se: «No seu discurso, o presidente Bush limitou-se a anunciar uma maior repressão contra os consumidores de droga. Onde é que está a decisão política de desmantelar os grandes cartéis americanos como o de Las Vegas?».

Se as dúvidas são muitas, as consequências imediatas estão à vista. E têm pouco a ver com qualquer solução — aliás inviável através de medidas repressivas — do problema da droga.

Muito recentemente, os comunistas colombianos perguntavam-se, nas páginas do seu jornal, se «a guerra foi declarada aos narcotraficantes». Pois que, entretanto, o que se tem vindo a verificar, são tentativas de cercar escassas conquistas democráticas que foi possível alcançar nestes últimos anos.

Assim, e a pretexto da luta contra a droga, o governo lançou um decreto a ordenar a substituição dos presidentes de câmara, por militares (!), em caso de «situação de anormalidade na localidade». Note-se que, de há três anos para cá, os autarcas, anteriormente designados pelos governadores, passaram a ser eleitos. O decreto do governo acabou por ser anulado, face aos protestos levantados. Mas as intenções, e as ameaças que pesam sobre quaisquer conquistas democráticas, são claras.

## Guerra antidroga?

As economias de todos os países latino-americanos, de alguma forma ligados ao tráfico de droga, estão profundamente marcadas por esse tráfico. O enorme negócio que a droga representa (para



A guerra suja, ligada aos narcotraficantes, atinge em particular as forças de esquerda. Desde 1985, a União Patriótica sofreu mais de mil mortos

alguns) colocou na órbita da sua produção centenas de milhares de camponeses pobres, um dos sectores cuja exploração engrossa os imensos lucros dos narcotraficantes.

Simultaneamente o negócio da droga é fonte de divisas, de que todos os países latino-americanos sofrem uma imensa falta, fruto da desenfreada exploração de que o terceiro mundo é vítima.

Muito justamente, a «Voz» afirma, em comentário à actual «guerra»: «Abordar este problema exige afastar as pretensões hegemónicas, e com uma nova mentalidade apelar à colaboração da comunidade internacional, para resolver problemas como os de preços justos e estáveis para os produtos latino-americanos, medidas eficazes frente à impagável dívida externa, que abram o desenvolvimento independente dos nossos países».

A droga é, sobretudo, um imenso negócio, e em países em que dinheiro é sinónimo de poder. Segundo declarações do senador Joseph Biden, ante o comité judicial do Senado norte-americano, calcula-se que o dinheiro gerado pelo tráfico de droga nos Estados Unidos pode oscilar entre os 150 mil e os 180 mil milhões de dólares ao ano.

O semanário britânico, «The Economist», afirma que se o Cartel de Medellín fosse uma grande empresa, teria que figurar, pelo volume dos seus negócios, entre as 500 empresas mais importantes da lista da revista «Fortune», ao nível das principais companhias de petróleo.

Neste quadro, ninguém, em consciência, pode crer que uma simples guerra, que aliás na prática vem só a atingir o «peixe miúdo» (e nos EUA os consumidores!!!), possa mesmo pretender a resolução de um problema cujas raízes socioeconómicas são imensas, aliás com dimensões profundamente dramáticas.

## O factor poder

Mesmo pressupondo que a via militar, meramente repressiva, seria caminho viável no combate de facto à droga — terá que se partir de um

pressuposto — é preciso, para isso, vontade política. O poder que combate a droga terá que estar, no mínimo, livre de laços com os barões do tráfico de narcóticos.

Vamos aos factos. Ricardo Gamez Mazuera, ex-agente dos serviços secretos (a Digin), testemunhou recentemente, antes de sair da Colômbia, sobre os estreitos laços existentes entre militares, narcotraficantes e a oligarquia do país, que em conjunto criaram os esquadrões de morte em Bogotá, Cali, Tulua, Cucuta. E fê-lo, citando nomes, factos, localidades, testemunhas.

A cumplicidade de militares e polícias é também recentemente denunciada nas páginas de «The New York Times», em artigo de Juan Méndez, director executivo de «American Watch», organização norte-americana de defesa dos direitos humanos.

Preto no branco, Juan Méndez acusa os cartéis da droga e os seus grupos paramilitares de milhares de assassinatos (cerca de mil militantes da União Patriótica foram assassinados desde 1985), contando com a cumplicidade de polícias e militares. Cumplicidade baseada na corrupção e no virulento anticomunismo, comum a todos eles. Méndez denuncia ainda que os narcotraficantes executaram massacres de camponeses com os agradecimentos de altos comandos do Exército. Objectivo comum: «barrar o caminho à esquerda para assegurar que se perpetue a ordem social repressiva que eles querem, e têm esperanças de substituir a oligarquia ou unir-se a ela».

Confluindo com estas denúncias, e esclarecendo o fundo político da santa-guerra contra... a droga (?), as palavras de Bernardo Jaramillo, presidente da União Patriótica, em Bogotá, no segundo Congresso desta organização democrática, realizado já neste mês de Setembro.

«Mente-se à opinião pública e à comunidade internacional — diz Jaramillo. A «guerra suja» não é apenas obra dos narcotraficantes, ela advém desse conflito de baixa intensidade que os Estados Unidos abriram na América central e que o documento de Santa Fé 2, elabo-

rado pela administração Bush, prevê estender a toda a América Latina. Na Colômbia, Brasil, Peru, Bolívia estão em acção esquadrões da morte. Trata-se de aterrorizar os povos e de decapitar as suas organizações».

Esta uma outra visão da guerra de Bush contra a dro-

ga. Independentemente do dramático problema que a droga em si constitui e das legítimas preocupações que gera — esta guerra levanta no mínimo dúvidas bem fundamentadas. Das suas consequências e dos seus verdadeiros objectivos, só os factos poderão testemunhar.

## EUA

# Bush aposta na repressão

O banco de Estado da Florida «branqueia», só por si, 8 mil milhões de «coca-dólares» por ano. A fonte de tal informação é norte-americana. E isto representa na prática que o banco de Estado da Florida processa anualmente, com o negócio da droga, uma soma bem superior aos lucros do tráfico de cocaína da Colômbia, Peru e Bolívia, todos juntos. Um facto esclarecedor sobre o peso maior de interesses com o narcotráfico.

Pareceria ser essa uma razão de sobra para o empenho do presidente norte-americano no que se denominou guerra contra a droga. Mas os factos indicam que a realidade é bem mais complexa.

A verdade é que, enquanto Bush lança com todo o peso da propaganda a sua «cruzada», vários Estados norte-americanos, como é o caso do Texas, reconhecem na prática a actividade ligada ao tráfico de droga, ao aprovar legislação destinada a evitar a evasão fiscal no que respeita ao negócio da venda de droga.

«Estamos todos de acordo em considerar que a mais grave ameaça interior a que a nossa nação deve fazer face é a droga» — foi com estas palavras que o presidente Bush, apresentou, em 5 de Setembro, na televisão, o seu programa de luta contra a droga.

Não se vê entretanto, nesse programa, nada que aponte contra a actividade do banco da Florida, por exemplo. Ou contra o chorudo negócio dos narcotraficantes no Texas. Menos ainda se visa lançar bases para dar resposta aos

gravíssimos problemas sociais que — reconhecidamente — alimentam o consumo de droga.

A ordem de prioridades do presidente americano, na sua guerra, é, expressamente: repressão; «ajuda» aos países latino-americanos (como é o caso da Colômbia), educação e tratamento.

Fica assim claro que a aposta de Bush é, fundamentalmente, na repressão — que deverá absorver cerca de 70% das verbas oficialmente destinadas ao combate à droga. Antes do mais, pela construção de novas prisões.

De par da prisão, outras formas de repressão dos consumidores (e não dos traficantes...) são avançadas — trata-se, por exemplo, de apreender o seu carro, retirar-lhe a carta, ou mais grave ainda, a bolsa de estudo, e até o próprio posto de trabalho!

Conforme precisou William Bennett, o coordenador da luta antidroga, a administração norte-americana reserva-se a possibilidade de incitar os Estados a assumir tais medidas repressivas contra os consumidores de droga, ameaçando, por exemplo, de suprimir algumas subvenções federais.

É de prever que estas medidas não toquem minimamente os lucros do narcotráfico, mas antes agravem ainda a realidade social dos mais pobres ghettos das grandes cidades, onde se acumulam os «excluídos». Por isso mesmo centros de droga e de crime.

Chagas sociais profundas que Bush se dispõe a limpar... com mais prisões.

# Cidadãos da RDA partem para a RFA

Alguns milhares de cidadãos da RDA — cerca de 10 mil, de acordo com as avaliações mais referidas — passaram nestes dias para a RFA, utilizando em particular a abertura de fronteiras a que a Hungria procedeu, quando se encontravam de férias neste país.

Entretanto, as rádios oeste-alemãs continuam a dirigir-se directamente aos 60 mil cidadãos da República Democrática, ainda em férias na Hungria.

Esta imigração em massa corresponde também a uma campanha que tem vindo a ser desenvolvida por parte da RFA, e que tem a ver com velhas (as perigosas) ideias da «grande Alemanha», a ser reunificada por Bona. Vão nesse sentido declarações como as recentemente proferidas, em Munique, pelo ministro das Finanças oeste-alemão, Waigel, que afirmou que a reunificação da Alemanha é «uma questão política mais actual que nunca». Em Junho, Waigel tinha declarado que os territórios que antigamente tinham pertencido à Alemanha, a leste da linha Oder-Neisse, definida em 1945 pela União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, para formar a fronteira ocidental da Polónia, «faziam parte integrante da questão alemã».

É esta ingerência, nomeadamente propagandística, esta reafirmação de um espírito chauvinista, de grande Alemanha — provavelmente o facto político mais grave, no que respeita a esta grande imigração de cidadãos da RDA.

O facto em si, se reflecte ingerências externas e o peso da propaganda, naturalmente testemunha também de problemas na própria RDA. E das ilusões alimentadas pelos seus cidadãos em relação ao que é a vida nos países capitalistas. Ilusões que irão esbarrar com uma realidade de 4 milhões de desempregados, muito embora seja possível, de imediato, uma boa recepção, também no mercado do trabalho, aos recém-chegados.

A decisão húngara de abrir as fronteiras aos cidadãos da RDA, sem os documentos válidos que para tal seriam necessários, levantou polémica entre os governos dos dois países.

Em comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o governo da RDA, considera que tal decisão «constitui uma violação da soberania da RDA» e «favorece um dever de tutela da RFA, contrário ao direito internacional, para com os cidadãos da RDA».

## Internacional

## URSS

# Nacionalidades e economia em debate

«Tudo se interligou num nó apertado — numa conjuntura grave no mercado de consumo, os conflitos étnicos, os processos difíceis, e às vezes mesmo dolorosos, ligados à superação das deformações, à renovação do socialismo. Nós tentamos compreender onde estamos em dado momento, quais são as vantagens e desvantagens do caminho percorrido durante mais de 4 anos, como se desenvolve a democratização, como vai a reforma económica e política» — é praticamente com estas palavras que Gorbatchov inicia a intervenção televisiva que marca o seu regresso ao trabalho. Para destacar, significativamente — «Porém, o mais importante, e é preciso sublinhá-lo especialmente, é que as massas trabalhadoras estão a despertar. Cada vez mais activamente elas participam na discussão e na solução das tarefas socioeconómicas e políticas. Este facto, camaradas, tem uma importância de princípio, pois dá à perestroika um carácter construtivo de trabalho, superando-se assim uma divisão que se criou entre o povo e o poder».

Apontando as dificuldades com que a perestroika se está a debater, Gorbatchov defende entretanto que há condições de avançar, e passos concretos estão a ser preparados nesse sentido.

«Sim, a perestroika está em dificuldades — diz o dirigente soviético — mas ela é uma reviravolta radical —

uma revolução na economia, na política, na esfera espiritual bem como na própria consciência das pessoas — em todo o nosso modo de vida. Além disso houve erros no trabalho prático, cometidos já no decorrer da perestroika. Mas a perestroika abriu uma via real de renovação da sociedade, uma reno-



Gorbatchov em plena discussão com trabalhadores. Uma componente essencial da perestroika é a mais ampla participação popular

vação qualitativa, de criação de um socialismo verdadeiramente humano e democrático. Ela devolveu ao grande país o sentido da dignidade, deu ao homem soviético a sensação de liberdade. Isso é uma fonte poderosa de energia social e espiritual, eu diria patriótica, para muitas décadas».

É num quadro de grandes problemas e simultaneamente grandes perspectivas, que estão em elaboração algumas medidas de fundo, de resposta a problemas candentes, nomeadamente no plano económico.

O governo soviético deverá apresentar ao Congresso dos Deputados do Povo, um programa de medidas extraordinárias visando o urgente saneamento da economia e a normalização do mercado de consumo. Pontos fulcrais em que, como é sabido, se não conseguiram obter resultados positivos, entretanto essenciais, pois dizem respeito à vida quotidiana das pessoas.

No que a tal programa se refere, Gorbatchov salienta: «penso que a sociedade rejeitará este programa se nele não forem especificadas claramente as medidas concretas, etapas, prazos, responsabilidades dos órgãos centrais, das repúblicas, locais e dos colectivos de trabalho. Eu admito que no conjunto de tais medidas possa haver algumas impopulares e, nalguns casos, duras e dolorosas. Mas só serão justificadas se forem ditadas pela necessidade de encontrar uma saída para a situação em que nos encontramos».

Muitas outras questões práticas deverão ser abordadas na próxima sessão do Soviete Supremo, ligadas ao

aprofundamento futuro da reforma económica e política.

Trata-se antes do mais da lei da propriedade, intimamente ligada à lei sobre a terra, com o que se consolidará «a pluralidade das formas de propriedade socialista».

Trata-se ainda da promulgação da nova lei sobre a empresa socialista, as leis sobre o autofinanciamento das repúblicas e das regiões, sobre a economia local e a autogestão.

## A Federação Soviética

Em 1945, os estonianos representavam 97% da população da sua República. Actualmente representam menos de 60%. Um dado muito concreto, que ilustra a complexidade do problema das nacionalidades, tal como ele hoje se coloca.

Com uma agravante.

É que nem só de problemas concretos se trata, dos económicos aos étnicos, dos culturais aos ecológicos. Há também o seu aproveitamento político por forças que nada têm a ver com a perestroika, mesmo quando a invocam. Pois significativamente hoje, na URSS, aliás como um pouco por todo o mundo, invocam ou defendem a perestroika, é garante de pelo menos ser escutado.

Por tudo isso a enorme importância do debate que decorre no CC do PCUS, sobre a questão das nacionalidades na URSS.

Em debate a plataforma do PCUS, «A política de relações étnicas do Partido na etapa actual», projecto apresentado em meados de Agosto, em que uma nova

política étnica do Partido é apresentada como «um elemento essencial da concepção da perestroika».

O objectivo — «o livre desenvolvimento dos povos do nosso país, a consolidação da amizade e cooperação destes através da combinação harmoniosa entre a igualdade dos povos e a igualdade das pessoas independentemente da sua origem étnica».

O projecto sobre a política de relações étnicas do PCUS, coloca em primeiro plano, as seguintes orientações:

«— transformar a federação soviética, dando-lhe um conteúdo político e económico concreto;

«— ampliar os direitos e as possibilidades de todas as formas e tipos de autonomia nacional;

«— garantir a cada povo direitos iguais e satisfazer as necessidades de cada etnia;

«— criar condições para o desenvolvimento livre das culturas e línguas nacionais;

«— evitar a discriminação dos cidadãos por motivos étnicos;

«— renovar todo o trabalho político-ideológico e educativo no campo das relações entre etnias».

Neste quadro avançam-se propostas concretas, que em si apontam para «mudanças radicais na federação soviética». Com uma preocupação clara, no difícil contexto de hoje — «Deve haver uma linha divisória clara entre o surto de consciência nacional e o nacionalismo. Ao mesmo tempo que são impedidas quaisquer manifestações de nacionalismo, é preciso ser sensível a todas as exigências e aspirações legítimas dos povos.

«As empresas distribuidoras de discos foram notificadas pelas autoridades de que passava a ser obrigatória a apresentação para exame prévio dos discos de todos os compositores e cantores progressistas. Assim, os discos de baladas ou da chamada nova música portuguesa passaram a ser censurados previamente.

Devido a mais este atentado contra a cultura nacional, os discos galardoados este ano com o prémio da imprensa, de Sérgio Godinho, José Afonso e José Mário Branco, não foram autorizados a sair. Também um disco de José Jorge Letria foi proibido.

Como era de esperar, face às ameaças de pesadas multas e de prisão, esta medida fascista tem traído algumas etiquetas, aumentando como reflexo disso as dificuldades para a publicação de novas obras musicais integradas na corrente da nova música portuguesa, movimento que teve um papel importante não só na divulgação de alguns dos nossos melhores poetas como também como forma de abordagem de alguns problemas sociais e políticos do país...» («Novo atentado contra a cultura» — «Avante!», VI série, n.º 445, Setembro de 1972)

## AVANTE!

«O desequilíbrio existente na divisão da propriedade rústica toma no nosso país aspectos profundamente chocantes.

Além dos antigos latifúndios de cinco mil, dez mil e vinte mil hectares de superfície, que representam sobrevivências do feudalismo, novos latifúndios se vão formando, pois são numerosos os exemplos de grandes capitalistas, como Manuel de Melo, Espírito Santo, Delfim Ferreira, Pinto de Azevedo, Bustorff Silva, etc., que investem muitos milhares de contos na aquisição de propriedades.

Simultaneamente com esta acumulação capitalista sob a forma de concentração da propriedade rústica, verifica-se noutras regiões uma fragmentação tal que as propriedades resultantes têm uma superfície cultivável tão limitada que a sua exploração se torna anti-económica (...).

Duma justa repartição do solo nacional depende o progresso económico da nação. Só uma ampla Reforma Agrária, aliada a uma política de protecção às massas camponesas, sob a forma de cooperativas de produção, de crédito fácil e barato, poderá entrar esta acelerada marcha para a ruína de centenas e centenas de milhares de camponeses em Portugal.»

(«A fragmentação e concentração da propriedade rústica» — «Avante!», VI série, n.º 280, Setembro de 1959)

## AVANTE!

«Aumenta de forma impressionante o número de jogadores «importados» do estrangeiro nas equipas de futebol da 1.ª, 2.ª e até da 3.ª divisão. Há equipas onde quase metade dos seus jogadores são estrangeiros. E, o que é grave, essa percentagem parece aumentar cada vez mais. O FC Porto, o Sporting e outros clubes anunciam a aquisição de novos jogadores estrangeiros.

Tal situação não beneficiará em nada o futebol nacional, pois impedirá a revelação e o aperfeiçoamento de novos jogadores portugueses. Por outro lado, alguns dos melhores jogadores da 1.ª divisão não podem ser seleccionados para a equipa nacional precisamente porque são estrangeiros (...).

(«Estrangeiros no futebol nacional» — «Avante!», VI série, n.º 221, Setembro de 1956)

## O «crime» de Rim Son Kyenng

Rim Sou Kyeung, estudante sul-coreana, e o padre Moun Kyou Hyeun, cometeram «grave crime» à luz dos critérios políticos vigentes na Coreia do Sul: passaram a linha de Panmoundjeum, que separa as duas Coreias, sem autorização das autoridades de Seul. Rim Sou Kyeung participou assim no Festival Mundial da Juventude, e naturalmente terá manifestado, tal como um número crescente de cidadãos do Sul, o seu desejo de ver o país reunificado (é essa a política oficial defendida pela RPD da Coreia).

No passado 15 de Agosto, no seu regresso à Coreia do Sul, Rim Sou Kyeung e o padre Moun Kyou Hyeun foram presos.

A 17 de Agosto, o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano qualificou a visita dos dois sul-coreanos à RPD da Coreia, como um «acto de violação do Acordo do Armistício»!

As autoridades sul-coreanas acusam a jovem estudante, nos termos da «lei sobre a Segurança Nacional», de «crimes» tais como «infiltração e evasão», «exaltação e encorajamento dos elementos antinacionais» e «simpatia com os elementos favoráveis ao inimigo».

Rim Sou Kyeung é mesmo ameaçada com a pena de morte. Tal é a política do governo de Seul.





## Quinta da Atalaia — O terreno que a Festa merecia

**L**ogo à entrada, junto à casa, uma série de espécies exóticas em que identificamos cedros e pimenteiras.

Um pouco mais à frente, uma alameda lateral de ciprestes, belíssima.

Bem mais ao fundo, o encanto, o deslumbramento do estuário do Tejo.

É a Quinta da Atalaia, a nossa casa para a Festa do «Avante!».

Daí se vêem os Moinhos de Maré de Corroios, do Galvão, do Capitão, da Passagem e da Torre; Daí se vê a base naval do Alfeite, o Barreiro, e na Ponta dos Corvos as antigas secas do bacalhau e até mesmo alguns velhos bacalhoeiros.

É a Quinta da Atalaia, o terreno recém-comprado

pelo PCP e que todos os militantes, amigos e apoiantes vão transformar num local de eleição para muitas e diversificadas iniciativas do Partido. Longe vão os tempos em que a Quinta da Atalaia era apenas mais um terreno votado ao abandono. Hoje, conservando todas as potencialidades como o grande miradouro do Seixal que oferece ao visitante uma deslumbrante vista sobre o mar da Palha, os meandros do estuário do Tejo, as colinas de Lisboa e até, nos dias claros, Vila Franca de Xira, a Quinta da Atalaia é a concretização de uma profunda aspiração dos comunistas: a posse de um terreno onde, sem sobressaltos, se pode instalar a Festa do «Avante!», a mais importante iniciativa político-cultural do nosso país.

A beleza do terreno, as suas possibilidades de

aproveitamento, vão exigir o esforço, o trabalho, a dedicação de todos os militantes e amigos do Partido, antes que se encontre em condições de acolher condignamente todos os que no próximo ano a irão visitar. Não duvidamos de que ninguém faltará à chamada.

Como se gritou bem alto em Loures — É nosso! Vamos tratá-lo como tal: com respeito, com cuidado, com amor.

O «Avante!» foi lá e trouxe alguma coisa que contar. Muitos outros terão oportunidade de o fazer também, oportuna e organizadamente, como convém a quem se preocupa em preservar o que é seu. Até lá, aqui fica um registo, um aguçar do apetite para as muitas surpresas que nos esperam na próxima Festa. ■

# Uma Quinta de Atalaia no estuário do Tejo

**Q**uinta da Atalaia, sede das futuras festas do «Avante!». Para a maior parte das pessoas não passa de um nome recém-chegado ao conhecimento público, referenciado como pertencente ao concelho do Seixal. Os mais atentos terão fixado que se trata de um terreno com 25 hectares, com vista para o Tejo.

Convenhamos que é pouco para a tão grande e natural curiosidade suscitada pela facto de, uma vez por todas, a Festa do «Avante!» se ter libertado dos condicionalismos que desde a primeira hora presidiram à sua realização.

Que quinta é essa? Qual a sua história? A quem pertenceu? É bonita? Tem árvores? E acessos? Está mesmo à beira-rio? Estas e muitas interrogações surgem de todo o lado, de camaradas e amigos, gente interessada ou apenas curiosa.

Tentar responder-lhes não é tarefa fácil, até porque num país tão cheio de História como o nosso muitas foram as histórias que se perderam pelo caminho, sem registos a passar para a posteridade ou memórias preservadas através dos tempos.

À partida o trabalho de pesquisa parecia fácil. O concelho do Seixal é rico de tradições e a autarquia — diga-se em abono da verdade — não descarta a investigação do seu património histórico-cultural. Naturalmente é aos serviços municipais que se recorre para obter as primeiras informações.

A primeira coisa que se descobre é que nada é perfeito. Apesar dos esforços do historiador da Câmara e dos funcionários do Museu Municipal, forçoso se torna concluir, numa primeira abordagem, que entre tantas propriedades famosas da zona — como a Quinta da Princesa ou do Cheiraventos — a Quinta da Atalaia é justamente uma daquelas sem história digna de registo.

Por ali não parece ter passado ninguém importante, não se ter registado nenhum acontecimento inusual.

Não há reis, nem princesas, nem nobres a emprestar ao historial da

quinta os condimentos com que se cozinham no imaginário popular as histórias de escárnio e maldizer, de amor e de amigo de outras eras.

Não há amores contrariados, intrigas palacianas, desterros, conspirações, movimentos revoltosos.

Não há sequer o retiro de inspiradas criações artísticas.

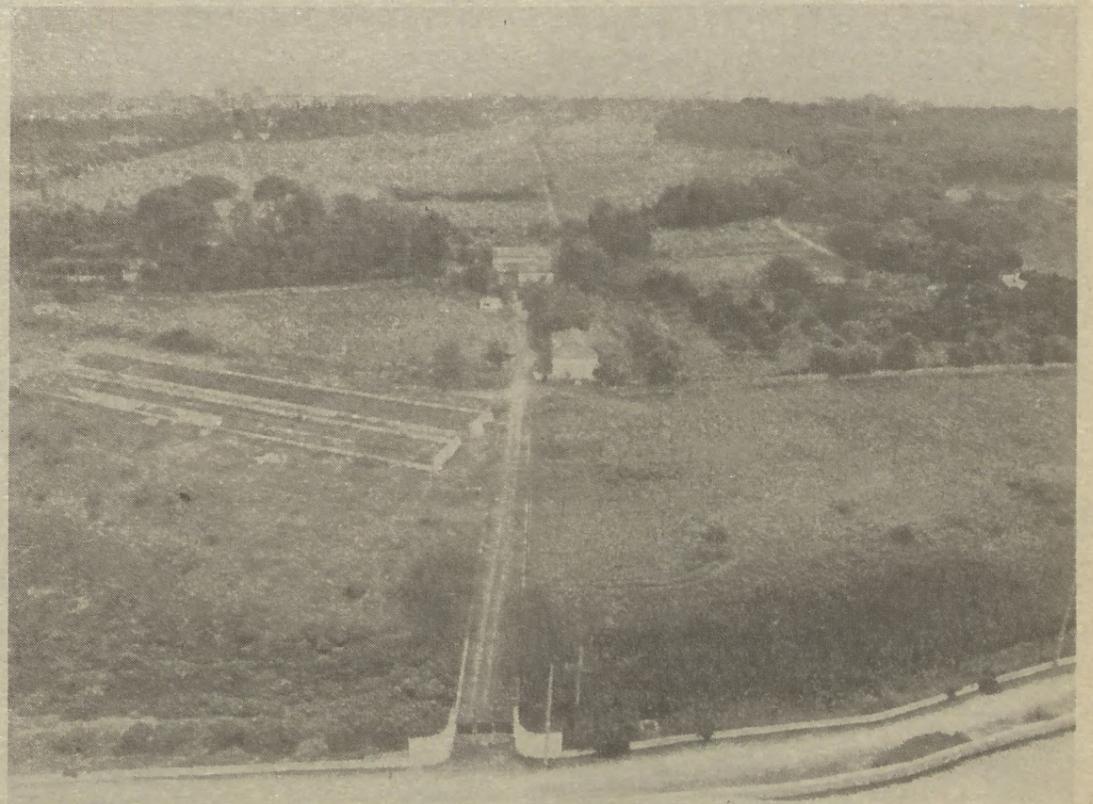
O que é no mínimo estranho, conhecida que é a nacional apetência para histórias deste género, com a agravante de tudo em volta da Quinta da Atalaia estar a abarrotar de memórias, casos e factos que dariam para encher páginas e páginas dos mais sensacionalistas dos nossos jornais.

Bom, importa concluir que ou a Quinta da Atalaia não tem história e por isso mesmo se desconhece a sua história, ou pelo contrário tem uma história tão bem guardada que há que prosseguir as investigações e os estudos morosos para a tornar conhecida.

A escolha fica ao critério de cada um.

## Uma achega — Atalaya

Apesar do que ficou dito — e correndo o risco de frustrar as expecta-



tivas dos mais imaginativos — não queremos deixar de dar uma achega à história de uma quinta sem história, possível com a ajuda do dr. Nabais, historiador da Câmara do Seixal.

Começemos pelo nome — **Atalaya**, como consta no testamento de um dos seus proprietários, Manuel Ferreira, falecido em meados do séc. XIX.

A palavra ficou-nos dos árabes, que pronunciavam «**attaláa**», derivada do verbo «**tálec**» que, na oitava conjugação, significava **vigiar, olhar ao longe, descobrir com vista**.

O que se pode descobrir a partir de um simples nome!

Situada na freguesia da Amora, no concelho do Seixal, a Quinta da Atalaia beneficia, nas palavras do historiador Nabais, «de uma situação privilegiada, altaneira, permanentemente olhando o Tejo, controlando os braços que se estendem para Corroios e para a Torre da Marinha».

Nada mais natural, portanto, que o estuário do rio Tejo ali tenha encontrado, em todas as épocas, uma «guardiã» a que foi dado o nome adequado às suas funções: Atalaia.

Legítimo se torna pois concluir que romanos, árabes e cristãos tenham aproveitado este local para vigiar o estuário do Tejo e, em especial, a entrada na baía estratégica do Seixal, única zona abrigada de então do porto de Lisboa.

Importa lembrar que na época toda a zona era navegável, ao contrário do que sucede nos nossos dias.

Mas para além deste aspecto de vigia, a Quinta da Atalaia também se insere numa zona de interesse económico, aproveitada desde cedo por fidalgos e instituições religiosas para a implantação de quintas rurais, tão do agrado dos cidadãos.

Refira-se, a título de exemplo, que foram proprietários destas terras o judeu David Negro — a que o rio Judeu foi buscar o nome —, Nuno Álvares Pereira e mais tarde o Convento do Carmo, até 1834. Digno de registo é o facto de ter sido Nuno Álvares Pereira a mandar construir, no séc. XIV, o Moinho de Maré de Corroios, ex-libris do concelho do Seixal recuperado pelo município.

A par de um espaço de lazer, as quintas da região constituíam uma fonte de riqueza. A Quinta da Atalaia, como todas as da área do Seixal, produziam excelentes madeiras de pinho manso e de sobreiro, destinadas aos estaleiros navais do Seixal que, desde o período dos Descobrimentos, se tornaram famosos.

Pela sua localização privilegiada, a Quinta da Atalaia tornou-se também no período da Expansão Portuguesa um espaço estratégico importante na preparação das grandes viagens marítimas.

Assim, com a discrição de um quase anonimato, a Quinta da Atalaia lá foi dando o seu contributo à nossa História comum.

Com a chegada da Festa do «Avante!» aos seus domínios, neste quase final do séc. XX, outras histórias enriquecerão certamente o seu património. Mas não nos apressemos. O futuro ainda está «só» em fermentação e outros depois de nós lhe virão escrever a história. ■





## A água e o vinho em fundo azul

Os comunistas são conhecidos pela sua capacidade de iniciativa, espírito empreendedor e criatividade. As sucessivas edições da Festa do «Avante!» aí têm estado a prová-lo, contra ventos e marés bem adversos, com a diversidade sempre a marcar presença. Pode bem dizer-se, nesta nossa apresentação dos novos domínios da Festa, que a Quinta da Atalaia está bem à sua altura. Pela beleza, em primeiro lugar, mas também pela dimensão e potencialidades de um terreno que até há alguns anos foi sede de explorações tão distintas como a água e o vinho, quando este ainda não sofria dos baptismos daquela.

É verdade. Dos terrenos que com orgulho chamamos hoje **nostros**, saía um dos melhores vinhos do período dos Descobrimentos. Tão bom que era utilizado como moeda de troca pelos comerciantes portugueses na rota do Oriente.

A produção vinícola perdeu quase até aos nossos dias e no terreno as últimas vinhas, ao abandono há alguns anos, ainda dão testemunho da sua qualidade. As uvas, afirma quem provou, são de fazer crescer água na boca. E a imensa adega ainda lá está, de pedra e cal, à espera de melhores dias... ou aproveitamento mais adequado.

A grande transformação da Quinta registou-se há cerca de quarenta anos, aquando da sua aquisição pela Sociedade Quinta da Atalaia para a exploração de água para abastecimento dos navios do porto de Lisboa.

A exploração de água coexistiu com a produção de vinho; 85 mil pés de cepas, numa área de 18 hectares, chegaram a dar 58 qualidades diferentes de castas de uvas de mesa e de vinho. Com o seu abandono desapareceu a última produção vinícola do concelho, mas não falta quem alimente a esperança duma recuperação, pela mão dos comunistas. Uma das muitas matérias para o necessário estudo do pleno aproveitamento das potencialidades do terreno, com Festa incluída.

Alguns dos edifícios que se encontram no terreno devem-se justamente a esse fabrico do vinho e ao seu armazenamento — lagar, adega e oficinas de lavoura.

Também a exploração da água, em que o local é particularmente rico, levou à construção de um laboratório de análises químicas para garantir a

qualidade do precioso líquido, um tanque e instalações de pessoal. Um outro tanque grande existente no terreno nada parece ter tido a ver com o negócio, mas teve tudo a ver com a água: trata-se de uma pequena piscina, a pedir limpeza e restauro mas pronta para um bom mergulho.

Quer a casa de habitação senhorial, no estilo de casa de campo despretensioso, quer as instalações rurais estão rodeadas de arvoredo diversificado, compreendendo um número elevado de espécies, tais como plátanos, ciprestes, pinheiros mansos, eucaliptos, sobreiros e medronheiros. Perto do rio, junto ao velho tanque, um vetusto carvalho alvarinho impõe-se pela beleza do seu porte numa promessa de paz à sua sombra protectora.

Folhato, alecrim, lentisco, rosmaninho, madressilva, aroeira, murta, são alguns dos muitos arbustos naturais que abundam na Quinta, agora a crescer num emaranhado de abandono e a pedir cuidados que não deixam de dar — quem duvida — muito trabalho.

### Terra vermelha

Não é aproveitamento político, não senhor. O solo da Quinta é mesmo arenoso, vermelho, formado com grãos de quartzo, com uma idade calculada em cerca de três milhões de anos. São areias de aluvião, fruto dos sedimentos depositados pelo Tejo,

como de resto toda a região do Seixal, que em tempos foram utilizadas na construção civil, sendo levadas para Lisboa de barco, sobretudo fragatas e varinos.

É ainda possível localizar um arriba de onde as areias seguiam em vãos, através de carris, até à beira-rio, que dos tempos em que eram transportadas em cestos às costas dos trabalhadores não ficou registo.

Nesta área tão rica funcionaram ainda fornos de cal para a construção civil, onde se utilizavam pedras vindas de Monsanto que, uma vez transformadas, voltavam para Lisboa.

Como pano de fundo, sempre o rio, azul, ainda hoje refúgio de muitas e variadas espécies.

A Quinta da Atalaia está justamente voltada para a zona de sapais, no esteiro de Corroios e Amora.

Essas terras alagadas mas cobertas de vegetação, feitas de argila e lodos, terrenos salgados, são de uma importância fundamental para o equilíbrio ecológico da região. Aí nascem e se desenvolvem peixes — tainhas, robalos, linguados e enguias —, alguns dos quais em vias de extinção devido à poluição, e várias espécies de marisco, em que em tempos se incluíam as ostras, já desaparecidas, lamejinhas, caranguejos e camarinhos.

Mas também as aves animam a vida dos sapais. Com sorte, podem avistar-se da Quinta as garças branca e cinzenta, os alfaíates (espécie típica do Tejo), maçaricos, gaivotas e gaiuvinas (gaiuvinas pequenas que mergulham).

Pode bem dizer-se que na Quinta da Atalaia o azul e o verde coexistem em harmonia. Uma harmonia que importa recuperar, cultivar, desenvolver da melhor forma, servindo os homens que lhe vão dar vida sem destruir a vida que a torna tão bela. ■





Desporto: saltos (ginástica desportiva)

# Fotos da Festa



Desporto (Futebol de Cinco)



Decidindo dois pontos



O Sol e o sono



Espectáculos: saltos (Peste e Sida)



Espectáculos: Anabela, Mier II



Hungria, música cigana (Rajkó)



Viola clássica (Luís Garcês e esposa)

A «festa» é também um conjunto de imagens, de registos definitivos na memória, que um simples piscar de olhos deteve.

A dificuldade está na escolha. As fotos são o espelho possível, tornado unânime, de alguns dos momentos oferecidos pelos espectáculos, as exposições, os debates, os milhares e milhares de pessoas que circularam durante três dias na Quinta do Infantado.

Milhares de pessoas, cada uma com um olhar. Um par de olhos que viu a «festa!». A sua «festa!». Porque foi um prazer repartido em três dias, a memória visual da «festa» «dilata» esse prazer durante mais algum tempo. É o que se pretende com a apresentação, necessariamente limitada, de algumas das fotografias que contam histórias desse tempo que já foi.

Os cenários, as mensagens, os palcos, as esplanadas, os restaurantes, as roupas, os quadros, as músicas, as «cidades» que representaram o País, a «cidade» que representou o mundo. Tudo agora é desmontado, com o mesmo esforço e empenhamento que o tornou possível. Uma postura!

Sobre esta «festa!» será agora tempo de lembrar. E é (também) tempo de pensar na próxima...



No palco Arraial, o Folclore



As vozes do Mali (Salif Keita)



Bandas de Música



Drefuss, RDA



As vozes portuguesas



CDU — novo símbolo



A festa dos livros



As vozes búlgaras



Everest



Um pequeno «Alentejo» em Loures

# A Quinta da Atalaia, o «Independente» e a Câmara do Seixal - o esclarecimento necessário



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Código Postal 2840 — Telef.: 221 36 07 - 221 75 97

Exm<sup>o</sup> Senhor  
Director do Semanário "O Independente"  
Rua Actor Taborda, 27 - 1<sup>o</sup>

1000 LISBOA

Sua referência: \_\_\_\_\_  
Ofic. N.º: \_\_\_\_\_  
P.º N.º: \_\_\_\_\_  
ASSUNTO: \_\_\_\_\_

Sua comunicação de: \_\_\_\_\_

Nossa referência: OL N.º \_\_\_\_\_  
P.º N.º 12453

DATA: \_\_\_\_\_

Exm<sup>o</sup> Sr. Director

Dirigimo-nos a V.Ex<sup>a</sup> ao abrigo do ~~direito~~ direito de resposta consagrado na lei de imprensa.

Na primeira página da edição n.º 69 do passado dia 8 de Setembro de 1989 o *Independente* dava a notícia da compra da Quinta da Atalaia pelo PCP, para fazer a Festa do "Avante!" acrescentando: "a Câmara encarregou-se de proibir urbanizações". No desenvolvimento da notícia, na página 3, aparece expressa a ideia de que a Câmara Municipal impôs dificuldades que goraram todas as expectativas dos potenciais compradores.

Os leitores do jornal que V.Ex<sup>a</sup> dirige mereçam saber a verdade sobre a proibição de urbanizações na Qt.<sup>a</sup> da Atalaia. Ei-la:

A Câmara Municipal do Seixal encomendou no início da década de 70 a execução do Plano Geral de Urbanização do Concelho à equipa do Sr. Prof. Costa Lobo. O Plano veio a ser aprovado pela Câmara em 1974.

Neste Plano, a Quinta da Atalaia fica inserida em zona de Reserva Paisagística o que se justifica tecnicamente pelo facto de se situar na margem do estuário, com terrenos declivosos e outros marginando linha de água - situações que hoje se integram no domínio de protecção da reserva ecológica.

Na data da elaboração do Plano não se previa - mesmo lendo semanários bem informados - que o PCP viesse realizar qualquer festa e muito menos que viesse a precisar de comprar um terreno para ter a segurança de proceder à sua manifestação político cultural anual.

Em 1977 a Câmara Municipal do Seixal aprovou novo Plano, elaborado pela mesma equipa do Sr. Prof. Costa Lobo, reformulando o Plano Geral de Urbanização de 1974. Neste novo Plano mantém-se que a Qt.<sup>a</sup> da Atalaia se situa em "Zona Verde".

Sobre esta matéria a única coisa que o semanário que V.Ex<sup>a</sup> dirige podia dizer é que há cerca de 20 anos que a Câmara considera que a Quinta da Atalaia se situa em zona de reserva paisagística ou zona verde.

Ao dizer que a Câmara se encarregou de impedir qualquer urbanização o mencionado produto jornalístico sugere que tal posição da Câmara visava afastar os potenciais compradores com vista a fazer baixar o preço para permitir a aquisição que o PCP veio a fazer.

V.Ex<sup>a</sup> tem, agora, - e poderia ter antes se o jornalista quisesse consultar as fontes - os dados que lhe permitem concluir que é falsa a sugestão e que tem os condimentos da calúnia e da ofensa do bom nome e prestígio de que goza a Câmara Municipal do Seixal e os membros eleitos que a integram.

De V.Ex<sup>a</sup> espera-se a reposição da verdade.

O Presidente da Câmara

*Eufrazio Filipe Garcez José*  
Eufrazio Filipe Garcez José

A aquisição da Quinta da Atalaia pelo PCP deu azo a especulações de vária ordem, a mais grave das quais veio a público nas páginas de «O Independente».

Na sua edição do passado dia 8, o referido semanário dava a notícia da compra dos terrenos para a Festa do «Avante!» no concelho do Seixal e afirmava que a respectiva Câmara se tinha encarregado de «proibir urbanizações» no local.

Se dúvidas restassem do objectivo de tal afirmação, o desenvolvimento da notícia encarregava-se de

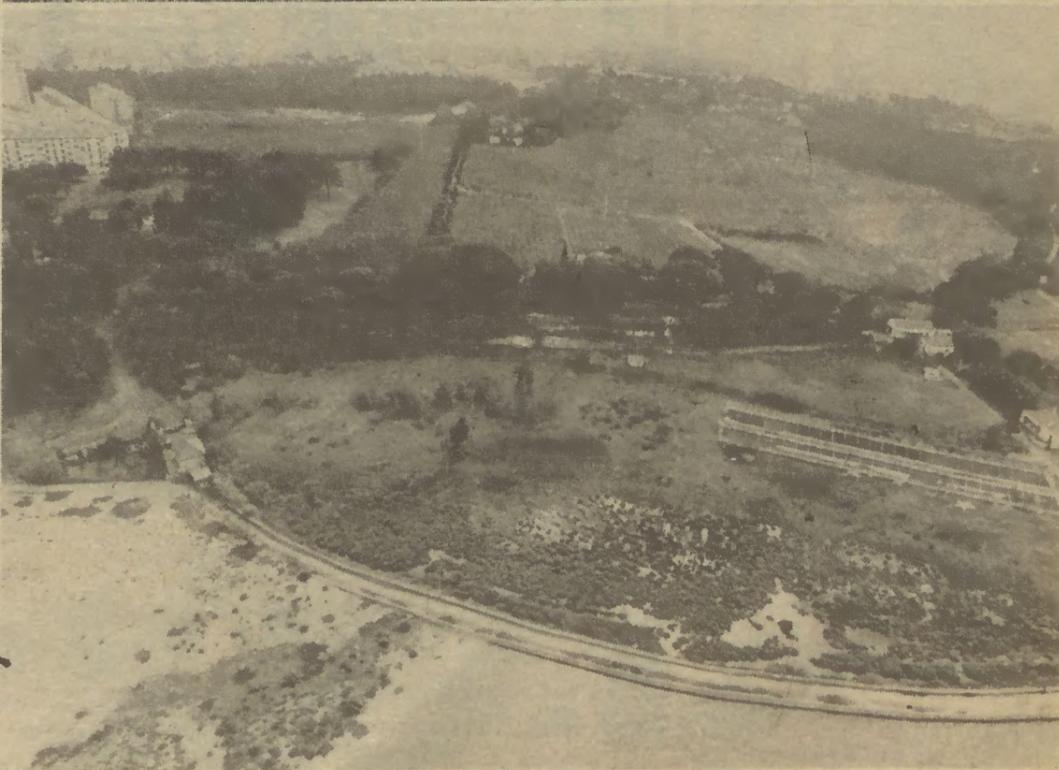
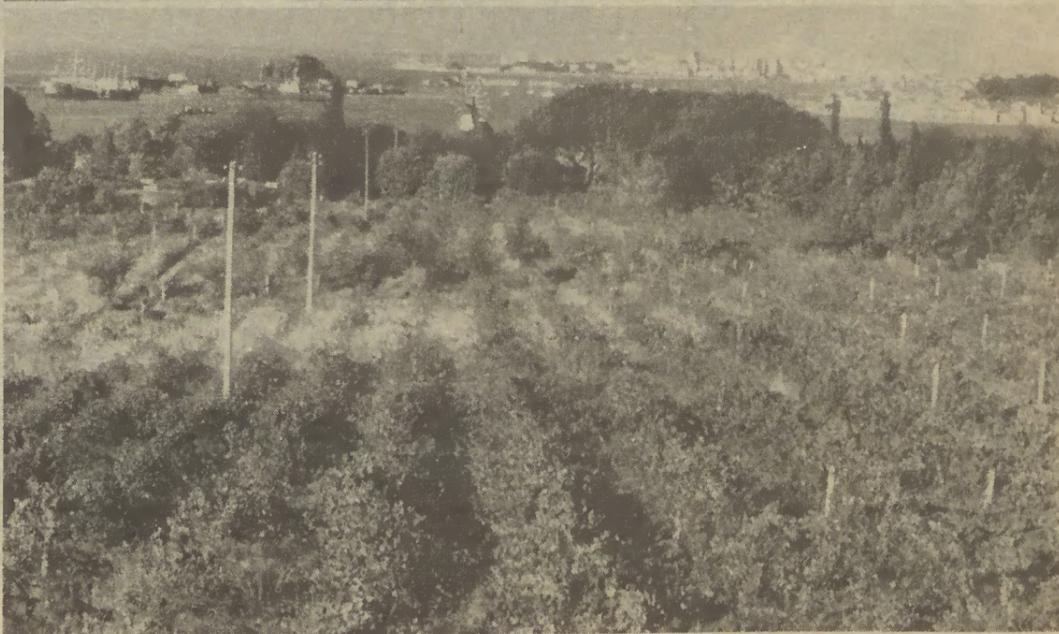
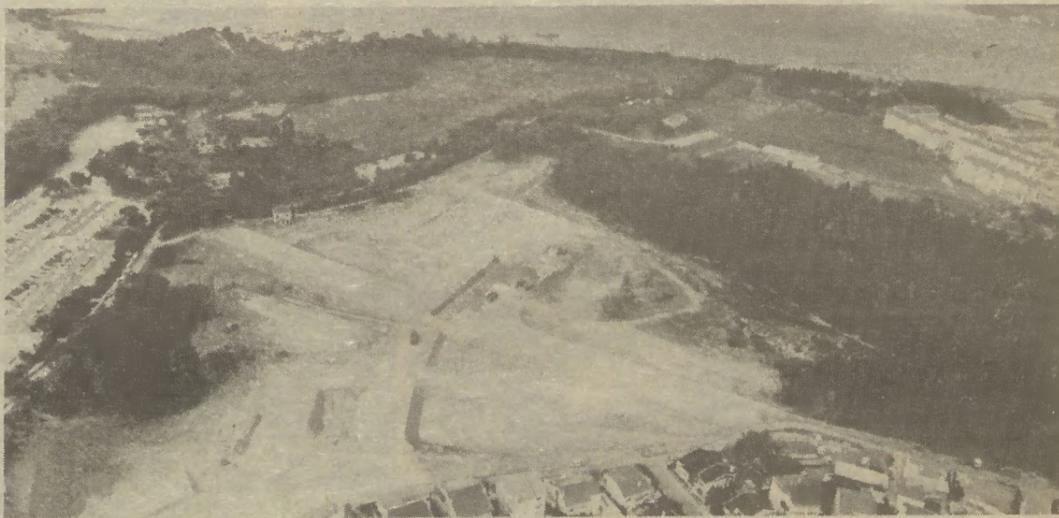
as desfazer: a Câmara Municipal do Seixal, onde os comunistas e seus aliados detêm a maioria há mais de uma década, teria, segundo o semanário em causa, impedido todas as tentativas de urbanização dos terrenos da Quinta da Atalaia a fim de afastar potenciais compradores e permitir ao PCP o «negócio do século».

Porque se trata de rematada mentira, o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Eufrazio Filipe, invocando o direito de resposta consagrado na lei de imprensa, enviou ao director de «O Independente» um

esclarecimento que, de forma inequívoca, demonstra a falsidade da acusação feita à Câmara.

Curiosamente, o número do passado dia 15 nada diz sobre o assunto. Admitindo a hipótese de falta de tempo, resta esperar por amanhã para ver aquele semanário a repor a verdade dos factos, com o mesmo destaque com que não hesitou em caluniar a Câmara do Seixal e o próprio PCP.

Entretanto, aqui fica o esclarecimento do camarada Eufrazio Filipe, tal como foi enviado a «O Independente». ■



# Campanha de fundos 1.ª jornada foi um êxito

Com o pé direito se pode dizer que começou a campanha de fundos para o novo terreno da Festa. A «boa aceitação» de que falámos na semana passada a propósito do lançamento em Loures dos títulos de participação, é hoje, feito o balanço preciso do que foram neste aspecto os três dias da Festa, decididamente **um grande sucesso**: no domingo à noite estavam vendidos títulos no valor de 1979 contos!

Isto na Festa do «Avante!». Porque também em Paris, durante a Festa de «L'Humanité» realizada no mesmo fim-de-semana, durante uma escassa hora foram adquiridos 320 contos de títulos. O camarada Octávio Pato, que ali se deslocou a convite do PCF em representação do nosso Partido, teve ocasião de fazer junto ao pavilhão do «Avante!» uma intervenção sobre Portugal e o PCP de que naturalmente também constou a referência à nossa Festa e ao seu futuro – ao seu novo terreno e à campanha lançada para o pagar. O entusiasmo suscitado entre os camaradas e amigos presentes, na sua maior parte portugueses ali imigrados, a resposta imediata de muitos, é bem um indício da generalizada compreensão que existe acerca do enorme passo que é ter doravante

te um local seguro, adequado (e belíssimo!) para realizar a Festa.

## Desde já: os títulos de participação

Recolher 150 mil contos vai exigir muitos esforços, imaginação para diversificar iniciativas, a constituição de comissões e de grupos de camaradas e amigos que acompanhem de forma organizada e persistente os inúmeros núcleos de trabalho de que esta campanha se fará.

Estruturá-la em tal dimensão neste período pré-eleitoral, quando todas as organizações e camaradas têm que responder a múltiplas tarefas, não é decerto viável. Mas centrá-la desde já na venda dos títulos



Foto histórica. O primeiro título de participação adquirido. Foi no primeiro dia da Festa do «Avante!». No domingo à noite, ao encerrar a festa, os títulos vendidos atingiam o valor de 1979 contos. Ainda falta muito. Mas a primeira resposta à campanha de fundos deixa prever um êxito



## TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO

N.º \_\_\_\_\_ Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de

Esc. 1000\$00  
(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa do «Avante!»

de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

O Secretariado do Comité Central do PCP

de participação é possível, e pode ser uma inestimável ajuda ao bom andamento da campanha. Aliás, participações espontâneas, algumas vultosas, estão a ser enviadas ao Secretariado do PCP, que centraliza a iniciativa, e a outros organismos partidários (incluindo ao «Avante!»), provando a excelente receptividade que a compra do terreno e a campanha para o pagar suscitam entre militantes e simpatizantes do nosso Partido, entre os incontáveis amigos que a Festa conquistou.

Os títulos de participação estão neste momento a ser distribuídos às Direcções Regionais – estação pois em breve em todas as organizações do Partido e à disposi-

ção de cada camarada... e fazendo de cada um de nós um seu difusor.

## Conta bancária

Mas ainda há outra forma, eventualmente mais fácil, de participar desde já nesta campanha: fazer (em qualquer balcão bancário) um depósito na conta aberta pelo PCP, destinada em exclusivo a acolher as contribuições para o pagamento da Quinta da Atalaia.

Eis a referência: conta BNU n.º 9956/210/0128198.

Um ou outro destes pequenos passos será uma inestimável contribuição para as Festas do «Avante!» do Futuro. ■



**O livro**

Roberto Carneiro, ministro da Educação, agora também é escritor. Sob o título fascinante «A Reforma Educativa em Marcha» (desarrinçanço tituleiro que o MRPP não desdenharia), o livro do governante é obra: «cumprida uma semi-legislatura, dois anos de governação (escreve ele no prefácio), é tempo de avaliar o grau de execução do Programa do Governo, de fazer o balanço das medidas aprovadas, de tomar balanço para a tarefa não menos árdua de completar a segunda metade da legislatura». Consta que a edição é de 30 000 exemplares, o que faz do livro um «best seller» mais instantâneo que o pudim flan, com um vasto público assegurado que vai do numerosíssimo aparelho do ministério, às escolas e aos professores. Ainda bem, dadas as queixas de dificuldades económicas sofridas pelos governantes. Mas se uma simples semi-legislatura, um meio-caminho andado, já inspira Roberto Carneiro para obra de tal fôlego, o que não terá o ministro ainda de escrever se, por absurdo, ele e o seu Governo se mantiverem até ao fim da legislatura! A não ser

que o ministro, que tem fama de inteligente, já tenha percebido a coisa e se tenha despachado, escrevendo um livro que, em rigor, se deveria chamar «Reforma Educativa, as Memórias em Marcha».

**Irresponsável**

Silva Peneda, ministro do Emprego e Segurança Social, é um homem com grande sensibilidade para o pelouro a que se alcançou, daí o à vontade com que um dia destes, em entrevista difundida pela Rádio Renascença, qualificou de «irresponsável» a pretensão das centrais sindicais de «aumentos consideráveis» nas pensões de reforma. Apesar de tudo, o ministro reconheceu que 14 600\$00 «é um valor baixo». Deve ter-se lembrado que nem chega para pagar um jantar ministerial.

**Negócios**

Andando despreocupadamente em campanha por Trás-os-Montes, o primeiro-ministro Cavaco Silva tropeçou de repente com a ingratidão dos empresários locais. Queixavam-se eles que se

# Pontos Cardeais

encontravam suspensos, há três meses, vários apoios à criação de empresas e empregos. Respondeu o Primeiro-Ministro que nunca, como nestes últimos anos, se fizeram «tão bons negócios». O tão prometido desenvolvimento do País não passa, portanto, de um negócio. Dos bons. Mas só para alguns «maus»...

**Saúde**

Marcelo Rebelo de Sousa e a sua cómica campanha já pintaram a manta, na convicção de que o País é um circo e os eleitores uns apaixonados pelos números de palhaços. Assim temos visto este indisciplinado à Câmara de Lisboa a dar pinotes no Tejo, a dar pulos à Bruce Lee na mata de Monsanto. Entusiasmados com a sua própria energia, ele e a sua campanha já fizeram constar que um candidato que se preze, além de «cédula

pessoal», também deve exibir um atestado de saúde. Mental, claro.

**Em nome dos agrários...**

Anteriormente, ainda disfarçavam. Agora já dão a cara e aparecem pessoalmente para receber as reservas. Falamos de altos responsáveis do Ministério da Agricultura e dos escândalos que continuam a marcar a ofensiva dos homens de Barreto e companhia contra a Reforma Agrária. Ainda recentemente o eng.º Mata Cáceres, responsável da Zona Agrária de Portalegre, se apresentou para receber terras e bens em nome dos agrários. E que dizer do dr. Manuel de Oliveira Porta, ex-jurista do MAP, que também já esteve presente na qualidade de advogado de um dos herdeiros interessados em reservas no Alentejo?

# Gazetilha

por *Ignotus Sum***Não está certo!**

Marcelo, como era seu desejo tamanho  
atravessou, parou no Tejo.  
Tomou um banho.  
Tirou a roupa de pressa  
e pumba, lá vai ele de cabeça...

Eu cá, enfim, não estou comprometido  
com as ecologias funcionais  
Mas digam cá:  
Se o Tejo ali está  
tão poluído  
por que é que o vão poluir ainda mais?...

**Mais um buraco...**

Uma verdade mal cheirosa soa  
na zona dos sovacos:  
Abecasis deixou nossa Lisboa  
coberta de buracos.

Como se o caso ainda fosse fraco  
veio o PSD com tal desvelo  
criar mais um buraco  
com a candidatura do-Marcelo...

**Cavacamente**

Cavaco puxa pela mente  
e mente, e mente.

Arreganha o dente. Indecentemente  
insiste  
e triste  
tristemente  
mente.

Agora todos sabem, finalmente,  
que, se alguém assim mente  
como ele mente  
ou é demente  
ou é fruto de uma certa semente  
de antigamente...

**Porta-nozes**

Em propaganda são, bem se conhece,  
mais geralmente as vozes do que as nozes.  
Assim, o PSD e o CDS  
vão ter para a campanha aí dez porta-vozes...

(Dez porta-vozes, com os seus penachos.  
O que é preciso é ir distribuindo os tachos...)

Bau-bau, biu-biu, béu-béu,  
paleios e neuroses.  
O que vale é que nós sabemos como ao céu  
não chegam certas vozes...

**Bem faz o povo português...**

Era uma vez  
o Gerês.  
O fogo devorou-o aos bocados  
e o governo de braços cruzados...

Fogo abaixo, fogo acima,  
e as terras a morrer.  
se alguém não as ama nem estima  
como é que vai podê-las defender?

Era uma vez  
o Gerês  
nas chispas do lacrau.  
Bem faz, bem faz o povo português  
quando se põe a pau...



# Agenda /

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 821

21 de Setembro e 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Sexta

### LISBOA

Apresentação da proposta de lista da coligação **Por Lisboa** para a Assembleia de Freguesia de **Santo Condestável** — sessão promovida pela CDU de Santo Condestável na Escola Manuel da Maia a partir das 21 h.

Reunião para discussão de projectos de lista e programa da coligação **Por Lisboa** para a freguesia de **Campolide** — promovida pela CDU/Campolide no Sport Lisboa e Amoreiras (R. de Campolide, n.º 11), às 21 h.

### V. FRANCA DE XIRA

Encontro da Coordenadora concelhia da CDU-Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, a partir das 15 h, nas instalações da Quinta do Marquês de Suberra.

De manhã (com concentração às 9h 15m junto à CGD em Vila Franca), a Coordenadora promove uma visita de autocarro às principais obras realizadas durante o actual mandato, com o objectivo de apoiar a discussão e preparação dos programas municipal e das freguesias a apresentar em Dezembro.

## Segunda

### SETÚBAL

A estratégia de comunicação para as próximas eleições autárquicas — seminário promovido pela Organização Regional de Setúbal no Convento dos Capuchos em Almada das 10 às 17 e 30 h com intervalo das 13 h às 15h.

## Sábado

### SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de **Belas**, às 21 h, na sala da Tele-Escola, para discussão da lista a apresentar na freguesia.



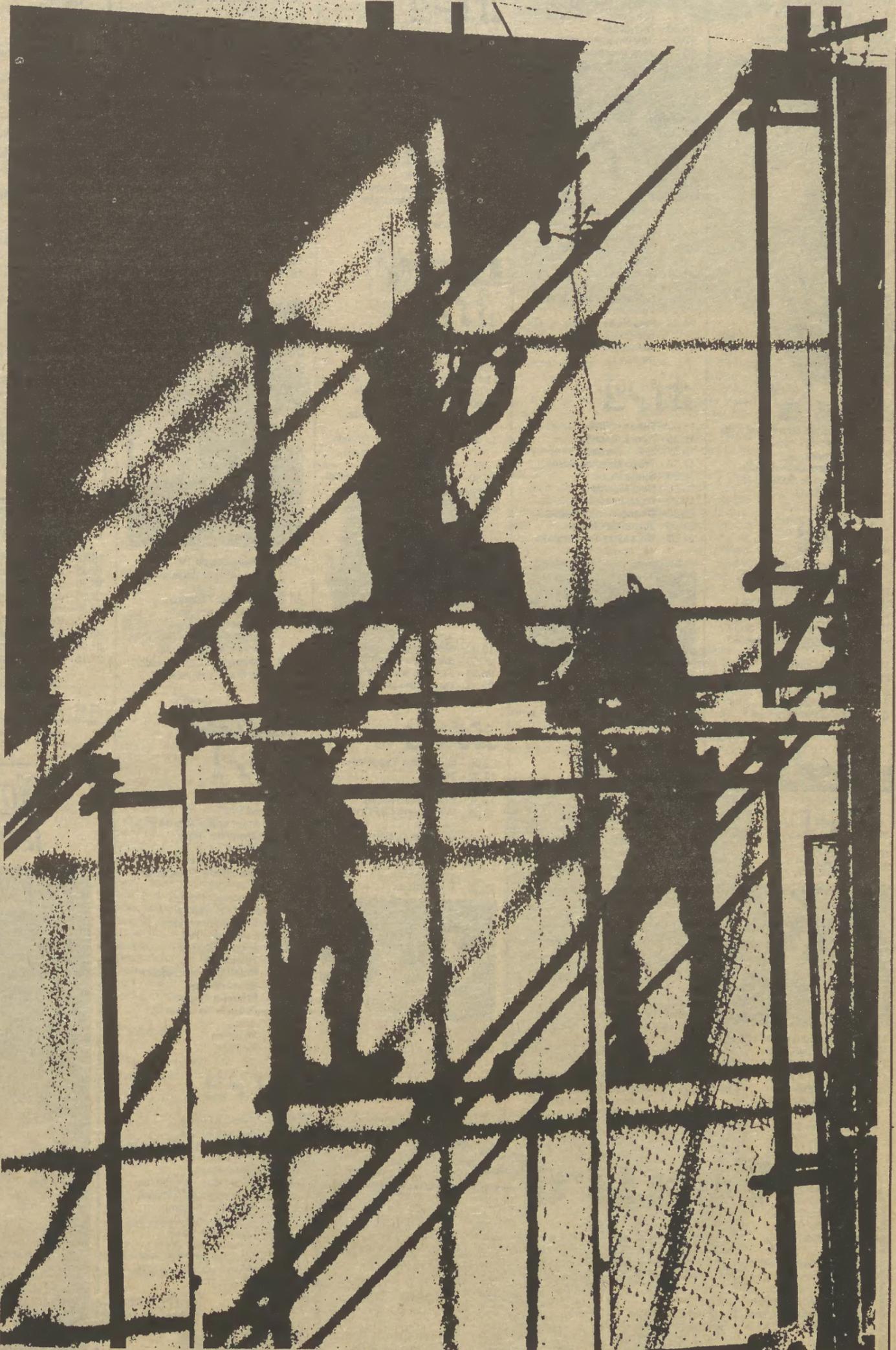
## Zona da Serra do distrito de Coimbra

Camaradas e amigos residentes na área de Lisboa e naturais dos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua são convidados a participar numa reunião no Centro de Trabalho Vitória — sábado, 30, a partir das 15 horas — para trocar opiniões sobre as próximas eleições autárquicas nesses concelhos, designadamente a formação e composição de listas.

## Jornadas Parlamentares do PCP

A decorrer até sexta-feira na Assembleia da República.

# Muito que fazer!



Enquanto as organizações do Partido vão retomando as suas actividades e um intenso trabalho de preparação das eleições autárquicas continua a absorver boa parte do esforço dos comunistas, ainda há muito que fazer em Loures. A desimplantação tem de ser rápida e organizada. Há, portanto, muito trabalho.

# TV O Programa

## Quinta 21

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga (40.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (11.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia (7.º e 8.º epis.)
- 15.15 - Mergulhos no desconhecido
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - O Hospital Central
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell (4.º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas (concurso, 4.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (132.º epis.)
- 21.05 - Onassis (1.º epis.)



- 22.05 - Histórias do Incrível e do Bizarro (1.º epis.)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate (inclui Grande Prémio de Portugal em Fórmula 1).

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (308.º epis.)
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Country Boy (1.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça (152.º epis.)
- 19.00 - A Guerra de Katrine (4.º epis.)
- 19.30 - Os Intocáveis
- 20.30 - Magazine Musical
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Sinais do Tempo
- 22.30 - Mahabarata (5.º e 6.º epis. - concluí):

## Sexta 22

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez



- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (15.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Mergulhos no Desconhecido (13.º e últi. epis.)

15.45 - Ponto por Ponto



- 16.45 - O Hospital Central
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell
- 19.00 - Chegar, Ver e Vencer (concurso, 1.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando



- 21.05 - Nova Missão Impossível (1.º epis.)
- 22.05 - Telemundo
- 22.35 - Chefe, mas Pouco (10.º epis.)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate (inclui Grande Prémio de Portugal em Fórmula 1)
- 24.00 - Pela Noite Dentro - «Os cúmplices», real. Stanislav Barabas (RFA, 99 min.).

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (1.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 19.00 - Haja Música
- 19.30 - Os Intocáveis
- 20.30 - Direcção Informação
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Uma Ideia Bem Inglesa (1.º epis.)



- 22.30 - A Era Nuclear (1.º epis.).

## Sábado 23

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Retratos Sinfónicos (1.º progr.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta (1.º epis.)
- 14.05 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela
- 15.30 - Costeau - a redescoberta do planeta (1.º epis.)
- 16.30 - Sessão da Tarde - «Regresso Inesperado», real. Robert Day (EUA/1983, 100 min.)
- 18.00 - Vivamúsica
- 18.45 - O Ser e o Não Ser (1.º epis.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Fados («Pau Preto», de Oliveira Costa)



- 22.40 - Pisca, Pisca (1.º progr.)
- 23.40 - Cinema da Meia-Noite: «Os Rapazes do Grupo» (\*), real. William Friedkin (EUA/1970, 120 min.).

### RTP2

- 09.00 - Via Rápida
- 10.00 - TV 101 (1.º epis.)
- 10.50 - A Aventura do Impossível (2.º epis.)
- 11.50 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 13.30 - Automobilismo (treinos do Grande Prémio de Portugal em Fórmula 1)
- 14.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.30 - Estádio
- 19.30 - Music Box Especial
- 20.30 - Fanny e Alexandre (1.º epis.)
- 21.30 - Estádio.

## Domingo 24

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.45 - 70x7
- 11.15 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Tigres e Elefantes da Índia (1.º epis.)
- 14.00 - Automobilismo: Grande Prémio de Portugal em Fórmula 1
- 16.30 - Centenário da Torre Eiffel



- 18.00 - Ricardina e Marta (1.º epis.)
- 19.00 - MacGyver (1.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Dear John (1.º epis.)
- 22.10 - Domingo Desportivo.

### RTP2

- 09.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.55 - Veterinário de Província (4.º epis.)
- 14.45 - Sinfonia de Estrelas
- 16.30 - Troféu (inclui Campeonato da Europa de Voleibol)
- 20.00 - Os Trintões (1.º epis.)



- 21.35 - Artes e Letras: Mahabarata em Rodagem
- 22.15 - Cineclube - «Johnny Guitar», real. Nicholas Ray (EUA/1953, 110 min.).

## Segunda 25

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Sociedade Protectora das Aves (série, 1.º epis.)
- 15.45 - Ponto por ponto
- 16.45 - Hospital Central (6.º epis.)
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell (5.º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Magnata - a história de uma mulher (2.º epis.)
- 22.45 - 24 Horas
- 23.15 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Cinco (2.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 19.00 - Um Dom Especial (telefilme)



- 19.30 - Clássicos da TV - «O Reverso da Medalha» (série, 1.º epis.)
- 20.20 - A Ilha do Tesouro
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Bailado: «Giselle», coreografia Mats EK, bailarina Ana Laguna
- 23.15 - Desporto - Campeonato da Europa de Voleibol

## Terça 26

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Sociedade Protectora das Aves
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - Hospital Central
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Primeira Página
- 22.05 - Crónica do Crime (2.º epis.)
- 23.05 - 24 horas
- 23.35 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Filhos dos Flinstones
- 17.30 - Trinta Minutos Com
- 18.00 - Sinhá Moça
- 19.00 - Music Box «Via Rápida»
- 19.55 - O Reverso da Medalha
- 20.20 - Magazine Cinema
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemadois: «Nem Guerra Nem Paz», real. Woody Allen (EUA/1975, 83 min.)

## Quarta 27

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção

### Filmes

- «Os Cúmplices» - 6.ª, 24.00, RTP-1
- «Regresso Inesperado» - sáb., 16.30, RTP-1
- «Os Rapazes do Grupo» - sáb., 23.40, RTP-1
- «Sinfonia de Estrelas» - dom., 14.45, RTP-2
- «Johnny Guitar» - dom., 22.15, RTP-2
- «Nem Guerra Nem Paz» - 3.ª, 21.30, RTP-2
- «Victor-Victoria» - 4.ª, 21.15, RTP-1

### Música

- Quinta
- 20.30, RTP-2: Magazine Musical
- Sexta
- 18.00, RTP-2: Haja música
- Sábado
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- 19.30, RTP-2: Music Box Especial
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Music Box Especial
- Quarta
- 23.00, RTP-2: Música n'América



### Bailado

- «Giselle» - 2.ª, 21.30, RTP-2

### Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.30), 6.ª (23.30), 2.ª (23.15), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.45).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 24.00
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.30
- Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 16.30)
- Domingo desportivo - RTP-1, 22.10
- Especial Desporto: Campeonato da Europa de Voleibol - 2.ª, 23.15 e 4.ª, 23.50, RTP-2; Grande Prémio de Portugal em Fórmula 1 - dom., 14.00, RTP-1

### RTP2

- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Sociedade Protectora das Aves
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Vamos jogar no totobola
- 21.15 - Lotação esgotada: «Victor-Victoria», real. Blake Edwards (EUA/1982, 123 min.)
- 23.45 - 24 horas
- 00.15 - Remate (inclui: futebol - taças europeias)

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Os Campbells (2.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 18.40 - Aventura da Vida (série, 3.º epis.)
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dona Beija (2.º epis.)
- 23.00 - Música n'América
- 23.50 - Desporto - Campeonato da Europa de Voleibol

## Novo lançamento



Actores  
N. Borlaiev  
Natalia Andreichenko  
Inna Churikova  
Victor Proskuria

## AMOR EM TEMPO DE GUERRA

Pedidos a CRAC SERVIÇOS  
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3.  
Queluz Ocidental - 2745 QUELUZ

# Teatro O Cartaz

### LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. What Happened to Madalena Iglésias?, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala 1 - De 3.ª a dom., às 21.30. Como É Diferente o Amor em Portugal, de Fernando Gomes a partir de Júlio Dantas, enc.

Fernando Gomes (até 30/9). Café-Teatro. 6.ª e sáb. às 23.30. Festival da Otite, de Carlos Paulo.

Palco Oriental - Teatro do Beato, Cç. Duque de Lafões, 78. 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00 e 21.30. Quatro Estações, de Arnold Wesker, enc. Rogério de Carvalho.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às

20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. Ai Cavaquinho, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. A Prova dos Números Novos, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e

Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

### PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. O Leitiño do Néné, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	As Baleias de Agosto	—	★★★	—	—
<b>B</b>	Ambição de Glória	★★★	—	—	★★★
<b>C</b>	Indiana Jones e a Grande Cruzada	—	★★★	—	★★★★
<b>D</b>	Fuga Sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
<b>E</b>	Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★
<b>F</b>	Não Dês Bronca	★★★★	—	—	—
<b>G</b>	Nova Iorque Cidade Implacável	—	★★	—	★★
<b>H</b>	007 - Licença para Matar	★	—	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Lindsay Anderson — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Harold Becker — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Plaza/2 (14.15, 16.45, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Eden (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Império (15.30, 18.30, 21.30), Las Vegas (15.15, 18.30, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Lisboa
- D — Real. Sydney Lumet — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa
- E — Real. Pedro Almodovar Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) Lisboa
- F — Real. Spike Lee — Alfa/4 (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- G — Real. Jerry Schatzberg — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.30) — Lisboa
- H — Real. John Glen Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00), Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), S. Jorge/3 (14.45, 17.00, 19.30, 21.45).

## ...e ainda

Música, debates, etc.



### Música antiga

Desde ontem que estão à venda nas bilheteiras da Fundação Calouste Gulben-

kian os bilhetes para as X Jornadas de Música Antiga, que aquela instituição promove em Outubro na sua sede e ainda no Palácio Nacional de Queluz, Sé Patriarcal, Igreja de N.ª Senhora

das Mercês e Igreja do Loreto. Na programação dos concertos deste ano tem destaque a interpretação de música portuguesa por conceituados agrupamentos estrangeiros

— e é esse o caso do «Te Deum» de António Teixeira, pelo Sixteen Choir and Orchestra, no dia 7 de Outubro na Igreja do Loreto. Presença assinalável nestas Jornadas de Música Antiga terá também a European Community Baroque Orchestra, que dará dois concertos (nos dias 2 e 3 de Outubro), dirigidos respectivamente por Roy Goodman e Ton Koopman, sendo executadas obras de Telemann, Haendel, Albinoni, Bach, Vivaldi, Locke e Samartini.

### Cinema

Na Cinemateca Portuguesa prossegue o ciclo «O Cinema e a Guerra», reportado à II Guerra Mundial, que inclui esta semana a exibição dos seguintes filmes:

— Hoje — às 18.30. Rumo a Tóquio, de Delner Davies/1943; às 21.30, Trinta Segundos so-

bre Tóquio, de Mervyn Le Roy/1944; — amanhã — às 18.30, Guadalcanal, de Lewis Seiler/1943; às 21.30, Homens para Quelmar, de John Ford/1945;

— sábado — às 15.30, Encontro no Céu, de George Cukor/1944; às 18.30, Objectivo Burmal, de Raoul Walsh/1945; às 21.30, O Sino da Liberdade, de Henry King/1945.

O ABC Cine-Clube de Lisboa promove a exibição na próxima 3.ª feira, às 18.30, na Sociedade Portuguesa de Autores, de A Flecha Sagrada, do norte-americano Samuel Fuller, e anuncia para Outubro o recomeço das suas sessões normais no Quarteto.

dom. das 10 às 13 e das 14 às 17.30.

**Carmo Pólvora** — Gravura e pintura. Galeria João Hagan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19. (Até 30/9).

**Colectiva de tapeçaria.** Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

**De Manet a Chagall** — Pintura (Braque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas, Dufuy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso, Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).



Gil Teixeira Lopes: obras recentes no Salão de Gravura Luso-Brasileira, no Estoril

# Exposições

• LISBOA

**Amália Rodrigues — 50 Anos** — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

**Arte em Berlim. De 1900 até Hoje** — Pintura, escultura. Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 24/9).

**Arte Contemporânea Holandesa** — Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3.ª a dom. das 10 às 20 (até 30/9).

**Artefactos Melanésios — Reflexões Pós-Modernistas** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

**Bonecas do Japão** — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

**Bonecas com Traje da Índia** — Museu do Traje, Parque do Monteiro Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a



Firenze Poggi no Instituto Italiano de Cultura

**Firenze Poggi** (Itália) — Escultura. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Salitre, 146 (até 24/9).

**J. Seward Johnson** — Esculturas em bronze. Jardins da Fundação Gulbenkian (até 30/9).

**Judite dos Santos** — «Trabalho e lazer» (instalação e fotomurais). Fundação Gulbenkian.

**Lugar da Arquitectura Europeia** — colectiva de 16 arquitectos de Portugal, Espanha, França e Itália. Fundação Gulbenkian (até 30/9).

**Luiz Abadia** — Pintura. Galeria Restauração. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 13, sáb. das 9.30 às 13. Até 25/9.

**Maria Keil** — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª

a dom. das 10 às 17.

**Rever Lisboa** — Fotografias da colecção da Câmara Municipal de Lisboa. Monumento das Descobertas (Belém). Das 9 às 19; à 2.ª das 14 às 19.

**Roger Raveel** (Bélgica) — Desenhos e guaches. Fundação Gulbenkian (piso 01).

**Tapeçarias do Séc. XVI.** Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

• PORTO

**Alfredo Nogueira** — Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 8/10).  
**Patrick Coufield** (Grã-Bretanha) — Gravura (1964-1989). Casa de Serralves, Rua de Serralves.

977. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 1/10).

### • OUTRAS LOCALIDADES

**Escultura Contemporânea Magiar.** Das 14 às 20, Palácio Anjos, ALGÉS.

**Manuel Baptista** (pintura). Até 22/9, no Centro Cultural São Lourenço, ALMANSIL.

**2.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre.** Até 30/9, Parque Central AMADORA.

**Colectiva de pintura** (portuguesa) de homenagem a Jean Cocteau. Galeria de Arte Chris-Shop, C.C. Girassolium. Das 10.30 às 22.30. COIMBRA.

**Teixeira Bernardes** («O Bambino») — Pintura. Galeria Múltiplo, C.C. Solmar, ESPINHO.

**Salão de Gravura Luso-Brasileira** (colectiva) e **Homenagem a Gil Teixeira Lopes** (gravuras, litografias e serigrafias — trabalhos recentes). Até 24/9, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL.

**Azulejos do Concelho de Loures** (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

**Arqueologia Industrial** — A Indústria Conserveira e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 (até Novembro), MATOSINHOS.

**Maria Gabriel** — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.

**Pintura Portuguesa Contemporânea** — 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17. QUELUZ.

**Luís Andrade** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

**Edith Forjaz** — Pintura. Palácio Nacional da Pena. De 3.ª a dom. das 10 às 17. SINTRA.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).

## Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica.  
Céu pouco nublado ou limpo, vento geralmente fraco e pequena subida da temperatura.

# a TV

## O direito e o «direito»

Conferência de Imprensa da Função Pública. Estão em causa as relações tempestuosas com o Governo; estão em causa os interesses dos trabalhadores da Função Pública. Estão em causa as formas de luta a adoptar para a defesa desses interesses.

Pois bem. Telejornal vai lá, mas não ouve ninguém. Nem sequer identifica a imagem do sindicalista que fala com os jornalistas. Sabemos que usa barba, veste uma camisa branca, revolve nos dedos uma esferográfica. Nome, não tem. Não sabemos quem é. Pode até ser um fantasma, um marciano, uma ficção...

Que pena ele não ser dos TSD. Teria direito a todos os direitos, incluindo o direito ao seu próprio nome, e o «direito» de massacrar a audiência com o relato das suas manobras intestinas.

Muito malcheirosas, por sinal.

## O fim da macacada

Sam Nujoma pisa o sagrado chão da sua pátria. A reportagem enviada pela Eurovisão é longa, mas Telejornal aproveita reduzidas sequências de imagens.

Logo enfraquecidas, diminuídas, com a inclusão de manifestações (!) contra Nujoma e com referências constantes à sua condição de marxistas.

Ser marxista é, no glossário do Telejornal, uma das ofensas mais qualificadas. Quando querem limitar alguém ou alguma coisa dizem: é marxista.

Como sucede com a guerrilha de El Salvador: é marxista, é de esquerda. Traduzindo: não é patriótica, não é representativa do povo salvadorenho, na sua globalidade...

Que macacos!

## É faltar, telejornagem!

Entrou em pleno a laboração da fábrica dos «factos políticos», ou seja, de iniciativas que «justifiquem» a presença das câmaras de TV. As eleições aproximam-se, é preciso acelerar a propagação antes de começar o período eleitoral... propriamente dito.

A mais recente é o encontro semanal de Cavaco Silva com a Imprensa. São mais três minutinhos de televisão, não se podem perder...

Na mesma emissão que incluía a primeira reportagem, apareceram ainda os ministros Valente de Oliveira e João de Deus Pinheiro, na exploração doutros factos políticos.

É faltar, telejornagem! É faltar de barrigas cheias, gravatas ricas, insuportáveis banalidades...

## O oxigénio da droga

Os países da América Latina mostram-se preocupados com o envio de tropas americanas para certas zonas, a pretexto de combater... a droga.

Torna-se mais do que evidente que o comércio da droga é dirigido por cérebros que se encontram principalmente instalados... nos Estados Unidos. Se as intenções norte-americanas fossem honestas, Bush teria no seu país um imenso campo de luta. Não é em vão que se diz que combater a droga nos Estados Unidos seria retirar o oxigénio à droga na Colômbia.

São os biliões de dólares envolvidos...

São as redes poderosas de traficância...

São as protecções instaladas nos mais elevados escalões da Administração.

Livros como «Menos que zero» e «As regras da atracção» dão uma imagem das dimensões do consumo da droga nos Estados Unidos.

## Indignação e preocupação

A indignação não cessa de aumentar perante a humilhação quotidiana a que a RTP submete os portugueses.

Ela não faz a cobertura do jantar de escritores e artistas apoiantes da Coligação «Por Lisboa» (e onde se encontravam alguns dos nomes mais valiosos da intelectualidade portuguesa) e sabem por quê? Porque não tinha pessoal nem meios disponíveis...

No entanto foi de grande estadao a viagem de propaganda eleitoral de Cavaco Silva a Trás-os-Montes. É curioso que, apresentado e viajando como Primeiro-Ministro, Cavaco fez um discurso de cariz partidário, com ataques ao PS e às centrais sindicais!!!

Estranho pormenor: naquele 24 Horas, ao falar-se da CDU, ainda apresentaram o antigo visual. Para lançar a confusão? Para aumentar as dificuldades da Coligação Democrática Unitária, vítima já de um acto de má-fé?

Com certeza que não. Foi tudo sem querer...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

O ano lectivo para o ensino básico e secundário teve oficialmente início na passada segunda-feira, por entre o anúncio aos «quatro ventos» do «arranque» da Reforma Educativa (como algumas rádios locais, ainda em fase experimental), e a resolução de problemas como os da falta de escolas e colocação de professores, com a excepção admitida por Roberto Carneiro para as disciplinas de Português e Matemática, precisamente as disciplinas/base da tal futura Reforma Educativa.

Como todos os que têm filhos em idade escolar certamente já saberão, este optimismo ministerial não terá passado somente disso — optimismo:

## Inauguração de escola sem 30 por cento de professores

A escola preparatória e secundária visitada por Cavaco Silva vai ter este ano 1300 alunos, divididos por 51 turmas, 44 de dia e 7 à noite. Segundo conseguiu apurar o Correio da Manhã, dos 118 professores necessários estão já colocados 86 (...).

Instalações degradadas, equipamentos antigos ou inexistentes e excesso de alunos são os principais problemas com que se debatem a generalidade das escolas preparatórias e secundárias do Algarve.

Do total de 31 estabelecimentos de ensino preparatório e secundários existentes na Região, apenas os concelhos de Lagos, Portimão, Monchique, Silves e Tavira não se defrontam com situações graves. (...)

(Correio da Manhã, 19 de Setembro)

## O (não) regresso às aulas

No último dia de Setembro — termo do prazo para a abertura das aulas — o balanço poderá ser feito e os alunos dirão de sua justiça. Quanto aos professores, o «tira-teimas» poderá surgir a qualquer momento, findas que foram as negociações em Agosto com o Ministério sobre o estatuto da carreira docente.

Para já é «sintomático» que a grande maioria das escolas tenha aproveitado o prazo alargado concedido pelo Ministério, permanecendo de portas encerradas no primeiro dia da abertura oficial do ano lectivo. Primárias, preparatórias e secundárias optaram por esgotar os dias restantes para ultimar os preparativos e iniciar as aulas em condições que, não sendo as melhores, são as melhores possíveis (...)

(Diário Popular, 18 de Setembro)

Embora marcado para hoje o regresso destes dois milhões de alunos, poucos foram, de facto, os que passaram as férias, voltaram ao convívio dos colegas e professores. Numa breve ronda efectuada pelo nosso jornal nas escolas do ensino básico e secundário de Lisboa, poucas foram as que conseguimos encontrar a ministrarem aulas (...)

(A Capital, 18 de Setembro)

## «Uma grande campanha» uma «excitação!»

«É uma excitação que nós, políticos, também compartilhamos». Cavaco Silva, na sua habitual visita a um estabelecimento de ensino por ocasião da inauguração do ano escolar, caracterizou assim o «empenho total» que o Governo, através dos seus responsáveis mais directos,

põe «na grande campanha da Educação» (...)

(Diário de Lisboa, 19 de Setembro)

## Não basta mandar «abrir!»

A ruptura das negociações com o ministro Roberto Carneiro sobre o estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário, levou já o SPN e a FNSP a estudar formas de luta a partir de Outubro (...)

«Princípio do ano perturbado» é como as organizações sindicais caracterizam o início do ano lectivo. Explicam: «Há uma grande tensão entre os professores, que estão também insatisfeitos e desmotivados pelo impasse nas negociações sobre as novas grelhas salariais».

(Diário de Notícias, 19 de Setembro)

Cavaco Silva, acompanhado por Roberto Carneiro, deslocou-se ontem a duas escolas do concelho da Amadora, onde conferiu um ar solene ao início das aulas.

Em declarações aos jornalistas, o Primeiro-Ministro salientou o contraste entre a abertura do novo ano escolar agora e há alguns anos atrás. Antigamente o período das aulas era marcado por discussões provocadas pela falta de colocação de professores e pelas grandes carências que se verificavam a nível das instalações escolares, sublinhou Cavaco Silva, que concluiu: hoje, tal já não acontece, o que mostra «a mudança dos tempos» (...)

A dirigente da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Graça Melo, disse ontem à Lusa que não vão ter lugar as provas específicas marcadas para hoje no Instituto Superior Técnico (IST) e para o Instituto Superior de Agronomia (ISA).

A não realização das provas específicas resulta da greve dos professores do ensino superior, que vai ter lugar até ao dia 30 (...)

(Diário, 19 de Setembro)

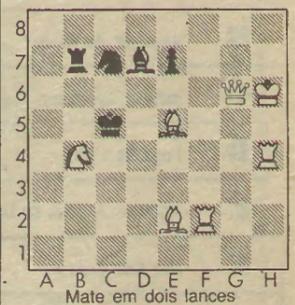
# Xadrez

CCXX — 21 de Setembro de 1989

Proposição n.º 220/A

Por: Karl Adolf Koefald Larsen  
2485. «Good Companion C.C.», 1920

11. Meredith-Turnier, 1.º Prémio  
Pr.: [5]: P67-Cc7-Bd7-Tb7-Rc5  
Br.: [7]: Cb4-Bs. 62, 65-Ts. f2, h4-Dg6-Rh6



Mate em dois lances

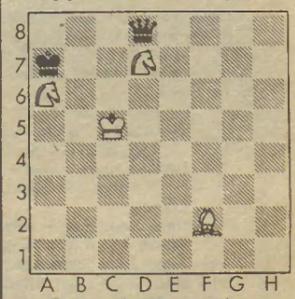
Proposição N.º 220/B

Por: Henri Rinck

1.º Prémio «Magyqr Sakkvilag», 1927

Pr.: [2]: Dd8-Ra7

Br.: [4]: Cs. a6, d7-Bf2-Rc5



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXX

N.º 220/A (K.A.K.L.): Chave: 1. Tf5 (2. Dgl+). 1. .... Tb6; 2. Bd6++. 1. .... T: b4; 2. Bd4++. 1. Cb5; 2. Tc4+.

N.º 220/B (H.R.): 1. Rc6+, Ra8; 2. Rg3, Ra7; 3. Cc7, Dh4!; 4. Cb5+.

A. de M.M.

# Damas

CCXX — 21 de Setembro de 1989

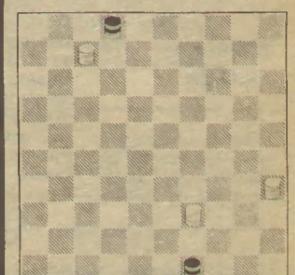
Proposição N.º 220

Por: Michel Sabater

«La Marseillaise», 8.III.74 (N.º 4915)

Pr.: [2]: (2) - (49)

Br.: [3]: (7) - (35) - (39)



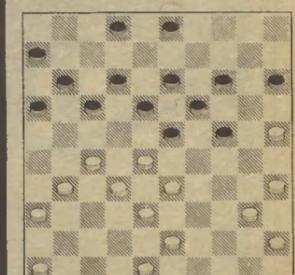
Jogam Brancas e ganham

Golpe N.º 220

Por: Ys Brandij  
CDA — Torneio Amsterdam/1978  
(Contra: N'Diaye)

Pr.: [14]: 2-3-6-11-12-13-14-15-16-17-18-19-23-24

Br.: [14]: 25-27-28-31-32-33-35-36-38-40-43-45-46-48



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXX

N.º 220 (MS): 7-16 (49-43...)  
[A,B,C] 16x49 e 39-11 e 35-2+

A: Se: (49-44...) 35x49 e 39-30 e 16-2+

B: Se: (2-8...) 35x2 e 39-44 e 2-35+

C: Se: (2-7...) 16x2 e 39-43 e 2-16+

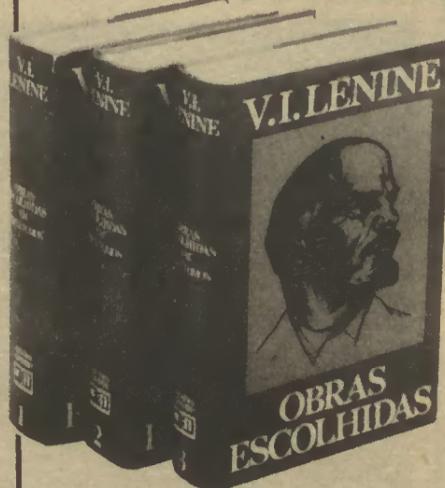
Golpe N.º 220 [Coup Royal] (Y): 27-22 (18x27) 32x21! (17x37) 43-39 (23x34) 40x7+

A. de M. M.

# OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

## O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições **Avante!**



edições **Avante!**